

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENGENHARIA
MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO

Márcio de Oliveira Resende Souza

**O PROGRAMA MEC/BID III E O CEDATE NA CONSOLIDAÇÃO DOS *CAMPI*
UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL**

Juiz de Fora

2013

Márcio de Oliveira Resende Souza

**O PROGRAMA MEC/BID III E O CEDATE NA CONSOLIDAÇÃO DOS *CAMPI*
UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ambiente Construído, Área de Concentração em Projeto, da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído.

Orientador: Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto

Juiz de Fora

2013

Márcio de Oliveira Resende Souza

**O PROGRAMA MEC/BID III E O CEDATE NA CONSOLIDAÇÃO DOS CAMPUS
UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ambiente Construído, Área de Concentração em Projeto, da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído.

Aprovada em 18/12/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Aline Werneck Barbosa de Carvalho
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Marcos Olender
Universidade Federal de Juiz de Fora

A José e Maria,
Lígia, Tomás e Luísa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo caminho que insiste em me apontar.

Agradeço ao Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto pelos sábios ensinamentos, competente orientação e pelo privilégio de sua amizade.

Agradeço mais uma vez a Deus, por colocar-me aqui no *campus* desde suas terraplenagens dos anos 1970, como aluno do Colégio João XXIII, fazendo da UFJF minha escola até hoje. Sem isto, este trabalho não se realizaria.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído, por meu engrandecimento nessa etapa.

Aos Arquitetos Cláudio Mafra, Sebastião Lopes, Tancredo Maia e Adilson Macedo por sua contribuição a este trabalho.

Aos membros da banca pelo seu empenho na participação.

Ao Pablo, pela generosidade, amizade e contribuição para esta realização.

Aos amigos e familiares que torceram pela concretização de mais esse sonho.

À minha família, por compreender o meu afastamento durante estes dois anos.

À Lígia pelo apoio, participação, e por tudo que compartilhamos em uma vida juntos.

Aos meus pais, que dedicaram suas vidas à construção de uma melhor para mim.

“O arquiteto não representa um estado dionisíaco nem apolíneo: o que exige arte neste caso é o grande ato da vontade, a vontade que move montanhas, a embriaguez da grande vontade. Os homens mais poderosos sempre inspiraram os arquitetos; [...] No edifício devem se tornar visíveis o orgulho; a vitória sobre a gravidade, a vontade de poder; a arquitetura é uma espécie de eloquência do poder expressa em formas, ora persuasiva e até lisonjeira, ora meramente imperiosa.” Friederich Wilhelm Nietzsche – “Crepúsculo dos Ídolos”.

RESUMO

O *campus* como base física de suporte aos sistemas de educação superior de massa adotado de forma globalizada a partir dos anos 1950 e sua contextualização histórica e projetual no âmbito brasileiro encontra um número muito reduzido de estudos. A exemplo da Europa e dos Estados Unidos, sob as pressões demográficas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial e como imperativo de desenvolvimento econômico, inúmeros *campi* brasileiros foram implantados. Porém, já em 1975, os Anais do *I Seminário Nacional sobre Planejamento de Campi Universitários* retratavam inadequações dos novos *campi* das universidades federais que as incapacitavam de atender às demandas da Reforma Universitária de 1968. Sucessivos acordos de empréstimo foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a reestruturação física desses espaços. O último deles, o Programa MEC/BID III, firmado nos anos 1980, destinou 105 milhões de dólares a nove universidades federais, visando expansões, preenchimento de lacunas e solução de deficiências físicas remanescentes da implantação desses *campi* nas décadas de 1960 e 1970. Como objetivo geral, este trabalho aborda um tema da maior importância para o planejamento físico do espaço universitário: a consolidação do *campus* como tendência internacional mesmo em países como a França, onde, até os anos 1950, ele não era sequer uma realidade a ser copiada, e o Brasil, onde até os anos 1960 predominavam faculdades isoladas. Como objetivo específico destaca-se a investigação dos aspectos históricos e arquitetônicos relacionados aos *campi* federais brasileiros na década de 1980, na esteira das ações de reestruturação e expansão física das universidades, no âmbito do Programa MEC/BID III, coordenado pelo Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE). A metodologia utilizada se relaciona com o campo dos estudos historiográficos na Arquitetura e no Urbanismo. A busca das fontes secundárias conduziu a pesquisa à Biblioteca da FAU/USP, onde foram coletados 42 artigos nacionais oferecidos pelo Índice de Arquitetura Brasileira e 90 títulos de artigos internacionais dos mais tradicionais periódicos. Conduziu também à UFF, onde foi coletada literatura específica sobre *campus* universitário e sobre o Programa MEC/BID III. Constituiu também importante fonte secundária a literatura internacional oferecida por Muthesius (2000), Chapman (2006), Turner (1984), De

Carlo (2005) e outros do cenário nacional, como Alberto (2003), Cunha (2007) e Rodrigues (2001). As fontes primárias foram privilegiadas por meio de entrevistas com profissionais oriundos do CEDATE, bem como com arquitetos, engenheiros e gestores do processo de implantação do *campus* da UFJF na década de 1970 e outros atuantes em sua consolidação, na década de 1980. Para a materialização da abordagem, este trabalho apresenta um estudo de caso da Universidade Federal de Juiz de Fora, um *campus* típico oriundo das grandes implantações dos anos 1960 e consolidado posteriormente, nos anos 1980, por meio do Programa MEC/BID III. Os resultados encontrados ao longo do estudo evidenciam uma profunda identidade e convergência dos processos experimentados na Europa com a experiência vivida no ensino superior brasileiro a partir de meados do século XX.

Palavras-chave: *Campus*. Universidade. Arquitetura. UFJF. MEC/BID III.

ABSTRACT

The campus as a physical support base for mass higher education systems, which was adopted globally from the 1950s, and its historical and conceptual context from the Brazilian point of view have been subjected to very few studies. Following the example of Europe and the United States, due to demographic pressures after World War II and the need for economic development, numerous Brazilian campuses were implemented. In 1975, however, the Proceedings of the *First National Seminar on the University Campus Planning* already revealed the shortcomings of the new campuses of federal universities, which made it impossible for them to meet the demands of the 1968 University Reform Act. Successive agreements were signed with the International Development Bank for the restructuring of these physical spaces. The last of these, the *MEC/IDB III* program signed in 1980, allocated USD 105 million to nine federal universities in order for them to expand, fill in the gaps and find solutions for the shortcomings that remained after the establishment of these campuses in the 1960s and 70s. The general objective of this paper is to delve into an issue of major importance for the physical planning of the university space: the consolidation of the campus as international trend even in countries like France, where they didn't even exist until the 1950s, and Brazil, where until the 1960s the isolated College prevailed. Among the specific objectives stands the inquiry of historic and architectural aspects related to campuses of federal universities due to restructuring and physical expansion activities that occurred within the scope of the *MEC/IDB III* program in the 1980s, through the actions of *CEDATE* - Centre for Development and Technical Support in Education. The methodology used is related to the field of historiographical studies in Architecture and Urbanism. The search for secondary sources led the research to the FAU-USP library, which provided 42 national articles offered by the Brazilian Architecture Index and 90 titles of international articles from the most traditional international journals. It also led to the UFF, where specific literature was gathered on university campuses and the *MEC/IDB III* program. Also were important as secondary sources the international literature offered by Muthesius (2000), Chapman (2006), Turner (1984), De Carlo (2005) and other national publications from such authors as Alberto (2003), Cunha (2007) and Rodrigues (2001). Furthermore, the primary sources were prioritized in

this study. Interviews were conducted with professionals from *CEDATE* as well as with architects, engineers and managers involved in the implementation process of the UFJF campus in the 1970s, and others who worked on its 1980's consolidation. To put this approach into practice, this paper presents a case study of the Federal University of Juiz de Fora, which is a typical Brazilian campus from the large 1960's implementations, which was later consolidated in the 1980s through the MEC/IDB III program. The results found during the study show a profound identification and convergence of the processes experienced in Europe with the Brazilian higher education experience since the mid -twentieth century.

Keywords: Campus. University. Architecture. UFJF. MEC/IDB III.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Reconstituição da vista de Harvard em 1668 – Desenho de Harold R. Shurtleff, adaptado pelo autor.....	30
Figura 2	Universidade de Oxford – Vista aérea evidenciando os quadrângulos interligados.....	31
Figura 3	University of Virginia – Plano Esquemático.....	33
Figura 4	Vista Externa do Illinois Institute of Technology.....	42
Figura 5	Diagrama de Atcon.....	50
Figura 6	<i>Ville Radieuse</i> -O Sonho de Le Corbusier para Paris - Anos 1920.	53
Figura 7	Vista aérea da Universidade de Constantine – Argel.....	57
Figura 8	Organograma do CEDATE.....	68
Figura 9	<i>Campus</i> da UFAM - Manaus.....	74
Figura 10	Universidade Livre de Berlim - Projeto de Candilis - Josic - Woods.....	76
Figura 11	Universidade Católica Louvain-la-Neuve.....	80
Figura 12	“O Magistério”, Faculdade de Ciências da Educação, Universidade Livre de Urbino, 1968-1976.	85
Figura 13	Trecho do Centro de São Luís evidenciando 5 conjuntos de edifícios englobados nas 55 quadras passíveis de ocupação pela UFMA.....	89
Figura 14	“Máquinas e Operários na Cidade Universitária” (UFJF, 1968) Vista aérea de parte do <i>campus</i> evidenciando grandes movimentos de terra –1968.....	95
Figura 15	Obras de terraplenagem do setor oeste do <i>campus</i> , para construção de 4 do total de 8 plataformas.....	96
Figura 16	Vista aérea do <i>campus</i> da UFJF após implantação, antes da realização do Programa MEC/BID III.....	97
Figura 17	Unidades-padrão recém-implantadas no início da década de 1970 no setor oeste do <i>campus</i>	99
Figura 18	Planta-baixa do <i>campus</i> da UFJF evidenciando as obras do Programa MEC/BID III.....	107
Figura 19	Vista dos edifícios tipificados do setor oeste do <i>campus</i> da UFJF, em fase final de obras.....	109
Figura 20	Planta-baixa da Unidade-Padrão II do <i>campus</i> da UFJF.....	110
Figura 21	Centro de Processamento de Dados da UFJF - Autoria: Cláudio M. Mosqueira.....	112
Figura 22	Centro de Línguas da UFJF - Autoria: Cláudio M. Mosqueira.....	113
Figura 23	Centro Pedagógico da UFJF - Perspeciva - Autoria: Cláudio M. Mosqueira.....	114
Figura 24	Centro Pedagógico da UFJF- Autoria: Cláudio M. Mosqueira.....	115
Figura 25	Maisons Jaoul- Le Corbusier.....	116
Figura 26	Universidade de Sussex, Inglaterra.....	116
Figura 27	Unidade Padrão II -UFJF - Autoria: Arcuri e Kleinsorge.....	117

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEDATE	Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação
CEPES	Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária
ETUB	Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUAC	Fundação Universidade do Acre
FUAM	Fundação Universidade Federal do Amazonas
ICBG	Instituto de Ciências Biológicas e Geociências
ICE	Instituto de Ciências Exatas
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEC	Núcleos Especializados para o Ensino de Ciências
PREMESU	Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações no Ensino Superior
PROINFRA	Pró-Reitoria de Infraestrutura
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
SESU	Secretaria de Educação Superior
UB	Universidade do Brasil
UCL	Universidade Católica de Louvain-la-Neuve
UEL	Unidade Executora Local
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBa	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPa	Universidade Federal do Pará
UFPb	Universidade Federal da Paraíba
UFPe	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRMG	Universidade Federal Rural de Minas Gerais
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSe	Universidade Federal de Sergipe
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UMG	Universidade de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E MÉTODOS

1.1 INTRODUÇÃO.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	20
1.2.1 Objetivo Geral.....	20
1.2.2 Objetivos Específicos.....	20
1.3 METODOLOGIA.....	21
1.4 ROTEIRO DO TRABALHO.....	25

CAPÍTULO 2 - A GÊNESE DO *CAMPUS* UNIVERSITÁRIO

2.1 ESTADOS UNIDOS: DA TRADIÇÃO EUROPEIA NO ENSINO SUPERIOR À INVENÇÃO DE THOMAS JEFFERSON.....	29
2.2 BRASIL: DOS CURSOS SUPERIORES DO PERÍODO COLONIAL AO MODELO HEGEMÔNICO.....	34

CAPÍTULO 3 - O *CAMPUS* COMO MODELO E BASE FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MASSA DO SÉCULO XX

3.1 ORIGENS DE UMA BASE FÍSICA INTERNACIONALIZADA.....	38
3.2 ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA E FRANÇA: A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	41
3.3 BRASIL: RUMO À ESTRUTURAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MASSA.....	44
3.4 A AÇÃO DOS CONSULTORES AMERICANOS.....	47
3.5 A CRÍTICA REVISIONISTA A PARTIR DOS ANOS 1960.....	51

CAPÍTULO 4 - ANOS 1980 NO BRASIL: O PROGRAMA MEC/BID III E O CEDATE NAS ORGANIZAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

4.1 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEC/BID III.....	63
4.2 O CEDATE.....	65
4.3 BRASIL DOS ANOS 1980: A CRÍTICA REVISIONISTA AO MODELO DE <i>CAMPUS</i> – SEMINÁRIOS DO MEC (PREMESU/CEDATE).....	68

**CAPÍTULO 5 - OS CASOS DE RUPTURA COM A IDEIA DO *CAMPUS* COMO
MODELO**

5.1 LOUVAIN-LA-NEUVE: UM CASO BELGA.....	79
5.2 UNIVERSIDADE DE PAVIA: UM CASO ITALIANO.....	82
5.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: UM CASO BRASILEIRO.....	86

**CAPÍTULO 6 - ESTUDO DE CASO: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ
DE FORA NO PROGRAMA MEC/ BID III**

6.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	94
6.2 O PROCESSO DE PROJETO NA UFJF.....	104
6.3 UM CONTRAPONTO ENTRE DUAS FASES DO PLANEJAMENTO FÍSICO NA UFJF.....	106

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	124
-------------------------	------------

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E MÉTODOS

1.1 INTRODUÇÃO

A produção massiva de *campi* universitários no Brasil concentrou-se entre as décadas de 1960 e 1970, como se sabe, principalmente durante os governos militares. O *boom* representado pela implantação de inúmeras universidades federais acalentou a proposta de uma rede ampla de universidades públicas, gratuitas e de qualidade. Todavia, a figura do *campus* como base física das universidades brasileiras antecede os anos 1930 no ideário de educadores e formuladores de políticas do ensino superior (ALBERTO, 2003) e, a exemplo do fenômeno também verificado nos EUA e na Europa, emerge no Brasil, a partir dos anos 1960, como um modelo amplamente abraçado pelas universidades federais.

Ao difundir uma rede de universidades federais por todo o país, o esforço governamental iniciado nesse período significou um grande salto para um Brasil carente de aparelhos universitários. Com relação ao planejamento físico e arquitetônico, a iniciativa marcou uma nova era, em que foram criados os mais importantes exemplares de *campi* da arquitetura brasileira, sob intensa e diversificada discussão aplicada ao espaço físico da educação superior.

Contudo, essas realizações ocorreram predominantemente dentro do contexto político de um regime de exceção, aliado a um cenário econômico conturbado, gerando inúmeros *campi* inacabados, não consolidados e com deficiências na sua infraestrutura. Os *Anais do I Seminário Nacional sobre Planejamento de Campi Universitários*, realizado em 1975, questionavam a eficácia do ambicioso programa de implantação de universidades federais iniciado nos anos 1960. Retratavam

problemas enfrentados pelas universidades compelidas a utilizar uma base física inadequada para a implantação das novas estruturas acadêmicas e administrativas resultantes dos ditames preconizados pela Reforma Universitária de 1968 (BRASIL, 1978, p.9).

Muitos desses problemas estavam relacionados à dispersão física, devido ao fato de que, ao final dos anos 1970, existiam diversos *campi* ainda não consolidados, fazendo com que as universidades dividissem suas atividades entre

os novos *campi* e algumas unidades dispersas nos centros das cidades (RODRIGUES, 2001, p.148).

Dentre os fatores que contribuíram para a inadequação física percebida no período posterior à ocupação de muitas das novas universidades, destacam-se a queda de investimentos do setor público no período após 1973 e o fato de o planejamento de *campus* universitário ser ainda incipiente no Brasil, não havendo uma *expertise* consolidada. Por outro lado, eram tempos em que a democracia tinha sido substituída pela ditadura militar, devendo-se, portanto, considerar as inadequações decorrentes de uma baixa participação da comunidade acadêmica no planejamento, concentrado, sobretudo, nas mãos dos administradores e do arquiteto (MACEDO, 1984).

No tocante ao aspecto econômico, é imperioso voltarmos a atenção ao período da construção dos *campi* estudados - décadas de 1960 e 1970 - que coincide com um grande crescimento do PIB brasileiro. Sobretudo entre 1969 e 1973, a economia brasileira registrou patamares de taxas de crescimento jamais superadas até hoje, que variavam entre 10% e 13,5% ao ano (BACHA; BONELLI, 2005), fazendo com que o período fosse denominado “Milagre Econômico”. No entanto, o “milagre” foi efêmero, e o crescimento começou a sofrer forte declínio a partir de 1973, trazendo o cenário nebuloso de uma inflação que chegou, ao final da década, a 94,7% ao ano, comprometendo a economia brasileira e os investimentos públicos. Os outrora intensos investimentos propulsores da implantação de uma educação superior de massa foram sucedidos por uma desaceleração econômica que encontrou grandes canteiros de obras de universidades em andamento e outros a iniciar, causando impactos diretos à consolidação física desses espaços.

De maneira complementar, depois de investigar os aspectos econômicos como fator impactante de inadequação da base física dessas universidades, devemos nos ater ao seu processo de planejamento físico e às condicionantes que o moldaram. Na literatura referente ao período pós-ocupação das universidades brasileiras construídas a partir de 1960, o tema ‘planejamento físico’ é abordado de forma recorrente por diversos autores, dentre eles Adilson Costa Macedo, consultor do CEDATE, pesquisador e profissional de arquitetura e urbanismo e autor, nos anos 1980, do Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade de (UnB) e do Plano de Desenvolvimento Físico para as universidades de Alagoas, Sergipe,

Pelotas e Rio Grande do Sul. Em sua produção acadêmica dos anos 1980 referente a esse tema, considera que a construção dos *campi* brasileiros foi marcada por uma execução acelerada, que encurtou o tempo destinado às fases de planejamento e de projeto, para atender a uma lógica de produção em escala numa dimensão mais macrológica, distanciada dos aspectos qualitativos e da abordagem individualizada. Para ele, o salto de modernização em curto prazo, buscado pelo imperativo do progresso como ideia central do projeto desenvolvimentista dos governos militares, dificultou o amadurecimento de diversos temas necessários a uma boa consolidação desses espaços (MACEDO, 1984). Dentro do conceito de produção em escala, outra prática recorrente no planejamento desses *campi* foi a concepção de edifícios de arquitetura tipificada, distribuídos como unidades padronizadas. Essa investigação está envolvida na narrativa deste trabalho e necessita de considerações mais aprofundadas, oferecidas mais adiante.

Sob o aspecto de sua relação com a cidade, a universidade brasileira, antes formada por faculdades isoladas e unidades administrativas dispersas nas áreas centrais urbanas, inaugurou um novo período. O *campus* como novo modelo espacial estabeleceu novos padrões de relacionamento universidade *versus* cidade, caracterizados, dentre outros fatores, por um afastamento físico e social em relação às comunidades urbanas dos municípios que as receberam.

Partindo dessa abordagem inicial, este estudo avança na investigação das ações governamentais de enfrentamento das inadequações físicas observadas no período pós-ocupação dos novos *campi* universitários criados nas décadas de 1960 e 1970, de uma maneira entrelaçada com os princípios de planejamento do período. Desta forma, os anos 1980 foram caracterizados por um novo esforço destinado a eliminar as deficiências físicas que restaram de uma implantação inacabada. Para isso, órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como o Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU) - e o Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE) - estiveram à frente de programas governamentais específicos, com a missão de promover a reestruturação e a modernização do ensino. Com a finalidade de consolidar a implantação inicial e buscando solucionar as deficiências das universidades, o governo federal instaurou sucessivos convênios entre o MEC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), resultando nos Programas MEC/BID I, II

e III, responsáveis por investimentos da ordem de 400 milhões de dólares, sendo a maior parte destinada a obras.

No último desses convênios, o Programa MEC/BID III, desenvolvido sob a gestão do CEDATE, uma inovação importante foi a criação dos escritórios técnicos locais (Unidades Executoras Locais – UEL) nas universidades federais conveniadas, encarregados de planejar, projetar, contratar, gerir e fiscalizar as obras de complementação dos *campi*. Foram contemplados os *campi* de nove universidades federais: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Fundação Universidade do Acre (FUAC) e Fundação Universidade do Amazonas (FUAM) – sendo o total de investimentos da ordem de 105 milhões de dólares (RODRIGUES, 2001, p.147).

Como os investimentos governamentais estavam condicionados a uma nova postura por parte das universidades, somente eram liberados recursos àquelas que atendessem, no tocante aos novos projetos e programas, a um novo rigor quanto à qualidade estabelecido pelas ações e normas do CEDATE. Aliado a isso, num cenário de resgate do ambiente democrático e junto ao avanço tecnológico experimentado, o ambiente político deu voz à comunidade acadêmica, de forma que os institutos e as faculdades passaram a ter mais autonomia e participação no processo criativo e na definição de suas necessidades e espaços.

Apesar da grande importância representada pelo período da década de 1980 para o planejamento e produção do espaço físico universitário, a literatura apresenta uma grande lacuna com relação aos aspectos históricos e projetuais que o caracterizaram. Este trabalho pretende ser uma contribuição nesse vasto campo de pesquisa.

Após estas considerações introdutórias, cabe destacar que a investigação dos aspectos históricos e arquitetônicos relacionados aos *campi* brasileiros na década de 1980 é o objeto principal deste trabalho. Nele, como autor, busco avaliar esse momento de transformações motivado pela atuação profissional nos anos 1980 como engenheiro projetista lotado no escritório técnico (UEL) da UFJF, ligado ao CEDATE, com vistas à execução do Programa MEC/BID III nessa instituição.

Entretanto, atuar de 1984 até hoje nessa universidade também possibilitou trabalhar lado a lado com profissionais remanescentes da década de 1970 pertencentes à equipe técnica responsável pela implantação do *campus* da UFJF. Finalmente, contribuiu de forma definitiva, propiciando massa crítica para a realização deste estudo, o fato de ter atuado, no período de 2008 a 2011, como Pró-Reitor de Infraestrutura, na execução do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – **REUNI**, no âmbito da UFJF. Nesse contexto, da implantação à consolidação desse espaço universitário, na década de 1980, existe a hipótese de dois momentos históricos distintos, embora intimamente ligados. Verificam-se duas maneiras de produção e apropriação do *campus*, diferentes por natureza e complementares entre si, que acabam por causar aos usuários percepções e significados também diferentes quanto à sua morfologia e tipologia. Essas correlações, à luz da forma de ocupação/apropriação dos espaços físicos da universidade, bem como seus aspectos históricos e arquitetônicos, também são fatos motivadores desta investigação.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

A partir de um estudo do cenário brasileiro da década de 1980, aprofundar o conhecimento sobre o *campus* como modelo e base física para a implantação de sistemas de educação superior de massa, suas raízes e dinâmica de planejamento arquitetônico e urbanístico, por meio da investigação das componentes físicas, sociais, políticas e econômicas que resultaram na sua consolidação como o lócus do saber globalizado.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Aprofundar o conhecimento das ações de reestruturação e expansão física das universidades federais brasileiras promovidas pelo Programa MEC/BID III e analisar os impactos das transformações ocorridas no espaço físico universitário nesse período, por meio das ações do CEDATE;

b) Aprofundar o conhecimento a respeito do planejamento universitário sob bases comparativas que permitam estabelecer correlações do pensamento e prática do Brasil com outros contextos geográficos;

c) Localizar e levantar o acervo do CEDATE relacionado com sua atuação junto às universidades federais;

d) Verificar se os investimentos do MEC/BID III foram acompanhados de mudanças de paradigma ou alguma inovação conceitual na forma de territorialização do espaço físico universitário;

e) Estudar o pensamento contrário à solução de *campi* universitários enquanto estruturas urbanas dissociadas das cidades;

f) Aprofundar o conhecimento sobre a atuação do CEDATE no desenvolvimento de uma proposta alternativa ao modelo de *campus* para os espaços universitários, tendo como base seus estudos para a espacialização da UFMA;

g) Estudar as transformações arquitetônicas e urbanísticas ocorridas no *campus* da UFJF, entendendo-o como um estudo de caso que permite aprofundar o conhecimento a respeito das singularidades da atuação do CEDATE no Programa MEC/BID III.

1.3 METODOLOGIA

Este trabalho tem como base o espaço físico universitário e sua forma de territorialização, e aborda investigações historiográficas em arquitetura e urbanismo, coligindo dados e avaliando-os criteriosamente. A comparação com o cenário correlato internacional permite um entendimento amplo das similaridades do processo brasileiro e serve como estratégia exploratória para a construção de uma narrativa abrangente e densa da estruturação do ensino superior no Brasil.

O caráter histórico desta pesquisa se baseia na interpretação de uma “ampla variedade de fontes, incluindo material obtido em arquivos, bem como outros documentos públicos e privados, evidências materiais no local estudado e entrevistas a testemunhas oculares” (GROAT; WANG, 2002, p.88). Especificamente sobre pesquisa de *campi* universitários, Alberto *et al.* (2011) enfatizam que

restringir as fontes somente aos projetos ou na sua conjugação com os documentos oficiais seria arriscar uma análise focada apenas em aspectos específicos (e mesmo superficiais) de sua produção, desconsiderando outras frutíferas interpretações.

Esses autores destacam como fontes tanto os projetos e planos arquitetônicos e urbanísticos, já compreendidos como base comum nos estudos históricos em Arquitetura e Urbanismo, como o levantamento de documentações políticas e pedagógicas nos arquivos institucionais e particulares, entrevistas com atores do período estudado, artigos de jornais e livros da época, fotografias e vídeos, leis, decretos-lei e estatutos, além de mapas contextuais do recorte geográfico.

A pesquisa encontrou nos periódicos de época um rico material para o resgate do cenário internacional de produção e planejamento de *campi* universitários no período de 1950 a 1980. Para a reunião desse material foram feitas três diligências: 1. Investigação do acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); 2. Entrevista e coleta de literatura específica sobre *campi* universitários e o Programa MEC/BID III com o pesquisador Luiz Augusto Fernandes Rodrigues, em visita à UFF; 3. Coleta de arquivos eletrônicos relacionados a este trabalho. Na USP, foram utilizados o Índice de Arquitetura Brasileira (IAB) e o buscador do acervo do *Royal Index of British Architects* (RIBA), para a localização de periódicos internacionais. Foram coletados 42 artigos nacionais oferecidos pelo IAB e 90 títulos de artigos internacionais pelo *site* do RIBA. As palavras-chave para procura foram: universidade, *campus*, *campi*, educação superior, ensino superior, planejamento, Lucio Costa, Niemeyer, Segawa, Cunha, Favero, *university*, *universities*, *campuses*, *campus planning*, *higher education*, Giancarlo de Carlo, Urbino, Pavia, Pavie, Louvain-la-Neuve, Pierre Laconte, Raymond Lemaire, Pierre Blondel, Macedo, *Modernism*, *Post-Modernism*. Foram obtidos títulos de artigos desde a década de 1950 até a época atual. Os seguintes periódicos nacionais foram consultados: *Acrópole*, *Arquitetura e Urbanismo*, *Arquitetura Revista*, *CAU*, *CJ Design*, *Construção de São Paulo*, *Country Life*, *Domus*, *Módulo*, *Ócolum*, *Places*, *Projeto*, *Projeto Design*, *Projeto e Construção* e *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Os periódicos internacionais consultados foram: *AA Journal*, *American Institute of Architects Journal*, *APT Bulletin*, *Architect & Builder*, *Architect* (Perth), *Architect* (Washington, DC),

Architects' Journal, Architecture (AIA), Architectural Record Architecture in Canada, Architectural Forum, Architectural Review, Architecture SA, Building Design, Built Environment, Bruxelles: AAM, Canadian Architect, Casabella, Concrete Quarterly, Criticat, Era: Journal of the Eastern Region of the Royal Institute of British Architects, HUD International Information Series, Ingegnere, Institute of Landscape Architects Journal, Journal of Urban Design, Interbuild, L'Architecture D'Aujourd'hui, Moniteur Architecture AMC, Official Architecture & Planning, RIBA Journal, Society of Architectural Historians, Spazio e Societa, Techniques & Architecture, Technique des Travaux, Urbanismo COAM, World Architecture e Zodiac.

A revisão bibliográfica acerca do planejamento de *campi*, da educação superior e dos demais contextos relacionados no Brasil e no mundo possibilitou uma interpretação mais adequada das fontes primárias e permitiu verificar o atual *status* do tema no campo do urbanismo, da educação e da política, dado a interdisciplinaridade do objeto de estudo. Ademais, contribuiu para a identificação das raízes históricas do surgimento do *campus* como forma de territorialização universitária, além de identificar os diversos conteúdos com relevância conceitual para a elucidação dos fatos envolvidos no Programa MEC/BID III.

Para exemplificar as ações do referido programa em uma das instituições contempladas, foi realizado um estudo de caso para análise da consolidação do *campus* da UFJF. As fontes primárias, interpretadas à luz da revisão bibliográfica, trouxeram informações para o preenchimento de lacunas e permitiram a criação de novas tramas na história do planejamento universitário desse período. As principais fontes consultadas nesta pesquisa foram:

- Acervo da Pró-Reitoria de Infraestrutura da UFJF (PROINFRA/UFJF), para pesquisa dos projetos de Engenharia e Arquitetura da implantação do *campus* e das unidades-padrão construídas na década de 1970, bem como da documentação referente às edificações concebidas pela equipe da UEL à época do Programa MEC/BID III;
- Documentação do extinto CEDATE, relacionada ao gerenciamento do acordo MEC/BID III na década de 1980;
- Publicações editadas pelo CEDATE para apoio ao desenvolvimento do ensino público no Brasil, como anais de seminários realizados pelo PREMESU e pelo CEDATE;

- Leis, decretos, portarias e atos do governo federal pertinentes; esta consulta, no primeiro momento da pesquisa – anterior à busca do acervo do CEDATE – foi fundamental devido à carência de documentação relacionada ao histórico das ações do CEDATE e do Programa MEC/BID III;
- Acervo de periódicos de Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, para levantamento de artigos produzidos entre as décadas de 1970 e 1980;
- Acervos pessoais dos arquitetos Arthur Arcuri e Sebastião Lopes, fundamentais para a investigação de dois períodos históricos da UFJF ainda carentes de uma literatura mais ampla;
- Acervos do MEC e da Secretaria de Educação Superior (SESU), para a investigação do convênio MEC/BID, que resultou na constituição do Programa MEC/BID III, seu escopo, levantamentos de situação física das universidades e outros dados relevantes.

Para questões específicas surgidas ao longo da pesquisa que nem os arquivos documentais e nem a revisão bibliográfica conseguiram elucidar, foram entrevistados gestores, arquitetos e projetistas atuantes na consolidação dos nove *campi* de universidades federais contemplados pelo Programa e na concepção e construção do *campus* da UFJF. Essas entrevistas foram feitas ora presencialmente, e registradas em áudio, ora por questionários enviados por *e-mail*.

Os entrevistados que atuaram no Programa MEC/BID III, seja em Brasília ou em Juiz de Fora, responderam às questões sobre as origens do Programa, do CEDATE, suas atribuições, seu relacionamento com as universidades, princípios de planejamento adotados, processo de projeto, morfologias e tipologias do período e propostas alternativas de planejamento de *campi*. Os entrevistados relacionados à UFJF responderam a questões específicas sobre o planejamento desse *campus*, sua construção, o processo de projeto à época, morfologias e tipologias adotadas nas edificações.

As entrevistas presenciais foram feitas com o projetista Antônio Casemiro e o arquiteto Hélio Fádel Araújo Silva, ambos membros da equipe que desenvolveu os projetos para a implantação do *campus* da UFJF nos anos 1970. As realizadas por meio de questionário foram feitas com: Cláudio Mafra Mosqueira – arquiteto, chefe do Departamento de Estudos e Planejamento do CEDATE de 1979 a 1984 e coordenador do projeto MEC/BID III na UFJF a partir de 1984 –, Sebastião de

Oliveira Lopes – arquiteto, Superintendente de Estudos e Pesquisa de 1979 a 1983 e consultor de 1983 a 1989 também no CEDATE – e Tancredo Maia Filho – arquiteto, subgerente de *Campus* e Edifícios do PREMESU a partir de 1978 e diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do CEDATE de 1985 a 1986.

1.4 ROTEIRO DO TRABALHO

Visando à melhor compreensão dos fatos e processos históricos pesquisados, este trabalho foi estruturado em seis capítulos, além das considerações finais.

O **Capítulo 1** – INTRODUÇÃO, OBJETIVOS E MÉTODOS – aborda a problemática e o objeto deste estudo. Para tanto, apresenta uma sinopse levantando as questões às quais a investigação pretende responder e as lacunas que visa preencher. Na sequência são apresentados os objetivos gerais e específicos e a metodologia utilizada, na qual são detalhadas a estratégia historiográfica e as demais técnicas de investigação empregadas para alcançar os objetivos.

O **Capítulo 2** – A GÊNESE DO *CAMPUS* UNIVERSITÁRIO – busca as origens das formas de territorialização da universidade através dos tempos, que resultaram na consolidação do *campus* como espaço físico globalizado das universidades do século XX; aborda o processo de introdução da educação superior nos Estados Unidos da América (EUA) em 1640 (Harvard) como valor presente nas mentes dos primeiros colonizadores ingleses, inspirada nos moldes de Oxford e Cambridge; apresenta as influências e contribuições das universidades inglesas na gênese do *campus* norte-americano que, em última instância, impactou os pensadores e formuladores de políticas educacionais no Brasil desde a década de 1930. Mais adiante, identifica as raízes mais longínquas de influência sobre o *campus* assimilado no Brasil: o da Universidade da Virginia nos EUA, uma invenção de Thomas Jefferson. Essas considerações são o ponto de partida para uma análise do processo e dos fatos históricos que sustentam os padrões contemporâneos resultantes de diversas vertentes que se fundem ao longo da história. Assim, são evidenciadas três componentes históricas que resultaram no modelo de *campus* que se tornou predominante no Brasil no período de 1960 a 1980: 1. os fatores educacionais referentes à modernização do ensino superior; 2. o movimento arquitetônico-urbanístico nacional e, 3. a forte circulação dos ideais norte-

americanos sobre a forma de territorialização das universidades. Por meio deste estudo procurou-se conhecer melhor as raízes históricas desse modelo hegemônico, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970.

O **Capítulo 3** – O *CAMPUS* COMO MODELO E BASE FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MASSA DO SÉCULO XX – evidencia uma ligação histórica entre os processos de implantação de educação de massa ocorridos nos EUA e Europa a partir dos anos 1950 com o processo análogo ocorrido no Brasil a partir dos anos 1960. Para tanto, aborda os aspectos específicos que consagraram o *campus* como base física para o ensino superior de massa nos EUA, Inglaterra, França e Canadá, passando pelos componentes históricos específicos de cada um desses países, que levaram a um modelo espacial único, apartado do centro urbano. A partir da constatação da existência de um primeiro momento de encanto para com a ideologia de paraíso antiurbano – o modelo de *campus* americano, que se fundiu com os princípios da Arquitetura Moderna e acabou por fascinar a Europa e o mundo – nos deparamos, em décadas seguintes, com o desencanto em relação ao mesmo. Nos EUA esse processo ocorreu já nos anos 1960, na França a partir de 1968 – quando explodiram revoltas estudantis –, na Inglaterra nos anos 1970 e, finalmente, no Brasil, nos anos 1980. Por sua estreita ligação, são abordados tópicos da crítica revisionista pós-modernista no tocante à busca por novos modelos de planejamento, adequados aos novos anseios sociais.

O **Capítulo 4** – ANOS 1980 NO BRASIL: O PROGRAMA MEC/BID III E O CEDATE NAS ORGANIZAÇÕES UNIVERSITÁRIAS – dá continuidade à análise do cenário internacional, entrelaçado com o processo evidenciado no Brasil, e discorre sobre o planejamento arquitetônico e urbanístico de *campus* universitário na década de 1980. Aborda as origens do CEDATE e seus antecessores, enquanto órgãos gestores dos diversos programas destinados à expansão física e modernização do ensino superior. Nesse contexto, é explorado o papel desses órgãos como geradores do conhecimento sobre planejamento do espaço físico universitário naquela década e suas relações funcionais com as universidades conveniadas. Também aborda o cenário pós-ditadura militar, apresentando uma massa crítica consolidada e as divergências a respeito do modelo de *campi* hegemônico resultante das décadas de 1960 e 1970. Analisa, portanto, o ambiente ligado ao planejamento de *campi* em meio a um cenário típico dos anos 1980, marcado pela crítica

revisonista e suas nuances pós-modernistas na busca por novos modelos, tal qual havia ocorrido anteriormente nos EUA e Europa.

O **Capítulo 5 – OS CASOS DE RUPTURA COM A IDEIA DO CAMPUS COMO MODELO** – aborda a busca de novos modelos espaciais para a universidade, resultantes do processo de desencantamento com o *campus*. A partir da experimentação, relatada no Capítulo 4, do processo crítico a esse modelo ocorrido na Europa, EUA e Brasil, é apresentado um tópico específico sobre princípios de planejamento divergentes que representaram casos de ruptura para com o modelo internacionalizado. O capítulo é ilustrado pelo caso da Universidade Católica de Louvain-la-Neuve (UCL), na Bélgica, e da Universidade de Pavia, na Itália. Finalmente, como ilustração do processo de ruptura com o ideário de *campus* suburbano no Brasil, apresenta o caso da proposta alternativa do CEDATE de implantação da UFMA no Centro Histórico de São Luís, no Brasil, na década de 1980.

O **Capítulo 6 – A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA NO PROGRAMA MEC/BID III** – considera o espaço universitário típico e fiel aos cânones da época. Entendendo a UFJF como uma das grandes instalações universitárias iniciadas nos anos 1960, trata da implantação de seu *campus* e de sua posterior consolidação na década de 1980, por meio do Programa MEC/BID III. Por meio do estudo do modelo de sua forma arquitetônica e urbanística, estabelece uma comparação entre os processos de projeto verificados nas fases de implantação e de consolidação. Em busca dos fatores envolvidos em sua consolidação física, procede a uma análise formal do *campus* resultante das intervenções de dois arquitetos nesses dois períodos distintos: Artur Arcuri, como autor do plano original nos anos 1960 e Cláudio Mafra Mosqueira, na fase de consolidação, nos anos 1980. Universidades, sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil, estão entre as instituições mais dinâmicas e em constante adequação física e ampliação. Contribui para isso o fato do reduzido acesso dos brasileiros ao ensino superior. Segundo Ana Luiza Daltro (2013, p.78), “apenas 13% dos brasileiros entre 25 e 34 anos possuem diploma universitário, contra 64% dos sul-coreanos”. A partir dessa constatação, o tópico **Considerações Finais** apresenta uma síntese das reflexões feitas com base nos capítulos anteriores, apontando questões e considerações acerca da universidade e suas formas de territorialização. Finalmente, tece

considerações sobre em que ponto, novos estudos calcados na crítica do espaço universitário do século XX poderiam oferecer para o aprimoramento do planejamento do espaço universitário do século XXI.

CAPÍTULO 2

2 A GÊNESE DO *CAMPUS* UNIVERSITÁRIO

2.1 ESTADOS UNIDOS: DA TRADIÇÃO EUROPEIA NO ENSINO SUPERIOR À INVENÇÃO DE THOMAS JEFFERSON

A investigação da consolidação do *campus* como espaço físico globalizado das universidades do século XX tem um importante foco na produção dos espaços universitários nos EUA. Por sua vez, a história da educação superior americana está entrelaçada com a colonização inglesa a partir do século XVI.

Os primeiros *colleges* ingleses – Oxford (Figura 2) e Cambridge – fundados nos séculos XII e XIII viviam um período áureo no início do século XVII. Essas universidades se haviam renovado, e experimentavam agora um elevado estágio de desenvolvimento resultante da ruptura com suas tradições medievais e da reforma radical em seus currículos. Esse ambiente representou um “novo entusiasmo popular pela educação” (TURNER, 1984, p.9).

“A educação superior estava nas mentes dos primeiros colonizadores, que estabeleceram em 1640 o *Harvard College* nos EUA, inspirado no sistema de ensino superior inglês, de Oxford e Cambridge” (CINCINNATI, 2008). Turner vê na opção dos fundadores de Harvard um firme comprometimento com o sistema colegiado dos ingleses. Havia a crença de que “a educação superior só é totalmente efetiva quando estudantes se alimentam, dormem, estudam, cultuam, e jogam juntos numa comunidade” (TURNER, 1984, p.23).

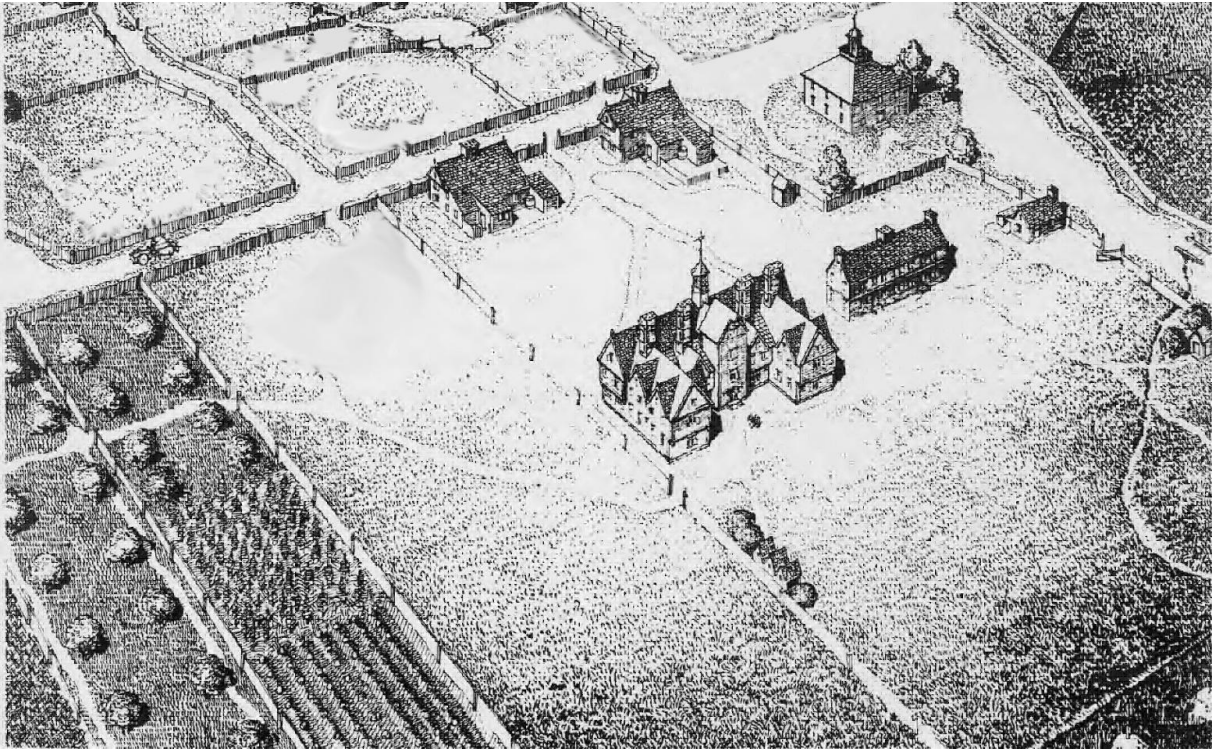


Figura 1 – Reconstituição da vista de Harvard em 1668 –
Desenho de Harold R. Shurtleff, adaptado pelo autor.
Fonte: Turner (1984, p.25).

A forma dos edifícios de Harvard do período colonial, então um conjunto de quatro *colleges*, é somente conhecida por relatos do século XVII e outros indícios. Conforme reconstituída no desenho de Harold R. Shurtleff (Figura1), em primeiro plano se encontra o *Old College* (maior edifício), tendo à sua direita o *Indian College* e, no alinhamento da rua, o *Penytree College* e o *Goffe College*. O edifício quadrado situado à direita, no cruzamento das ruas é a capela.

Por seu intermédio ficou estabelecido um padrão para os *colleges* americanos do período: “a criação de edifícios separados ao invés da estrutura de edifícios quadrangulares (os “*quads*”) interligada dos *colleges* ingleses”, vista na Figura 2 (TURNER, 1984, p.24). Na forma de *colleges* autônomos, esse padrão se repetiu no período colonial americano, disseminando-se em diferentes regiões.



Figura 2 - Oxford – Vista aérea evidenciando os quadrângulos interligados.

Fonte: The Telegraph¹

Por ocasião da Guerra da Independência dos EUA, em 1776, havia nove instituições de ensino superior no país. Um número elevado, considerando-se sua população ainda pequena. Várias delas foram o embrião de importantes universidades da atualidade, como *Princeton University*, *Columbia University*, *University of Pennsylvania*, *Rutgers University* e a *Brown University* (TURNER, 1984, p.9). Embora nesse período os *colleges* americanos tivessem se inspirado no modelo inglês, eles não constituíram como na Inglaterra, uma ou duas universidades, mas estabeleceram um padrão colonial americano: o de inúmeras instituições autônomas isoladas, dispersas em regiões diferentes, para atender a necessidades específicas (TURNER, 1984, p.17).

Finda a Guerra e dentro do ambiente republicano recém-implantado, a organização do ensino superior começou a se afastar da tradição colonial, estruturando-se na forma de *campus*, considerado uma invenção do arquiteto e político Thomas Jefferson na Universidade da Virgínia.

¹ Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/education/6269348/Oxford-beaten-by-UCL-in-league-table.html>. Acesso em 12/09/2013

Em 1779, Jefferson, então governador do Estado da Virgínia, apresentou uma proposta de reforma da legislação da educação pública, com a criação de um sistema de escolas gratuitas que culminaria numa universidade. Posteriormente, servindo como embaixador de 1785 a 1789 na França, interessou-se pela arquitetura francesa, especialmente pelo projeto do novo Hospital Hôtel-Dieu em Paris, o qual descreveu como “sistema de pavilhões de estrutura integrada”, algo relacionado ao seu posterior plano para a universidade. Por volta de 1795, trocou correspondências com George Washington propondo uma instituição nacional que seria uma verdadeira universidade no sentido europeu – alto padrão de escolaridade, estudos profissionais e investigação científica, um tipo de instituição ainda desconhecido na América (TURNER, 1984, pp.76 e 79).

Jefferson considerava equivocado o padrão existente até então, nos EUA, de *colleges* isolados, cada qual em um único grande edifício. Para ele, a tipologia mais adequada seria a vila acadêmica, com espaços planejados e disciplinados. Inaugurava-se, assim, uma nova forma de espacialização do lócus universitário, constituída de um pavilhão para cada cátedra específica, estruturados ao longo de corredores cobertos interligados e integrados, como estabelecido no plano esquemático de Jefferson (Figura 3). Os pavilhões da Universidade da Virgínia atendiam a uma lógica simples: a cada cátedra correspondia um pavilhão, que continha a residência do mestre, o alojamento dos alunos, salas de aula e o refeitório. Em cada uma dessas unidades o professor era a autoridade máxima e responsável pela educação integral dos alunos.

Outra grande inovação foi a adoção, pela primeira vez nos EUA, da biblioteca como foco central da universidade, situada, no caso da Universidade da Virgínia, na rotunda, em posição destacada (ver edifício circular, na Figura 3). Essa posição de destaque era antes, no período colonial, ocupada pela capela, que foi omitida nos planos de Jefferson, em nome do ideal de uma instituição secular e progressista (TURNER, 1984, pp.79 e 83).

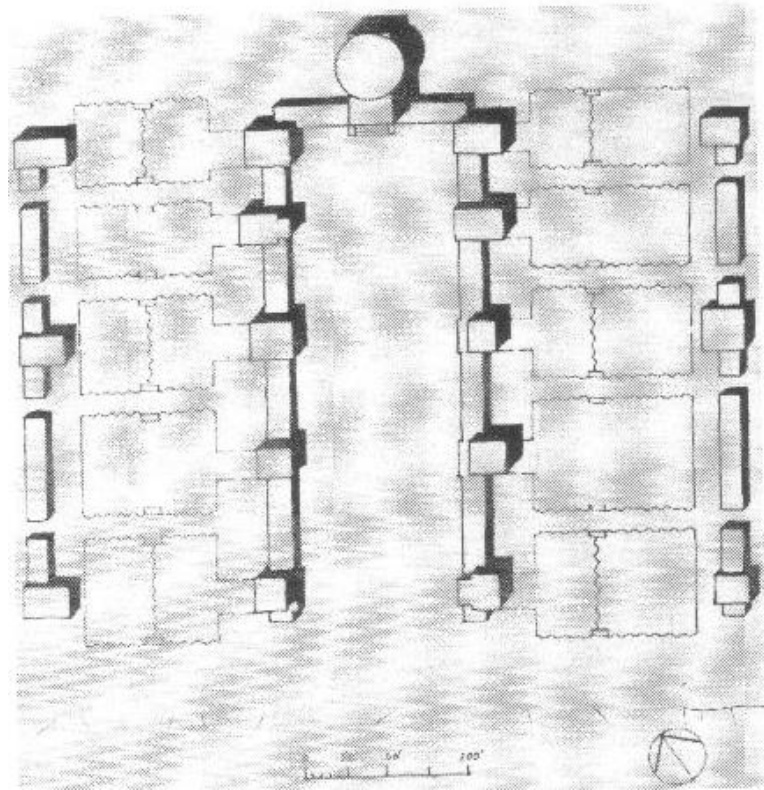


Figura 3 –University of Virginia – Plano Esquemático (por Thomas Jefferson – 1817)
Fonte: Turner (1984, p.77)

O pesquisador Paul Venable Turner vê na alternância de edifícios lineares com funções específicas, uma semelhança da tipologia da Universidade da Virgínia com a de *Yale Row*, anterior a ela, de autoria de John Trumbull, um amigo de Thomas Jefferson. Portanto, para ele, no projeto de Virgínia “a fragmentação das unidades educacionais foi muito mais radical do que qualquer coisa que tenha sido feito antes, mas ela foi a continuação de uma tendência que já existia no planejamento de *colleges* americanos” (TURNER, 1984, p.80). Ao idealizar e construir o *campus* da Universidade da Virgínia, Jefferson inovou tanto nos planos pedagógicos como no espaço físico destinado à formação universitária (PINTO; BUFFA, 2009, p.38).

Agregue-se a essa forma de espacialização os ideais já presentes nos EUA, no tocante à sua escala, localização campestre, e outros aspectos e pode-se identificar um padrão genuinamente americano, posteriormente repetido por todos os EUA e em alguns países. Em última instância, identificam-se nele as raízes das influências mais longínquas do modelo de *campi* assimilado no Brasil no século seguinte.

2.2 BRASIL: DOS CURSOS SUPERIORES DO PERÍODO COLONIAL AO MODELO HEGEMÔNICO

De forma análoga aos EUA, o ensino superior no Brasil foi introduzido por seus colonizadores. Em 1572, a Companhia de Jesus instituiu os cursos superiores de Filosofia e Teologia. Mais tarde, em 1792, foi fundada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, foram criados os cursos de Medicina em Salvador e no Rio de Janeiro, ainda naquele ano, e de Matemática Superior em Pernambuco, em 1809; foi ampliada a Escola de Engenharia na Academia Militar do Rio de Janeiro, em 1810, e criado o curso de Agricultura, anexo ao Real Jardim Botânico, em 1812. Também foram criados cursos de Direito em Olinda e em São Paulo, em 1827, dentre outros (FAVERO, 2000; ANDRADE; LONGO; PASSOS, 2001 *apud* NOGUEIRA, 2008).

Essas instituições traduziam os ideais da universidade francesa. A classe dominante lusitana “havia muito tempo abria os braços para o pensamento educacional da burguesia francesa”. No Brasil, em vez de universidades, D. João “criou instituições isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura” (CUNHA, 2007, p.19).

O pesquisador Luiz Antonio Cunha, em sua obra *A Universidade Temporã*, trata do “nascimento tardio da universidade brasileira” (CUNHA, 2007, p.13).

No Brasil, o príncipe João não criou universidades, apesar de aqui reproduzir tantas instituições metropolitanas. [...] Esse caráter fragmentado das instituições brasileiras [...] vinha recebendo críticas desde o tempo do Império (CUNHA, 2007, p.19).

O educador Anísio Teixeira compartilhava a idéia de que o descompasso temporal entre as colônias portuguesas e as espanholas quanto à criação de universidades estava relacionado a uma determinação da Coroa Portuguesa. Para ele, “diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil” (TEIXEIRA, 1976, p.244 *apud* COELHO; VASCONCELOS, 2009).

Dentre as primeiras tentativas de criação de universidades no Brasil, destaca-se o caso da Universidade do Paraná, criada em 1912 como instituição particular,

onde os primeiros cursos oferecidos foram Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Entretanto, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da recessão econômica, já em 1914 foi fechada em razão de uma lei que vedava o funcionamento de universidades particulares². Não se tratava de um *campus*, mas de um único edifício de cinco andares com uma cúpula central, que em anos posteriores sofreu acréscimos à esquerda e à direita, vindo a ocupar uma quadra. A forma encontrada na época para adequar-se à lei e continuar funcionando foi desmembrar a instituição em faculdades autônomas, cada qual reconhecida individualmente pelo governo.

Conforme abordaremos posteriormente, destaca-se também o caso da Universidade Federal de Viçosa (UFV) criada em 1921 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). A instituição, na época estadual, teve seu traçado urbano e planejamento físico original concebido no início da década de 1920. No ano de 1926 foi inaugurada.

Em 1927, foi criada a Universidade de Minas Gerais (UMG), como instituição do governo estadual, que em 1949 foi federalizada, passando a se chamar Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No âmbito federal, porém, a figura jurídica da universidade surgiu em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, que em 1937 passou a ser denominada Universidade do Brasil (UB). Entretanto, as universidades eram criadas apenas no aspecto formal, o que não alterava suas estruturas educacionais, físicas, ou administrativas, prevalecendo o padrão de faculdades isoladas, dispersas nos centros de algumas das maiores cidades (RODRIGUES, 2001, p.85). Assim, a efetivação de uma universidade no Brasil se deu com considerável atraso, se comparada aos EUA, que teve a *Harvard University* criada em 1636, e a outros países da América Latina, como o Peru (1551), o México (1553) e a Argentina (1613).

Cunha (2007, p.290), em um breve histórico da ideia de universidade no Brasil, destaca que

² Página da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalfpr/historico-2/>. Acessado em 11/08/2013.

negada a existência de universidades, pelos colonialistas, pelos ilustrados e positivistas da República, o ensino superior brasileiro atravessou séculos suportado por faculdades isoladas. Descontando as tentativas frustradas, só em 1920 três faculdades foram reunidas para gerar a Universidade do Rio de Janeiro, inaugurando um padrão até hoje mais frequente de gênese de universidades.

Foi apenas no governo de Getúlio Vargas que a proposta e medidas práticas para a criação de universidades ganharam espaço em nível federal. Com a necessidade de definição de um modelo para a sua espacialização física surgiu o ideal de criação de cidades universitárias, que representariam, ainda, um rompimento com o modelo anterior de faculdades isoladas nos centros urbanos (ALBERTO, 2003).

No Brasil, três modelos de arranjo espacial foram especialmente marcantes no planejamento físico das universidades federais: o constituído por faculdades isoladas dispersas nos centros urbanos, o da construção de um núcleo universitário no interior da cidade tradicional (ex.: *campus* original da UFRGS) e o *campus* antiurbano, modelo predominante a partir dos anos 1960 (SCHLEE, 2003).

O modelo constituído por faculdades isoladas dispersas nos centros urbanos, predominante até a década de 1960, em nada se assemelhava ao núcleo universitário inserido na tessitura urbana dos moldes europeus de Oxford (Inglaterra) e Heidelberg (Alemanha) – cidades históricas que se desenvolveram no entorno de antigas universidades. O pesquisador Klaus Chaves Alberto enfatiza que havia um consenso acerca da necessidade de criação de cidades universitárias registrado no relatório da Comissão de Estudos do Plano da Universidade do Brasil, que buscava “uma estrutura moderna que outras partes do mundo reconheçam como ideal” (ALBERTO, 2003). Ernesto Souza Campos, presidente da Comissão, lamentava que a concentração dos diversos elementos constituintes de uma universidade já não tivesse acontecido no Brasil nos primórdios, a exemplo das universidades inglesas. Para ele, deveríamos “reconhecer a inteligência que presidia as organizações que se constituíram sob o tipo centralizado em época remota [...] como Cambridge e Oxford” (CAMPOS, 1938 *apud* ALBERTO, 2003). É crucial perceber, no entanto, que, apesar do entendimento de Souza Campos de que Oxford e Cambridge eram um padrão a ser seguido, restou implantado no Brasil o *campus* à moda americana.

O sistema de faculdades isoladas não só não apresentava as vantagens do modelo europeu das antigas cidades universitárias, como significava a ineficiência, o

mau uso dos poucos recursos públicos direcionados ao ensino, a duplicação de meios nas várias faculdades isoladas e o mau aproveitamento dos recursos humanos (CUNHA, 2007, pp.156-157). Para a realização do ensino superior básico, a universidade constituída de faculdades isoladas demandava a manutenção de vários professores para as mesmas disciplinas, bem como de vários laboratórios para a mesma especialidade, redundando num baixo grau de aproveitamento dos recursos humanos e dos espaços físicos. Outros fatores de natureza pedagógica, como o sistema de cátedras e a inadequação dos currículos e conteúdos programáticos descredenciavam esse modelo como ferramenta propulsora do desenvolvimento, tão necessário ao Brasil em estágio de subdesenvolvimento e em franca expansão demográfica.

O *campus* original da UFRGS, construído antes da década de 1960 como um espaço setorizado em meio à malha urbana de Porto Alegre, representa um contraponto. Como enfatiza o pesquisador Andrey R. Schlee:

Esta definição confere ao *campus* um caráter de continente, ou seja, de conter todos os elementos que formam a universidade oficialmente e, naturalmente, incluem-se aqui as edificações, ruas, praças e equipamentos urbanos que, mesmo não vinculados à universidade, encontram-se dentro de seus entornos, ou seja, em seu *campus* (FERNANDES, 1974, p.72 *apud* SCHLEE, 2003).

Por fim, identificamos o terceiro modelo de espacialização como àquele que se tornou predominante nas universidades federais do período de 1960 a 1980: a “construção de cidades universitárias isoladas, caracterizado pela implantação de um núcleo acadêmico planejado, que se pretende autônomo, distante do centro urbano (SCHLEE, 2003)”. Exemplo típico é a Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Fundão.

“O novo *campus*, no contexto da Cidade Universitária, não conserva o esquema de relações anteriores com o meio urbano e com a população não universitária dos entornos. Estas relações são anuladas e substituídas por um novo elenco, geralmente artificial, das relações entre os *contribuintes* do ensino superior, limitados inclusive geograficamente a um espaço exclusivo: a cidade universitária moderna” (FERNANDES, 1974, p. 73, *apud* Schlee, 2003).

CAPÍTULO 3

O *CAMPUS* COMO MODELO E BASE FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MASSA DO SÉCULO XX

3.1 ORIGENS DE UMA BASE FÍSICA INTERNACIONALIZADA

Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1980 testemunharam a implantação do ensino superior de massa no Ocidente. A grande ampliação do número de vagas abrangeu realidades muito diversas. Nos países industrializados, ela se deu a partir dos sistemas universitários existentes como uma resposta direta à demanda do desenvolvimento industrial por técnicos, especialistas e gestores, mas também para atender a uma forte pressão das camadas médias da população, beneficiárias da melhoria da qualidade de vida, em assegurar o acesso de seus jovens ao ensino superior. Nos países não desenvolvidos, como o Brasil, o processo se deu a partir de um sistema insipiente, e a construção de novas universidades atendeu às necessidades primárias de infraestrutura e de alavancagem da economia, “para satisfazer às aspirações de independência e identidade nacional” (HUET; GANGNEUX, 1976).

Entretanto, da expansão do sistema universitário nos países desenvolvidos e não desenvolvidos decorrem semelhanças, que estabelecem uma identidade, um fio condutor. Em primeiro lugar, pode-se considerá-la como uma resposta ao crescimento demográfico do pós-guerra (HUET; GANGNEUX, 1976), processo que na Europa e nos EUA ficou conhecido como *baby-boom* (CHAPMAN, 2006, p.36). Outra semelhança foi a consolidação do *campus* afastado do tecido urbano. E, finalmente, a adoção massiva dos princípios de uma arquitetura internacionalizada e modernista.

Aliado a essa compreensão, é também necessário perceber a existência de fatores econômicos favoráveis, ocorridos em períodos distintos análogos em cada país, que foram capazes de dar suporte à grande expansão física das universidades. Porém, os EUA iniciaram doze anos antes dos europeus o planejamento e a construção de novos *campi*.

De fato, entre 1952 e a década de 1960 os EUA viram um crescimento sem precedentes do número de matrículas no ensino superior: de 3,6 para 7,9 milhões (CHAPMAN, 2006, p.36).

Na Inglaterra, sob forte pressão por novas vagas no sistema educacional, o número de estudantes universitários saltou de 108.000 em 1960, para 228.000 em 1970. A explosão da demanda influenciou na participação do Estado no ensino superior, ampliando a sua fatia de 53% em 1946 para 83% em 1966. Para os ingleses, o ensino superior passou a merecer destaque, sendo entendido como “necessidade nacional”, contrariando a noção anterior, de que era um serviço a ser prestado dentro das possibilidades e do voluntarismo do Estado (MUTHESIUS, 2000, p.95). Uma comissão governamental (*The Robbins Committee on Higher Education*) gerou o conhecido Relatório Robbins (*The Robbins Report*), que resultou na proposta de um programa emergencial destinado ao aumento da oferta do número de vagas nos anos seguintes (ENGLAND, 1963).

Um aumento vigoroso da população universitária foi verificado também na França e no Brasil, em períodos próximos:

- França: de 150.000 estudantes em 1954 a 800.000, em 1977 (MUTHESIUS, 2000, p.258);
- Brasil: de 93.000 estudantes em 1960 a 688.382 em 1972 (PINTO, 2004).

Delineadas as questões de ordem demográfica nesses países, é necessário entender o processo de convergência para um padrão internacionalizado de espacialização das universidades, adotado por diversos países. Ao analisar a disseminação mundial de um modelo de espaço universitário, o *locus* do saber, observa-se que em sua origem, no século XIX, o *campus* está ligado a aspectos culturais e econômicos americanos. O historiador Paul Venable Turner vê na opção americana pela universidade campestre e antiurbana “uma ruptura sem precedentes com a tradição europeia” de Oxford e Cambridge que a originou. “A noção romântica de um *college* na natureza, afastado das forças corruptoras da cidade tornou-se um ideal americano” (TURNER, 1984, p.4). Sua visão da tradição americana de planejamento de *campus*, sob certos aspectos, encontra ressonância com o pensamento europeu de Bernard Huet, arquiteto e urbanista francês, editor da Revista *L'Architecture D'Aujourd'hui*. Para ele, enquanto as universidades europeias “eram lugar de intensas lutas sociais, os *campi* eram felizes microcosmos

campestres”. Essa ideologia de paraíso antiurbano acabou por fascinar a Europa e o mundo, dos anos 1950 até 1968, quando explodiram revoltas estudantis, que questionavam, entre outras coisas, o modelo de *campus* (HUET, 1976a).

Outros aspectos culturais contrastantes entre a educação superior nos EUA e na Europa têm impacto direto na forma de espacialização do lócus universitário. São duas abordagens distintas. Podemos considerar o ensino superior na Europa mais “desinteressado”, no sentido que Gramsci dá à palavra, ou seja: “o que não é imediata e individualmente utilizável, mas que é útil a muitos, a toda coletividade, historicamente e objetivamente, a longo alcance” (CARMO, 2009). Nos EUA, em contraponto, observamos uma ênfase na preparação profissional, uma visão peculiar de conhecimento e pesquisa aplicados ao mercado. Contribui para essa diferença o fato de que, na Europa, tradicionalmente, o ensino superior está mais relacionado à atividade pública, enquanto que nos EUA ele tem uma conotação de atividade inerente à iniciativa privada, sujeita às regras de mercado (AGUILERA-BARCHET, 2012). Nesse entendimento, as universidades americanas, na maioria das vezes, adquirem o caráter de corporações, devendo-se lembrar que em muitos casos elas foram criadas por industriais e financistas. Portanto, atuam como “fundações ‘rentáveis’, [...] que são geridas como verdadeiras empresas, participando ativamente de movimentos especulativos, bolsa de valores, [...] mas, sobretudo, comercializam o ensino e a pesquisa” (HUET, 1976c). De fato, constituem um padrão que difere das universidades europeias do século XIX, que atendiam a uma estruturação dentro do espaço urbano, em consonância com seus valores culturais, promovendo suas expansões por meio da extensão de antigos bairros e vilas universitárias (HUET, 1976c).

A partir de meados do século XX, verificaram-se dois movimentos antagônicos. Para fazer frente à necessidade de expansão universitária nos EUA, muitos dos novos *campi* do período se instalaram no meio urbano, rompendo com uma tradição estabelecida. Já na Europa, observou-se um movimento contrário, em direção à adoção do *campus* antiurbano, significando o afastamento de sua tradição universitária (MUTHESIUS, 2000, pp.13 e 196).

Quanto à concepção arquitetônica e urbanística do espaço físico universitário, países como Canadá, Inglaterra e Alemanha também sentiram necessária a criação de modelos para suas novas universidades nos anos 1960. Neles, em se tratando

das implantações de *campi* do período uma iniciativa governamental, os grandes projetos universitários representaram a adesão dos governos ao Modernismo, uma arquitetura tida como esteticamente adequada, “feliz, saudável, racional e, acima de tudo, moral” (MUTHESIUS, 2000, p. 189). Dentro de um contexto particular, essa adesão emblemática ao Modernismo se verificou também no Brasil, onde “os *campi* universitários serviriam, então, como palco de realizações urbanas racionalistas/modernistas” (RODRIGUES, 2001, p.202). Percebe-se, num universo mais amplo, que no século XX predominaram as realizações modernistas. Podem, porém, ser considerados dois momentos: o período anterior e o posterior à Segunda Guerra Mundial.

3.2 ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA E FRANÇA: A REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No período que antecedeu à Guerra, os EUA deram lugar a algumas importantes realizações racionalistas de Mies van der Rohe (*Illinois Institute of Technology*) (Figura 4) e de Walter Gropius (*Black Mountain College*), além da arquitetura orgânica de Frank Lloyd Wright (*Florida Southern College*). Todavia, a trajetória da arquitetura moderna americana foi interrompida pela depressão econômica dos anos 1930, pela Segunda Guerra Mundial e também pela visão tradicionalista reinante nas instituições de ensino superior (CHAPMAN, 2006, pp.40-41).

No pós-guerra, a premência pela criação de novas vagas fez com que a expansão física das universidades americanas se realizasse de todas as formas possíveis. Além da estratégia amplamente utilizada de criação de novos *campi*, houve o adensamento dos existentes e, quando possível, diversas universidades públicas existentes dobraram ou triplicaram seus territórios. Em muitos casos, universidades tradicionais criaram novos núcleos acadêmicos e de pesquisa em torno do *campus* principal, preservando o núcleo histórico, devido à imagem e tradição que ainda hoje representam (CHAPMAN, 2006, p.37).



Figura 4 – Vista externa do Illinois Institute of Technology – Autor: Mies van der Rohe.
Fonte: site Lauro Rocha Fotografias de Arquitetura e Cidades³

Já a ampliação inglesa teve suas peculiaridades. Enquanto no sistema americano existia uma vasta e complexa hierarquia, o inglês, até os anos 1960, permanecia conservador e elitista e “era muito mais simples: existiam duas antigas fundações e o ‘resto’. [...] Todas as construções universitárias eram *colleges*”. A partir de então, podemos falar de uma transformação no ideário dos formuladores de políticas e dos planejadores físicos em direção ao entendimento da universidade como uma grande unidade, como um *campus*, matéria que, de forma inédita, vinha se tornando objeto de planejamento na Inglaterra (MUTHESIUS, 2000, p. 59).

Dentro da prioridade então dada pelo estado britânico ao ensino superior, enfatizamos as diretrizes traçadas pelo já citado Relatório Robbins, que determinou a ampliação de vagas no ensino superior. A demanda não seria suprida pela expansão das instituições existentes, o que justificou o grandioso programa estatal de construção de sete novos *campi* no país. Sendo os primeiros criados como empreendimento totalmente estatal, a construção das *New Universities* britânicas foi autorizada pelo *Universities Grants Committee* – comitê governamental para a

³ Disponível em: <http://www.lfoto.com.br/#!/Lateral/zoom/c22ym/image1z62>. Acesso em: 07 de agosto de 2013.

educação superior – iniciando por Sussex (1958), York e East Anglia (1960), Essex, Kent, Warwick e Lancaster (1961). O Comitê estabeleceu a opção por universidades fora dos limites das cidades que as receberam, em detrimento de sua instalação no centro urbano, evitando o envolvimento com o complexo e dispendioso quebra-cabeças inerente à renovação urbana (BRETT, 1963).

Pelo seu ineditismo, e em se tratando de um empreendimento estatal, em outubro de 1963 as novas universidades britânicas (*New Universities*) foram saudadas com entusiasmo pelo editorial do *The Architectural Review*. Os editores enfatizaram que aquela seria a primeira geração a estudar num espaço da arquitetura moderna, em detrimento do gótico, clássico e outros estilos arquitetônicos anteriores. Os princípios da arquitetura moderna foram adotados de forma emblemática pelo governo britânico (THE UNIVERSITIES, 1963).

Não apenas a Inglaterra, mas também a França teve suas particularidades, como estudado por Stefan Muthesius (MUTHESIUS, 2000, p. 258). Em contraste com as reformas da Inglaterra, a França tentou resolver os problemas de sua expansão universitária aos poucos, sem sequer tentar proceder às mudanças estruturais necessárias para atender às novas condições impostas pela educação de massa. (HUET, 1976b). Contribui para isto o fato de que o ensino superior na França difere muito dos demais países, pela diversidade e complexidade de instituições existentes, compreendendo academias, faculdades, institutos, escolas e Grandes Écoles. Segundo Muthesius (2000), tampouco as universidades formam uma única entidade em si, uma vez que a própria Universidade de Paris em 1968 se pulverizou, formando doze sub-universidades em diversos *campi* diferentes. Dentro da concepção francesa, o *campus* não era uma realidade a ser copiada e sequer se podia falar de cidades-universidade, a exemplo de Oxford, Heidelberg ou New Havens. Da mesma forma, era difícil distinguir edifícios destinados à educação fundamental e média dos específicos do ensino superior (MUTHESIUS, 2000, p.258).

A despeito das tradições francesas, as influências externas acabaram se sobrepondo a elas e o primeiro *campus* totalmente suburbano surge em Dijon, no início dos anos 1950. Nos anos que se seguiram, diversas outras realizações de *campus* antiurbano se concretizaram, dentre as quais Grenoble (1962), Nanterre (1964), Orléans (1965), os doze novos *campi* em que se subdividiu a Universidade

de Paris (1968) e Lyon Bron (1969), entre outros (MUTHESIUS, 2000, pp. 258 e 260).

No decorrer dos anos 1970, praticamente todos os edifícios das universidades eram novos, dentro de uma lógica na qual essa instituição é apenas uma entre as diversas dedicadas ao ensino de terceiro grau acadêmico ou profissionalizante (academias, *collèges* – *faculdades* –, institutos, escolas e as mais renomadas *Grandes Écoles*).

3.3 BRASIL: RUMO À ESTRUTURAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MASSA

No Brasil, busca de um modelo de ensino superior a ser seguido pela universidade caminhou paralelamente com a busca de sua espacialização, e acabou por determinar um padrão mais largamente utilizado para os *campi*. Todavia, a trajetória do planejamento urbanístico e arquitetônico universitário brasileiro tem dois momentos principais. O primeiro, de iniciativas pontuais, dos anos 1920 até os anos 1960; o segundo, com maior número de realizações, a partir dos anos 1960, acompanhando a tendência internacional.

Dentre os casos escassos de universidades que iniciaram o processo de planejamento e/ou construção de seus *campi* em períodos anteriores aos anos 1960 se encontra o caso da Universidade Federal de Viçosa (UFV), criada em 1921 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). A instituição, na época estadual, teve seu traçado urbano e planejamento físico original no início da década de 1920. No ano de 1926 foi inaugurada e o seu Plano Geral “[...] constava do edifício principal, do dormitório, de vinte abrigos ruraes, de uma residência para o Director e tres para professores e uma grande avenida” (BORGES & SABIONI, 2004, p.5, *apud* CARVALHO *et al*, 2012). Em 1948 foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), vindo a ser federalizada com a denominação de Universidade Federal de Viçosa em 8 de maio de 1969. Apesar de o *campus* ter se consolidado após a sua federalização, o legado do plano original constitui base ainda presente e identificável, ordenada axialmente pelos “três principais eixos estruturadores – a linha férrea, a Av. P. H. Rolfs e a Av. da Agronomia já [...] definidos nesses primeiros documentos” (CARVALHO *et al*, 2012).

Posteriormente, em 1929 a instituição estadual Universidade de Minas Gerais (UMG) – federalizada em 1949 como UFMG – celebrou contrato “para execução do anteprojeto geral da Cidade Universitária, de projetos definitivos da sede e de mais sete edifícios. [...] O primeiro projeto situava a Cidade Universitária nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho”. Entretanto, conforme relatou o ex-Reitor Aluisio Pimenta, o projeto foi abandonado anos depois, já que “[...] Pederneiras pretendia construir uma universidade clássica, do tipo inglês, enquanto havia uma expectativa de ‘uma universidade moderna’”. A concepção definitiva do *campus* da UFMG, porém, atendeu “a um Plano Diretor que, aprovado em 1969, determinou as atuais características físicas do *Campus Pampulha*” (TIJOLO, 2007).

O modelo americano permeava as decisões a respeito da formação dos espaços universitários nacionais desde a década de 1930. Quando o governo federal brasileiro decidiu criar a Universidade do Brasil (UB), que seria o padrão para as demais universidades do país, o modelo das universidades americanas seria sua principal matriz espacial, conforme se verifica nas diretrizes gerais definidas pela comissão de professores responsável pelo seu planejamento pedagógico e espacial. Essa comissão entendeu que “com a largueza de nossos territórios, temos que preferir, neste particular, o exemplo americano, de universidade parque” (CAMPOS, 1938, *apud* ALBERTO, 2003).

A história, a política e a economia também foram fatores decisivos na definição do *campus* da USP. Criada em 1934, em seu *campus* da capital paulista, até 1959, existiam somente cinco edifícios esparsos, predominantemente na área tecnológica (LANNA, 2005, p.143). “De 1935 a 1955, foram elaborados cerca de dez anteprojetos para a urbanização da área escolhida” – o Butantã (FERNANDES, 2004, p.62), sendo que outros tantos, não realizados, ainda vieram a ser concebidos. Após muitas propostas urbanísticas e arquitetônicas formuladas e não realizadas, “os anos 1960 foram decisivos para a configuração do espaço físico da USP” (SEGAWA, 2003).

No campo pedagógico, Luiz Antonio Cunha (2007, p.24) defende que desde o fim da década de 1940 havia um movimento de modernização sustentado por grupos incomodados com os rumos do ensino superior existente. Intelectuais viam o sistema de cátedras vitalícias, o regime seriado, a segregação do ambiente estudantil em faculdades isoladas e outras características do ensino superior de

então como alguns dos fatores responsáveis pelo atraso socioeconômico e pela pouca, se nenhuma, inserção do Brasil no contexto internacional.

Na esteira dessas transformações a implantação da Universidade do Brasil (UB) no “*Campus do Fundão*” teve a elaboração de seu plano diretor iniciada em 1949, por meio da equipe do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (ETUB), coordenada por Jorge Machado Moreira. No ano de 1965 a UB passou a ser denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A implantação teve um desenvolvimento lento, fazendo com que as atividades acadêmicas só se iniciassem em 1970, quando o *campus* foi inaugurado. O “Fundão”, entre os exemplares anteriores aos anos 1960 se distingue por já em suas origens ter sido concebido dentro do arcabouço modernista. Entretanto, mesmo a UFV, UFMG e USP, apesar de terem experimentado outros modelos em suas origens, tiveram a forma final de seus *campi*, como hoje são conhecidos, consolidada anos depois, dentro das bases oferecidas pela moderna arquitetura e urbanismo.

No final da década de 1950 e início da de 1960, predominava ainda o espaço físico da universidade pública estruturado na forma de faculdades isoladas e dispersas nos centros urbanos. Porém, durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) começaram a ser lançadas as bases para a ruptura definitiva com esse padrão, com a construção da UnB e a federalização das universidades existentes. Tornarem-se instituições federais alimentou o sonho das universidades de obtenção das vultosas verbas necessárias para a construção de seus *campi*.

Luiz Antônio Cunha considera que, apesar de antigas, a USP e a UFRJ retardaram o seu processo de modernização. No início dos anos 1960, “apesar de a Universidade de São Paulo ter conhecimento das transformações por que passava o ensino superior no Brasil, sua estrutura permanecia inabalada” (CUNHA, 2007). Para ele, coube à UnB o papel de liderança inspiradora em sua forma de estruturação: a primogênita de uma rede de universidades federais. Ele enfatiza ainda que a UFMG, “não tendo a posição de primogênita (foi a segunda universidade que vingou no Brasil) [...] tornou-se um modelo alternativo atraente para a modernização das demais” (CUNHA, 2007).

O processo de estruturação de uma educação superior de massa no Brasil surgiu, como visto anteriormente, em resposta à explosão demográfica e ao

imperativo de desenvolvimento do país, visando à inserção no contexto internacional. No campo das políticas governamentais, os ideais desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek tiveram prosseguimento no período militar, que estimulou a produção massiva de *campi* universitários nas décadas de 1960 e 1970. Ao todo, foram criadas 21 universidades federais nos anos 1960 (BARROSO; FERNANDES, 2006). O *boom* representado pela implantação dessas instituições federais acalentou a proposta de uma rede ampla de universidades públicas, gratuitas e de qualidade.

3.4 A AÇÃO DOS CONSULTORES AMERICANOS

Na constituição do ideário que hoje representa a espinha dorsal do modelo de ensino superior, devem ser consideradas as ações resultantes das ideias propostas por consultores americanos que aqui desembarcaram em períodos sucessivos. Para Cunha,

a concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela USAID⁴, como a conveniência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada desde fins da década de 1940 por administradores educacionais, professores e estudantes – sobretudo aqueles – como um imperativo de modernização e, até mesmo da democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram encontraram um terreno arado e adubado para semear suas ideias (CUNHA 2007, p.24).

A recorrência a essas consultorias atendia, portanto, aos anseios de diversos governos e foi adotada inclusive posteriormente, pelos governos militares, a partir de 1964, com a implantação da ditadura no Brasil. Como um imperativo à modernização do ensino superior, a vinda dos consultores acontecia na esteira de acordos internacionais sucessivos.

O primeiro acordo com finalidade de renovação educacional, firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, fora assinado em 19/12/1950, fixando “princípios e normas de cooperação técnica”. Em 30/05/1953, surge um novo acordo, visando “a serviços técnicos especiais”. A partir de 1958, novos convênios serão firmados, para atender ao ensino superior (RODRIGUES, 2001, p.145).

⁴United States Agency for International Development.

Entre as organizações de ensino superior brasileiras moldadas segundo modelos americanos de especialização e estrutura pedagógica destaca-se o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Suas atividades no *campus* do Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, iniciaram em 1950. Inspirado nos moldes do Massachusetts Institute of Technology (MIT), adotou a estrutura departamental em detrimento da estrutura de cátedras vitalícias então vigente no país. Em termos de planejamento urbanístico e arquitetônico adotou a solução do *campus* modernista e afastado da cidade, às margens da Rodovia Presidente Dutra (BR-116). Para Cunha (1983, p.155), o ITA era uma “ilha de ensino superior moderno num mar de escolas arcaicas” e sua implantação estimulou os reformadores do ensino reforçando a ideia de que a sua modernização era imperiosa e indispensável para que o Brasil atingisse a maioria científica e tecnológica. Esses padrões estavam presentes também na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (CUNHA, 2007, p.73).

Para Rodrigues (2001, p.202), houve uma convergência entre o modelo educacional resultante do processo de modernização da educação superior e o modelo racionalista/modernista de territorialização do espaço universitário, que se fundiram na figura do *campus* à moda brasileira. A maneira com que se produziu o espaço físico universitário no Brasil foi, então, marcada pela rigidez da cidade funcionalista, privilegiando o “zoneamento rígido, a hierarquização de vias, a adoção do parque como base para as novas construções, a monumentalidade, a abolição do parcelamento do solo em quadras e lotes rigidamente definidos” (SCHLEE, 2003).

Porém, a consolidação da modernização da estrutura pedagógica das universidades brasileiras e de seu planejamento urbanístico e arquitetônico é mais bem delineada no período de 1960 a 1980. Foi uma fase que concentrou um maior número de realizações, configurando um padrão brasileiro de universidades. Embora a UnB, inaugurada em abril de 1962, não tenha sido a única e nem a primeira instituição de ensino superior a se orientar de acordo com os padrões organizacionais dos EUA, sua implantação é um importante marco. Para Cunha (2007, p.110), a UnB exerceu o papel de liderança inspiradora na forma de estruturação, tratando-se da primogênita de uma rede de universidades federais.

Ao modelo morfológico de Brasília, baseado na rígida separação dos espaços por suas funções [...] específicas, juntou-se o modelo educacional universitário proclamado por certos setores da sociedade, e posto em prática a partir da criação da UnB. O ensino separado em setores (departamentos) permitia que o espaço se moldasse segundo a mesma lógica. Os *campi* universitários serviriam, então, como palco de realizações urbanas racionalistas/modernistas (RODRIGUES, 2001, p202).

Dos consultores americanos, o que estabeleceu maior influência na definição do modelo de universidade a ser adotado no Brasil foi Rudolph P. Atcon, que veio a ser o secretário do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Através de um estudo realizado entre junho e setembro de 1965 para a Diretoria do Ensino Superior do MEC, Atcon (1966, p.16-17) lançava as bases para a reestruturação do ensino superior. Para ele,

dentro da nova unidade [*os institutos*], as matérias básicas devem se organizar em Departamentos, cada um deles incorporado as disciplinas afins ao seu campo de conhecimento. Os Departamentos:

- 1) Servirão às demais carreiras profissionais na preparação integral dos estudantes que optem por elas;
- 2) Estabelecerão um extenso número de carreiras não profissionais, nos campos do conhecimento. A flexibilidade do sistema permitirá número crescente de combinações acadêmicas, para o aumento em quantidade, qualidade e nível de ensino destes novos estudos;
- 3) Economizarão os recursos materiais e humanos da universidade, através da integração e concentração de:
 - Todos os serviços afins num só lugar;
 - Todos os professores de um campo do conhecimento, num só Departamento;
 - Todos os estudantes que irão cursar uma determinada disciplina, numa só unidade universitária.

Os princípios de Atcon foram influentes na Reforma Universitária de 1968. Em o *Manual Sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário* (ATCON, 1974), encomendado pelo CRUB, ele estabelece aspectos conceituais, administrativos e acadêmicos. Mas salta aos olhos a forma organizacional desse estudo, que estabelecia critérios, principalmente de ordem física, do modelo de *campus* universitário que ele propunha moderno, dentre os quais: planejamento quantitativo (número de alunos), características do terreno (área ideal de 500 hectares), exigência de um urbanista especialista em *campi* universitários, criação de escritórios técnicos locais, contratação de estudos topográficos e geotécnicos, acessos públicos e estacionamentos, dentre outros, além do zoneamento, para o

- Setor Básico – **BA**, no meio e entrelaçado com todos os demais; seus departamentos se distribuirão conforme a posição de cada setor, para manterem sua proximidade máxima aos centros que mais abastecerão os serviços “ac”; (leia-se “ac” como acadêmico-científicos) (ATCON 1974, p.186).

No diagrama da Figura 5 os círculos envolvem os grandes setores (áreas de conhecimento). Estes círculos se entrelaçam segundo suas intersecções disciplinares, bem como se relacionam em relação às disciplinas básicas (setor **BA**, no centro), representando os Institutos. Assim, as caixas contendo Biologia (**BIO**), Química (**QUI**) e Física (**FIS**) se encontram no setor básico (**BA**), porém adjacentes ao setor Biomédico (**BM**), cliente deste, o que acontece de forma análoga para as demais áreas (Tecnologia, Artes, Esportiva, etc.). Observam-se delineados os institutos, os departamentos e, por consequência, o sistema de créditos, numa clara correlação com os edifícios do *campus*. No mesmo diagrama, no setor Biomédico – **BM**, por exemplo, as caixas contendo a sigla **PROF** correspondem aos pavilhões (edifícios), destinados às disciplinas desta área específica (anatomia, fisiologia, etc.). Já a caixa contendo a sigla **HC** se refere ao edifício destinado ao Hospital de Clínicas.

Em sua estada no Brasil, Atcon visitou 12 universidades e divulgou a criação de cidades universitárias na periferia dos núcleos urbanos; os dois seriam apartados por um “anel protetor” periférico aos *campi*, que cuidaria de “resguardar o *campus* de indesejáveis vizinhanças e controlar seu ambiente acadêmico-científico” (ATCON, 1974, p.185).

3.5 A CRÍTICA REVISIONISTA A PARTIR DOS ANOS 1960

Essas soluções pautadas pela organização do espaço físico universitário por zonas, em correspondência biunívoca com as atividades humanas específicas/áreas de conhecimento, tornaram-se um ideal a partir de meados do século XX. Atendiam à preceituação das Cartas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), norteadoras do Movimento Modernista, onde a cidade se organiza num desenho lógico, a partir de três funções humanas fundamentais: habitação, trabalho e recreação.

Alguns autores entendem o Modernismo corbusiano como “uma reação ao desenvolvimento especulativo e sem planejamento da cidade do século dezenove” (FISHMAN, 1977 *apud* TUNGARE, 2001). Le Corbusier defendia ardorosamente nos anos 1920, a idéia de que um novo espírito e uma nova época haviam chegado (GROAT; WANG, 2002, p.145).

No dia em que a sociedade contemporânea, neste momento tão doente, tornar-se devidamente ciente de que só arquitetura e o planejamento urbano podem fornecer a receita exata para seus males, então terá chegado o tempo para colocar a grande máquina em movimento e começar as suas funções . . . A casa que pode ser construída para o homem moderno (e a cidade também), uma máquina magnificamente disciplinada, pode trazer de volta a liberdade individual - no momento apagada da existência - para cada membro da sociedade (LE CORBUSIER, *The Radiant City* p.143 *apud* FITTING, 2002).

Esse histórico postulado de Le Corbusier reflete a ideologia de que a Arquitetura e o Urbanismo por si seriam capazes de solucionar uma grande equação da sociedade, abrindo as portas para um novo tempo. Linda Groat e David Wang viram nesse posicionamento uma assunção, por parte dos modernistas, do pensamento de Hegel, segundo o qual, o homem passa por um processo de evolução que culminaria em uma condição absoluta e definitiva de pleno conhecimento e desenvolvimento. Representava a crença de que o passado foi mera preparação para um “admirável mundo novo” idealizado (GROAT; WANG, 2002, p.145).

Essa ‘visão’ pode ser vista numa das grandes utopias urbanísticas do século XX, que foi a proposta de Le Corbusier no ano de 1924 para a cidade de Paris (Figura 6). Os princípios dessa proposta denominada por ele *Ville Radieuse* foram incorporados na Carta de Atenas publicada em 1943. Dentro dessa visão modernista utópica, uma extensa região de Paris teria seus prédios originais colocados abaixo, para receber uma cidade moderna.



Figura 6: *Ville Radieuse* – O Sonho de Le Corbusier para Paris – Anos 1920.
Fonte: Harvey, 1992, p.4.

O pensamento modernista privilegia o “racionalismo científico, eficiência” e a idéia “de que há uma base científica universal para tudo, inclusive para as necessidades e preferências dos seres humanos” (ALMEIDA, 2013). Entretanto, para os críticos do movimento, a natureza do ser humano não responde a esse modelo e tem funcionamento tão único, ao mesmo tempo tão diverso e controverso, que há poucas possibilidades de encerrá-lo numa grande equação.

No campo universitário, à medida que as soluções modernistas se multiplicavam no mundo, surgia um novo posicionamento crítico contrário a elas. Iniciando-se pelos EUA, a partir dos anos 1960 constatou-se a ruptura do consenso em torno da arquitetura modernista e do *campus* antiurbano. Os conceitos modernistas, conforme já enfatizado, muito se adequaram ao sistema pedagógico baseado em créditos e departamentos, favorecendo um zoneamento por área de conhecimento, acrescido de um *core* destinado à integração e convivência. Foi notável a disseminação desses preceitos gerais na ótica do planejamento de

campus universitário do século XX, abraçado internacionalmente por arquitetos, urbanistas, consultores e formuladores de políticas educacionais.

Considerando a produção desse período, o historiador do urbanismo, Peter Allen, enfatiza que a história do Modernismo no planejamento de *campi* nos EUA estabeleceu um foco somente nos exemplos bem sucedidos dos anos 1950 a 1960, como é o caso da *Yale University*. Porém, são pobres os resultados do projeto modernista na maioria dos *campi* americanos (ALLEN, 2007).

Contudo, a expansão do ensino superior nos EUA por meio da criação de novos *campi* foi muito representativa e, paradoxalmente, floresceu nos anos de 1960 a 1970 como ideal de um empreendimento física e socialmente inserido no meio urbano. Esse movimento rumo às cidades representou, portanto, uma nova direção, refletindo uma mudança na política de urbanismo americana. Sistemas universitários estaduais implantaram diversos *campi* urbanos em várias cidades. Um dos clássicos exemplos dessa mudança de paradigma é representado pelo estado de Illinois que, atendendo à necessidade de expansão e afastando-se da tradição americana, resolveu implantar um segundo *campus* de sua universidade no interior da cidade de Chicago (MUTHESIUS, 2000, p.196). O *Chicago Circle Campus* da Universidade de Illinois foi o mais proeminente dos novos *campi* urbanos dos anos 1960 e seu projeto foi considerado, na época como modelo nos EUA, para os demais (CHAPMAN, 2006, pp.37-38). O plano de Walter Netsch para esse *Campus* adicional da Universidade de Illinois foi concebido para ser "completamente 'Moderno' e objetivou romper com muitas tradições de arquitetura" universitária (MUTHESIUS, 2000, p.196). Por outro lado, sua implantação atendeu a uma política de expansão do ensino superior conjugada com a revitalização urbana de muitas cidades americanas. Foi, portanto construído em uma região economicamente decadente da cidade de Chicago, atendendo à estratégia de privilegiar investimentos em áreas carentes, visando à renovação urbana (TURNER, 1984, p.274). Essa política resultou em outros *campi* urbanos instalados em cidades como: Boston, Milwaukee, St. Louis, Memphis, Birmingham, Cleveland, Indianapolis, Detroit e Flint (CHAPMAN, 2006, p.45).

Ao contrário dos EUA, na França os anos 1950 e 1960 deram lugar a realizações de *campi* afastados do contexto urbano. Esse modelo, uma vez recém-implantado na França, a partir dos anos 1950, também conhecido pelos franceses

como “*campus à americana*”, foi alvo dos intensos protestos estudantis de 1968. No bojo de uma intensa onda de protestos, os estudantes clamavam por uma maior atenção ao ensino superior, colocavam severas críticas aos *campi* recém-implantados e demandavam mudanças no planejamento do espaço universitário, em direção à integração social do mesmo no meio urbano. Os protestos de 1968, tiveram início no *campus* de Nanterre, nos arredores de Paris e se alastraram, ensejando o desejo do abandono da idéia de uma instituição superior fechada, autoritária, evidenciando também uma aversão aos planejamentos segregacionistas e à qualquer tipo de arquitetura imposta.

Para os autores Bernard Huet e Marie Christine Gangneux, editores da Revista *L'Architecture D'Aujourd'hui*, as manifestações estudantis de 1968 eram uma expressão de uma crise profunda das instituições universitárias, ligadas a aspectos diversos em todo o mundo, sem que novos modelos autênticos surgissem. Eles manifestaram uma percepção da incapacidade dos planejadores, dos urbanistas e arquitetos de ultrapassar a esfera superestrutural e ideológica a que foram submetidos e também a incapacidade de superar a cultura americana dominante e os modelos denominados universais, que são difundidos através da chamada moderna arquitetura e urbanismo internacional. Para eles, algumas questões deviam ser respondidas: O que é colocado em jogo ao se disponibilizar o centro histórico a serviço de uma universidade aberta? Porque não devemos mais segregar os estudantes e sim reintegrá-los à sociedade, tratando-os como cidadãos normais? Porque os arquitetos devem participar dessa tomada de consciência? (HUET; GANGNEUX, 1976).

Para o pesquisador Stefan Muthesius, o planejamento do espaço físico universitário nesse período na França passou por três fases. A primeira se deu no início dos anos 1950 com a adoção de um modelo aproximado de *campus* americano constituído de blocos paralelos sucessivos, situados em ângulo reto com as ruas de acesso (formação *Zeilenbau*), tendo como exemplo de realizações Dijon (início dos anos 1950) e Grenoble (1962). A segunda fase foi caracterizada por um grande interesse nas novas universidades inglesas (*New Universities*) como é o caso de Lyon-Bron que, planejada em 1969, teve influências das universidades britânicas de East Anglia e Lancaster. A terceira e última fase, cuja direção já havia sido buscada a partir de 1963, só restou realizada depois de 1969, com a França

aderindo à já consolidada tendência internacional de planejamento universitário “com ênfase especial na integração urbana”. *‘Le modèle français: l’université dans la ville’* (O modelo francês: a universidade dentro da cidade), era a frase que resumia o pensamento de muitos (MUTHESIUS, 2000, p.258).

René Dottelonde, autor do projeto do *campus* Lyon-Bron, um dos símbolos franceses do desencantamento com o modelo adotado, atribuiu a localização antiurbana do mesmo ao governo, ressaltando que,

quando falamos em integração universitária e construímos uma universidade em um campo de beterrabas dizendo: amanhã ela será um elemento integrado, corremos um grande risco, risco ainda maior quando não reunimos em torno de um desejo comum das pessoas (DOTTELONDE, 1976, p.9).

O caso do *campus* de Lyon II (ou Lyon Bron), afastado da cidade que originou seu nome, representa o desencantamento da classe estudantil com relação ao modelo. Já o caso do *campus* da Universidade Tecnológica de Compiègne, implantado no coração da cidade, ao longo de um eixo que faz a ligação com a periferia é citado como um caso de sucesso, que se enquadra num cenário de mudanças na política de urbanismo (HUET, Bernard, 1976b).

De outro modo, a Argélia, ex-colônia francesa que se tornou independente em 1962, tinha somente uma pequena universidade na capital Argel, e, em 1975 implantou duas novas universidades: Constantine e Oran, com espaços físicos concebidos dentro dos fundamentos da Arquitetura Moderna. Constantine, projetada por Oscar Niemeyer, cujo *campus* teve como elemento estruturador um edifício de 300 metros de extensão (Figura7) (YAZID, 1976), repetiu em outro contexto, algumas soluções já utilizadas pelo arquiteto no Brasil, como o Instituto Central de Ciências da UnB. Para Abou Yazid, o *campus* concebido por Niemeyer configura um objeto isolado, de arquitetura rígida, acabado, incompatível com a inserção, no futuro, de novos edifícios que viriam a ser necessários para futuras expansões do *campus*. Esse autor enfatizou ainda que os estudantes sofrem com o isolamento do *campus* em relação à cidade e também no aspecto interno e reafirmou a esperança de que um dia os argelinos sejam capazes de produzir soluções “que reflitam a riqueza de contradições da sua sociedade e a sua nova independência cultural” (YAZID, 1976).



Figura 7 – Vista aérea da Universidade de Constantine – Argel (Projeto de Oscar Niemeyer)⁵
Fonte: site wikiarquitectura.

Na Inglaterra, nos anos 1960, já durante a implantação das novas universidades – *New Universities* – existiam calorosas discussões quanto à localização e configuração dos seus *campi*. Diversos setores defendiam a universidade na cidade. Em 1964, numa crítica precoce, pois já havia alguns dos sete *campi* implantados ou em obras, o editorial da revista *The Architectural Review* era partidário da ideia da universidade no seio da cidade, enfatizando a importância de ter dentro dela e perto de seu coração uma grande organização educacional, algo que enche as cidades de vida e de pessoas jovens, trazendo vigor, discussão e entusiasmo (THE UNIVERSITY, 1964). Nesse sentido, enfatizamos as colocações do teórico e arquiteto especialista em planejamento urbano, Lionel Brett, segundo o qual, “qualquer atividade (exceto, obviamente, sem dúvida, as de pura contemplação), que se dá fora da cidade ou se nega a nela se inserir, empobrece a si mesmo” (BRETT, 1963). Para ele, o distanciamento para com a cidade

⁵ Disponível em: <http://en.wikiarquitectura.com/index.php/University_of_Constantine - Acesso em: 14/09/2013

representa, para a Universidade, a ameaça súbita da segregação. Para a cidade, significa abrir mão da possibilidade de renovação, de rejuvenescimento, nas suas ruas, bares e cafés e, em termos socioeconômicos, a perda da possibilidade de obter ajuda quanto aos ônus da revitalização urbana, bem como a perda de variedade e vitalidade na paisagem urbana (BRETT, 1963).

Outros, da mesma forma, entendiam que a universidade deveria permitir aos estudantes o compartilhamento de uma vida cultural importante, oferecida pelo ambiente urbano e pelos aparelhos culturais existentes nos centros das cidades (teatros, museus, bibliotecas – onde os estudantes podem encontrar publicações não disponíveis até mesmo nas bibliotecas das grandes universidades) (THE UNIVERSITY, 1964).

É, portanto, necessário, além das atividades culturais, agregar facilidades como bares, restaurantes, próprios da vida urbana onde os estudantes possam se alimentar e conversar, e realmente tomar parte das inúmeras atividades sociais da cidade. Outra vantagem adicional encontrada no contexto urbano é a possibilidade de integração geral entre a comunidade universitária e os cidadãos em pontos de encontro como centros de compras e nas demais facilidades urbanas oferecidas. Por outro lado, há a questão de que a formação dos estudantes não deve ser restrita a uma disciplina, ou à sua preparação para uma determinada profissão. Além das muitas atividades universitárias, eles devem participar das mais amplas atividades socioculturais da cidade enquanto são ainda estudantes (THE UNIVERSITY, 1964).

O editorial do britânico *The Architectural Review*, numa crítica ao modelo de *campus* afastado do contexto urbano então recém-implantado na Inglaterra, refletia um descontentamento com o fato de que a comunidade acadêmica teria que lidar diariamente com grandes distâncias. Considerando também os inconvenientes de um rígido zoneamento por áreas de conhecimento, alertava para o perigo de que as várias partes da universidade se tornassem cada vez mais isoladas, sectárias, concentrando-se “na produção de especialistas limitados. Isso é um perigo muito real e, claro, está totalmente em desacordo com a idéia de universidade”. Há também uma grande desvantagem da separação da universidade do cidadão e da cidade da qual ela leva o nome, pois ambos, cidadãos e comunidade universitária perdem muito (THE UNIVERSITY, 1964).

Numa espécie de extensão e aprofundamento dessas manifestações conceituais ocorridas nos primeiros anos da implantação das “*New Universities*”, os anos 1970, período posterior à ocupação das mesmas, consolidaram o processo revisionista e crítico, a exemplo do que já ocorrera nos EUA na década anterior. Precocemente, essas universidades recém-implantadas enfrentaram uma grande crise, havendo rumores sobre a existência de uma lista de cinco delas candidatas ao fechamento: Aston, Lancaster, East Anglia, Essex e Warwick. Para Stefan Muthesius, quanto ao planejamento de *campi*, as sete *New Universities* concebidas e construídas nos anos 1960, tinham em comum as distâncias que as separavam das cidades que as receberam. Os *campi* suburbanos das novas universidades britânicas encontraram resistências por parte da comunidade acadêmica que manifestava insatisfação recorrente quanto às longas distâncias a serem percorridas, para acesso às universidades. Outras críticas envolviam diversos aspectos, incluindo os pedagógicos e financeiros (MUTHESIUS, 2000, pp.180-181).

Outros críticos manifestaram sua insatisfação com a centralização das decisões na mão dos arquitetos, o que caracterizou o planejamento dos *campi* das *New Universities*, que tiveram como interlocutores apenas uma pequena parte da comunidade, todos preocupados com a universidade como um todo, em detrimento das partes. Como as universidades eram recém-criadas, e representaram uma ruptura para com o modelo tradicional anterior, representado por Oxford e Cambridge, não havia a presença de estudantes, e poucos membros das equipes das universidades haviam sido nomeados. No processo de planejamento físico das novas universidades inglesas essa realidade teve impactos, reforçando o papel central do arquiteto e o distanciamento das necessidades dos futuros usuários (BRAWNE, 1970).

Isso conduziu a uma questão central: até que ponto o planejamento desses *campi* falhou? Muitos dos analistas do período não tinham dúvidas quanto a isso. Em 1970, o *Daily Telegraph* utilizou pesados adjetivos para descrever o *campus* da Universidade de Essa como “atmosfera claustrofóbica”, “selva de pedra” e, apoiando-se em reflexões como “a neurose e a claustrofobia do *Campus* produziu quase uma histeria entre os estudantes”, manifestava o seu desencanto. Para eles havia uma ligação direta entre a agitação dos estudantes e a insatisfação com a arquitetura dos *campi*. A Universidade de East Anglia também foi vítima de críticas

dessa natureza, onde estudantes manifestavam a sua desilusão com o *campus*, argumentando que esse era arquitetonicamente um sonho, porém, “socialmente e educacionalmente um pesadelo”. Considerava-se que as questões arquitetônicas contribuíram para tudo o que era negativo na universidade e ainda: os arquitetos falharam em reconhecer “que as pessoas precisam e desejam viver uma vida socialmente integrada”. Na Universidade de Warwick as questões relacionadas à arquitetura também resultaram em insatisfações, gerando críticas recorrentes dirigidas ao modernismo: “tão grande que é desumanizado, frio, impessoal” (MUTHESIUS, 2000, pp.180-181).

A materialização e a ocupação desses inúmeros *campi* em diversos países fizeram com que a crença num universo idealizado perdesse forças e, como já visto, as críticas revisionistas foram bastante evidenciadas desde os anos 1960 nos EUA e na França, vindo a ter lugar nos anos 1970 na Inglaterra e no Canadá. Nos anos 1980 aconteceram no Brasil, e retomaram espaço nos EUA pelas mãos do movimento Pós-Moderno.

Is Modern Architecture Dead? Sob esse título, em 1981 Ada Louise Huxtable, autora norte-americana de diversas publicações dedicadas ao tema, anuncia um momento em que a Moderna Arquitetura vinha sendo declarada morta por alguns setores da crítica internacional, fazendo com que as doutrinas do Modernismo fossem seriamente questionadas (HUXTABLE, 1981). Eram os anos 1980, e a autora considerava utópico o planejamento purista caracterizado pela divisão da vida em zonas de atividade segregadas (HUXTABLE, 1981). Dessa forma, ela reconhecia a legitimidade da crítica daquele período, marcada pelo revisionismo e pela necessidade da descoberta de novos caminhos para a Arquitetura e Urbanismo. Junto aos críticos da Arquitetura Moderna se alinha David Harvey, pesquisador conhecido nos círculos da teoria social pela autoria de livros como *Consciousness and The Urban Experience* (1985) e *The Condition of Postmodernity* (1990). Ele é um entre tantos que veem como uma falácia o princípio da Arquitetura Moderna de que a concepção de uma ordem espacial baseada em seus preceitos formais seria capaz de induzir uma nova ordem moral para a sociedade. Para ele, uma falha fundamental do Modernismo é “o hábito persistente de privilegiar formas espaciais, em detrimento dos processos sociais” (HARVEY, 1997, p.2, *apud* FAINSTEIN, 2000, pp.451-478).

O distanciamento da Arquitetura dos significados tradicionais inerentes ao ser humano foi destacado por outros autores como o pesquisador indiano Krishan Kumar. Para ele, o urbanismo moderno foi caracterizado por guardar uma indiferença pelo contexto de comunidade “e um desprezo pelas preferências do homem comum e da arrogância com que alçava o arquiteto-projetista à posição de demiurgo corbusiano” (KUMAR, 1997, p.117 *apud* NOGUEIRA, 2008). Críticas dessa natureza conquistaram espaço na década de 1980, que viu revigorada a discussão teórica a respeito da disciplina de planejamento.

Leonardo Benevolo (2006, p.536), importante historiador da Arquitetura Moderna, enfatiza que essa postura antimodernista já havia ocorrido na Europa, nos primórdios do Modernismo, entre 1930 e 1933, onde os pós-racionalistas acreditavam que:

reduzido o movimento moderno a um sistema de preceitos formais, supõe-se que a origem do mal-estar esteja na estreiteza e no esquematismo desses preceitos, e acredita-se que o remédio ainda se encontre em uma mudança de direção formal, em uma atenuação do tecnicismo e da regularidade, no retorno a uma arquitetura mais humana, mais quente, mais livre e inevitavelmente mais vinculada aos valores tradicionais.

O ambiente crítico ao Modernismo capitaneado pelos pós-modernistas, no entanto, encontrou resistência oferecida pelos adeptos dessa corrente já consolidada. Dois destacados defensores do Modernismo foram o alemão Jürgen Habermas e a já citada Ada Louise Huxtable. Embora discordasse do racionalismo exacerbado, para ela

a Arquitetura Moderna uniu o desenvolvimento tecnológico a uma teoria revolucionária, para uma síntese cultural inédita, de amplo alcance. Ela ofereceu a mais coesa, inovadora, expressiva e universal forma de arte desde a Renascença (HUXTABLE, 1981).

Essa visão foi compartilhada por Habermas (1989, p.419), teórico e crítico do tema, para quem “a Arquitetura Moderna continuou a tradição do racionalismo ocidental e foi poderosa o suficiente para criar modelos, tornar-se clássica e estabelecer uma tradição que ultrapassou fronteiras nacionais”. Para ele, a postura dos críticos da nova arquitetura nos anos 1980 era constituída de gestos de

destituição precipitada, característicos dos períodos de transição (HABERMAS, 1989, p.416).

As influências do Pós-Modernismo na arquitetura e urbanismo do espaço universitário tiveram receptividade na América. Para M. Perry Chapman, nos EUA os conceitos de projeto e planejamento de *campi* nos anos 1980 foram baseados em formulações tradicionais, buscando-se o resgate da organização em campo aberto, valorização da estrutura cívica e escala humana. Uma espécie de retorno aos princípios do século XVIII, quando não existiam automóveis, laboratórios de alta tecnologia, esportes de massa e aparelhos recreativos a considerar. O autor considera, assim, que o Pós-Modernismo se originou como uma reação à austeridade e falta de ressonância contextual e espacial simbolizada pelo Modernismo nos anos 1970, e foi um meio de trazer representatividade e contexto histórico de volta ao vocabulário arquitetônico. Nesse período a Arquitetura Moderna sofreu severos questionamentos e, de alguma forma, tinha perdido seu caminho na história. O maior ganho observado na busca do resgate dos princípios clássicos pelo Pós-modernismo nos EUA não foi propriamente no estilo arquitetônico, mas sim nas questões de projeto urbanístico dos *campi*. Planejamentos enfatizando uma coerente ordem espacial, estruturados e animados por edifícios de escala compatível, trouxeram qualidades humanas e cívicas de volta, pelo menos no tocante às partes daqueles *campi* readaptados do pós-guerra (CHAPMAN, 2006, p.49).

CAPÍTULO 4

ANOS 1980 NO BRASIL: O PROGRAMA MEC/BID III E O CEDATE NAS ORGANIZAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

4.1 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MEC/BID III

Como já dito, a implantação nos anos 1960 e 1970 de inúmeros *campi* resultou em espaços físicos inacabados e em estruturas inadequadas às atividades acadêmicas. A necessidade de se criarem meios para efetivar e acelerar o processo de implantação da reforma universitária brasileira (BRASIL, 1978) foi um dos motivos que levou o MEC, através do PREMESU, a promover, em 1975, o I Seminário Nacional Sobre Planejamento de *Campi* Universitários, que teve como conferencistas especialistas brasileiros, alemães e de outros países sul-americanos. Os anais do evento registraram que

os problemas enfrentados pelas universidades compelidas a utilizar uma base física inadequada para a implantação das novas estruturas acadêmicas e administrativas resultantes dos ditames preconizados pela reforma universitária, bem como a crescente expansão da matrícula que tem levado rapidamente à saturação dos espaços físicos disponíveis, repercutem diretamente sobre a qualidade e a produtividade do sistema de ensino (BRASIL, 1978, p.9).

O pesquisador Luís Antonio Cunha (2007, p.81) mostra que, após o golpe militar, a demanda por vagas na universidade continuou crescente, “devido, inclusive, à redefinição do papel da mulher como trabalhadora no âmbito extradoméstico [...] e à [...] elevação dos requisitos educacionais para o preenchimento dos cargos nas burocracias públicas e privadas”. Os programas de expansão e reestruturação lançados pelo MEC nas décadas de 1960 e 1970 balizaram as ações de modernização do ensino superior, cujos objetivos incluíam a necessidade da criação de um contingente de vagas que atendesse à enorme expansão demográfica. Para tanto, em 13 de março de 1967 o MEC cria a Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (CEPES), com a missão de coordenar a execução de projetos específicos para o melhoramento e a expansão na área de desenvolvimento das universidades (BRASIL, 1967).

Em 1970, as atribuições da CEPES foram ampliadas, acrescentando a coordenação de outros projetos específicos na área de equipamentos das universidades e na área de aperfeiçoamento da administração universitária (BRASIL, 1970). Em 14 de março de 1974 a CEPES, criada pelo Decreto nº 60.461, de 13 de março de 1967 e modificada pelo Decreto nº 66.396, de 30 de março de 1970, passa a denominar-se Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior – PREMESU (BRASIL, 1974). Com o aumento de sua relevância para a promoção da reestruturação e modernização do ensino superior, em 17 de março de 1978 o MEC deu autonomia administrativa e financeira ao PREMESU, alterando também sua denominação para Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior, mantendo, todavia, a sigla PREMESU (BRASIL, 1978).

Ao PREMESU, dentre outras atribuições, coube a administração dos convênios MEC/BID I e MEC/BID II com o BID, resultante dos contratos de empréstimo firmados. O Programa MEC/BID I contemplou a UnB, a Universidade Federal da Bahia (UFBa), a UFC, a Universidade Federal do Pernambuco (UFPe), a UFMG, a Universidade Federal Rural de Minas Gerais (UFRMG), a UFRJ, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a USP. Para Rodrigues (2001, p.151), esse programa foi especialmente dirigido às universidades do Sudeste, e o acordo, assinado em dezembro de 1967, aguardou a Reforma Universitária, ocorrida em 1968, para a definição dos investimentos a serem feitos.

Quanto ao Programa MEC/BID II, que contemplou a UnB, a UFBa, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal do Sergipe (UFSe), a Universidade Federal da Paraíba (UFPb), a Universidade Federal do Pará (UFPa) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o mesmo autor verificou um direcionamento mais específico às universidades do Nordeste, observando também o salto quantitativo no valor dos recursos disponibilizados, que se multiplicaram por três (RODRIGUES, 2001, p.148).

Com a finalidade de consolidar a implantação inicial, e buscando solucionar as deficiências de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), o governo federal instaurou nos anos 1980 o Programa MEC/BID III. O Contrato (empréstimos 111/IC-BR e 698/SF-BR) foi firmado entre o BID e o Governo Federal em 23 de março de 1983, resultante das Resoluções DE-182/82 e DE-183-82. Foram

beneficiadas nove universidades federais: UFAL, UFC, UFF, UFG, UFJF, UFMA, UFMT, FUAC e FUAM, sendo o total de investimentos, da ordem de 105 milhões de dólares, financiado pelo BID (RODRIGUES, 2001, p.147), e sua gestão coube ao CEDATE. O arquiteto Sebastião de Oliveira Lopes (2013) destaca que

o CEDATE pesquisou com o BID a situação dos programas MEC BID I (já concluído) e o MEC BID II (que estava atrasado em sua execução) e verificou que para completar este esforço governamental de consolidação dos *campi* universitários federais, através da transferência de unidades urbanas para o *campus*, era necessário contratar um novo programa que foi o MEC BID III para conclusão desta ação governamental. Deste modo, o CEDATE fez uma consulta sobre a viabilidade de um novo empréstimo internacional, através de uma carta consulta bem fundamentada, onde recursos seriam alocados estrategicamente em universidades que demandavam essa expansão ou complementação.

4.2 O CEDATE

O CEDATE foi criado no ano de 1979 pelo então ministro Eduardo Portela, como órgão componente do MEC, sucedâneo do PREMESU, com sede em Brasília – DF, e nasceu com a missão específica de:

promover, coordenar e supervisionar as atividades de geração de conhecimentos aplicáveis à administração e desenvolvimento à estrutura física de apoio à Educação, Cultura e Desportos e, especificamente, dentre outras atribuições, produzir e disseminar informações técnicas (BRASIL, 1984a, p.9).

O órgão contava com uma ampla estrutura técnico-administrativa para a condução dos programas de expansão e reestruturação das universidades federais. O arquiteto Cláudio Mafra Mosqueira (2013), membro dessa equipe de 1979 a 1984, atuando como chefe do Departamento de Estudos e Planejamento / coordenador do Projeto MEC/BID III / assessor da diretoria e consultor, em depoimento, registrou que o CEDATE possuía uma estrutura mais ampla que o seu antecessor, o PREMESU:

tinha uma equipe de cerca de 100 profissionais distribuídos na área técnica, projetos, fiscalização de obras, compra de equipamentos e na área administrativa. Essa equipe estava instalada no MEC e era assessorada por cerca de 150 consultores das mais diversas áreas.

Ainda segundo o mesmo arquiteto, o apoio ao ensino era constituído também pela publicação e distribuição de cadernos técnicos, a saber: “manuais de procedimento; manuais de técnica construtiva e oferta de consultoria nas mais diversas áreas” (MOSQUEIRA, 2013).

Sebastião de Oliveira Lopes (2013) pontua que o CEDATE foi o resultado da fusão de diversos outros órgãos, anteriores a este, que cuidavam inclusive de escolas técnicas. Para o arquiteto, esses órgãos eram desarticulados e onerosos, prejudicando a eficiência do sistema educacional brasileiro, que deveria ser uno e articulado, com interfaces que garantiriam a qualidade do espaço e da educação em todos os níveis. Acrescenta ainda, com relação ao Programa MEC/BID III, que

o CEDATE foi inovador e ousado ao assumir a responsabilidade junto com as universidades de um empréstimo internacional de 330 milhões de dólares. É importante destacar que este recurso não foi aplicado só em construções, mas também em projetos de equipamentos e mobiliários, urbanização de *campus*, projeto de assistência técnica para capacitação de pessoal (junto com a CAPES), elaboração de projetos arquitetônicos e complementares de engenharia e elaboração de manuais de instrução técnica e de instrução de procedimentos. O CEDATE promoveu muitos seminários e encontros com os técnicos das universidades participantes, para promover o intercâmbio e propiciar a criação de uma expertise sobre planejamento e projeto de construção de *campi*. Além disso, o CEDATE financiou diversas publicações técnicas sobre mobiliário, equipamentos, projetos, técnicas construtivas, etc.

Para ele, as relações entre o CEDATE e o Programa MEC/BID III são diretas. Nesse sentido, o CEDATE era mentor, organizador e responsável pela liberação técnica dos projetos das instituições, pela execução dos projetos e obras e pela liberação financeira dos recursos para as instituições junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (LOPES, 2013).

Para Cláudio Mafrá Mosqueira (2013), a ação do CEDATE não se limitou à infraestrutura física, mas se estendeu à instituição como um todo, por meio de um programa de “assistência técnica”. Para isso, não poupou esforços de seu quadro de consultores, alguns de renome internacional. Houve, portanto, uma ressonância de todo esse processo físico também nas áreas docente e administrativa.

Em linhas gerais, uma das exigências às universidades participantes do programa era que mantivessem em suas sedes escritórios técnicos locais (UEs) com equipe formada por arquitetos, engenheiros, técnicos, projetistas, desenhistas,

orçamentistas, além de equipe administrativa para a gestão financeira dos contratos. Esses escritórios tinham a atribuição de planejar, projetar, contratar, gerir e fiscalizar as obras de complementação dos *campi* das Universidades federais componentes do programa. No período de 1979 a 1984, o Arquiteto Cláudio Mafra Mosqueira atuou pelo CEDATE em Brasília. Após esse período transferiu-se para a UFJF, onde atuou como responsável pela Coordenação local do Programa MEC/BID III. Segundo ele, uma vez gerados os projetos em cada uma de suas fases (Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo), eles eram submetidos à aprovação técnica final do CEDATE. Somente os projetos aprovados pelo órgão eram contemplados com a liberação de recursos para as obras. Entretanto, a aprovação estava condicionada ao atendimento de normas e procedimentos de projeto divulgados pelo CEDATE às universidades, envolvendo um alto grau de detalhamento (MOSQUEIRA, 2013).

O CEDATE nasceu, portanto, como forte sucedâneo do PREMESU, sob a direção da Dra. Gilca Alves Weinstein, com *status* de Secretária Executiva. Inúmeras foram as publicações versando sobre técnicas e procedimentos de engenharia e arquitetura, voltados ao ensino básico, médio e superior, distribuídos às entidades filiadas ao MEC. Dentre estas publicações listam-se as seguintes:

- Tipologia de Espaços por Natureza de Cursos – Habilitação Engenharia Civil (CEDATE, 1985);
- Tipologia de Espaços por Natureza de Cursos – Habilitação Engenharia Elétrica (CEDATE, 1985);
- Critérios Para Elaboração de Projetos – Arquitetura (CEDATE, 1985);
- PROJETOS – Procedimentos para apresentação – Elétrica, Telefonia, Sonorização (CEDATE, 1984);
- PROJETOS – Procedimentos para apresentação – Hidráulica (CEDATE, 1984).
- Vestiários (CEDATE, 1984);
- *Campus* Universitário – Textos (CEDATE, 1984);
- UFMA no Centro Histórico de São Luís (CEDATE, 1984);
- Diretrizes para o Planejamento da Rede Escolar (CEDATE, 1986);
- Manutenção e Conservação de Escolas Rurais (CEDATE, 1986);
- Espaços Escolares de 1º Grau (CEDATE, 1983);
- Taipa em Painéis Modulados. Brasília: (CEDATE, 1985).

Entretanto, em última instância, quanto às questões conceituais relativas à morfologia e urbanismo dos *campi*, prevaleciam as decisões das universidades. Havia, portanto, a preocupação de não promover ingerências, em respeito à autonomia universitária. Nas palavras do então superintendente de Estudos e Pesquisa, Sebastião Lopes (2013):

O CEDATE, como pode ser visto no organograma possuía duas diretorias, que por sua vez tinham gerências para cada área técnica específica. A diretoria técnica era responsável por toda a área técnica do CEDATE. Os projetos de captação de recursos extraorçamentários, a elaboração de manuais de instrução técnica e de procedimentos técnicos, o acompanhamento da execução dos serviços técnicos (projetos, obras e equipamentos) e o apoio técnico às instituições, eram sob a responsabilidade da Superintendência de Estudos e Pesquisa. As gerências de projetos, equipamentos e obra acompanhavam a execução dos serviços através de relatórios técnicos e programações técnicas. A diretoria administrativa era responsável por toda a área administrativa do CEDATE. Os contratos, os convênios, as prestações de contas, os manuais administrativos e o acompanhamento administrativo de todos os serviços eram sob a responsabilidade das gerências administrativas.

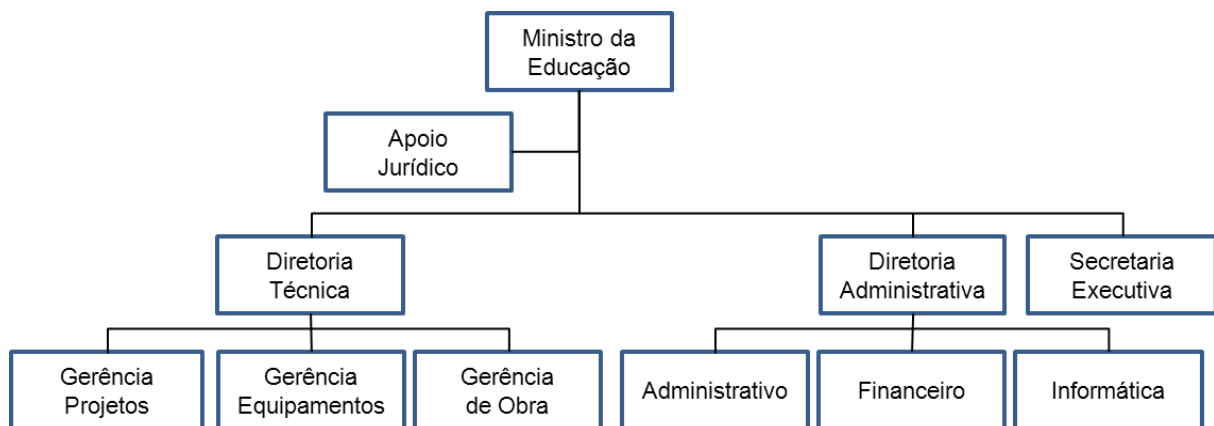


Figura 8 – Organograma do CEDATE

Fonte: Autoria do arquiteto Sebastião de Oliveira Lopes – superintendente de Estudos e Pesquisa do CEDATE.

4.3 BRASIL DOS ANOS 1980: A CRÍTICA REVISIONISTA AO MODELO DE *CAMPUS* – SEMINÁRIOS DO MEC (PREMESU/CEDATE)

No Brasil, é importante enfatizar que, comparado ao contexto internacional, o planejamento de *campi* de universidades tem história recente. Até os anos 1960 predominaram inúmeras propostas frustradas e não realizadas, fazendo com que

somente a partir daquela década a configuração dos espaços físicos da USP e da UFMG, tal como são conhecidos hoje, fossem consolidados sob os princípios modernistas. Disso resulta a inexistência de uma tradição brasileira concernente ao planejamento de *campi*. Assim, o período 1960-1980, marcado pela grande produção desse padrão de espaço físico de universidades federais, somado à experiência anterior do *campus* da UFRJ, é de vital importância para a análise de um modelo brasileiro que acabou se consagrando pela arquitetura modernista.

Este trabalho concentra esforços no estudo do resultado dessa produção, com foco no ambiente crítico ocorrido a partir do ano 1975, incluindo a década de 1980. Foi um período, conforme já abordado neste trabalho, após a ocupação dos novos *campi*, onde eles se encontravam seriamente questionados pelo próprio Governo Federal. Na época as universidades foram consideradas pelo MEC como instituições compelidas a utilizar uma base física inadequada, impedindo a consolidação da Reforma Universitária.

Por meio da consciência do MEC dessa inadequação e também pela intensa manifestação contrária a alguns princípios básicos do planejamento que os originou, observada na crítica da época, percebe-se, portanto o encerramento de um ciclo. Caracterizava-se um novo cenário que se descolava da lógica dos anos 1960/1970, marcados pelo ideário desenvolvimentista dos governos do período, ocorrido num ambiente que tinha o progresso como ideia central.

Isso se dava concomitantemente ao movimento pós-moderno que acontecia no contexto internacional, por meio dos posicionamentos de arquitetos, urbanistas e críticos, que tiveram ressonância nos seminários promovidos pelo MEC por meio do CEDATE e PREMESU, a partir de 1975. A discussão do espaço universitário, promovida pelo MEC na forma de seminários, constituiu o principal fórum de planejamento arquitetônico e urbanístico do *campus* universitário no Brasil, representando um momento único para esta matéria. Foram promovidos um total de seis seminários:

- I Seminário Nacional sobre Planejamento de *Campi* Universitários, de 17 a 27 de março de 1975.
- Seminário de Conceituação de Campus Universitário, de 10 a 12 de novembro de 1981.

- Seminário de “Avaliação da Morfologia Urbanística do Campus Universitário Brasileiro”, de 17 a 18 de outubro de 1985.
- Seminário “Paisagismo no Campus Universitário Brasileiro”, de agosto de 1986.
- Simpósio Nacional sobre Desenvolvimento Físico de Universidades: planejamento e gestão. De 11 a 12 de outubro de 1989.
- Seminário “O Desenvolvimento Físico das Universidades Brasileiras Hoje”, de outubro de 1993.

Assim como já havia ocorrido em outros contextos geográficos, foi um momento de vigorosa discussão e reflexão conceitual a respeito do planejamento de *campi* universitários no Brasil, o que pode ser considerado uma revisão crítica do modelo racionalista inerente aos princípios modernistas. Numa perspectiva mais ampla, podemos considerar que foram colocados em questão os valores desse movimento, cuja utopia de que “a natureza humana poderia ser condicionada ou modificada pelo ambiente físico correto” (HUXTABLE, 1981), não se realizara.

Nessa direção, o pensamento de muitos arquitetos, urbanistas e teóricos do período configurava a busca de novos padrões espaciais, num movimento que se afastava dos preceitos formais inerentes ao planejamento de *campi* no seu nascedouro no Brasil. A análise da ocupação das universidades implantadas resultou numa maior reflexão sobre as relações *campus versus* cidade, sobre o resgate de valores tradicionais urbanos na arquitetura e urbanismo de *campi*, além da discussão de preceitos formais da arquitetura moderna *versus* escala humana de valores, segregação extramuros e intramuros da universidade, etc.

“Como, hoje em dia, deve ser encarado o problema da integração socioespacial e física interna ao *Campus* e desse com a Cidade?” indagava Ruth Py Daniel (1984, p.41), uma palestrante do Seminário de Conceituação de *Campus* Universitário, realizado em 1981. Essa temática recorrente, abordada pelos estudiosos do planejamento arquitetônico e urbanístico, permeava os debates sobre métodos e programas realizados nos seminários específicos promovidos pelo CEDATE e PREMESU. O CEDATE na época geria a parte mais significativa dos recursos financeiros destinados pelo governo para o desenvolvimento da estrutura física das universidades federais. Há, portanto, uma linha direta entre as ações do órgão e o pensamento relacionado à concepção e produção do espaço físico universitário nos anos 1980. Do seu quadro, totalizando cerca de 250 profissionais

entre colaboradores diretos e consultores, alguns como Adilson Macedo, Paulo Zimbres, Severiano Mário Porto e outros, alcançaram projeção nacional como teóricos do planejamento de *campi*.

O afastamento verificado na década de 1980 em relação às linhas do pensamento inerentes à produção de *campi* das duas décadas anteriores pôde ser percebido nos anais do Seminário de Conceituação de *Campus* Universitário, realizado pelo PREMESU nos dias 10,11 e 12 de novembro de 1981, em Brasília. Em linhas gerais, as manifestações contrárias ao modelo implantado e consolidado, e que vinha sendo praticado desde os anos 1960 no Brasil podem ser divididas em quatro grupos distintos:

a) Quanto à rígida distribuição setorizada das edificações, seguindo um zoneamento por área de conhecimento, resultando na segregação da comunidade universitária em guetos.

Arquitetos, educadores e administradores universitários compartilharam as declarações contidas na introdução do texto dos Anais. Elas marcam o caráter do evento e contêm o testemunho de uma importante discussão relacionada à disciplina planejamento de *campi* no Brasil. Nele, a proposta de setorização, que teria como virtudes uma melhor organização do espaço universitário, desagregou a comunidade universitária, e assim “o discurso arquitetônico não manteve correspondência com o discurso literário do modelo de organização interna do *campus*, que na maioria das vezes não conseguiu criar condições mínimas de integração acadêmica” (BRASIL, 1984a, p.12).

Para Alípio Castelo Branco (1984, p.29), também palestrante do evento, a forma espacial precisa guardar certa ambiguidade, deixando às pessoas uma margem de liberdade na codificação e na articulação dos lugares. Isso só é possível quando não se impõe à vida universitária a rigidez do formalismo e as limitações do funcionalismo arquitetônico. Para ele,

o isolamento e a segregação foram levados às últimas consequências, segundo uma concepção ambiciosa de Cidade Universitária que permanece inviável até os nossos dias e que resultou no agravamento da fragmentação e da desarticulação da universidade, parte dos alunos e dos professores sendo segregados em prédios dispersos no interior de grandes áreas da periferia das cidades.

É importante destacar que essas críticas são análogas a outras observadas nos EUA, Inglaterra, Canadá, França, Argélia, Bélgica e Itália por meio de diversos autores e publicações especializadas. Nesse sentido, a convergência das manifestações sugere uma questão de ordem estrutural, enfrentada também nesses contextos geográficos.

b) Quanto às relações da Universidade *versus* Cidade, dentro da idéia de que o modelo implantado teria criado o *campus* como território elitizado, não integrado à vida do cidadão comum, provocando o seu “divórcio” para com a sociedade.

A ideia do *campus* apartado dos núcleos urbanos foi sedimentada ao longo de muitos anos e não passou pelo atendimento a uma determinação legal específica. Ela foi urdida e acalentada por gestores, educadores e estudantes, resultando predominantemente na prática de um modelo americano com roupagem modernista. Dentro dessa concepção, os gestores do processo adotaram inequivocamente a opção por universidades fora dos limites urbanos das cidades que as receberam.

O arquiteto Ricardo L. Farret, um dos palestrantes do evento, destacava que o planejamento do *campus* “foi levado a extremos e não teve, ou teve muito pouco, a ver com o planejamento da cidade na qual ele está inserido” (FARRET, 1984, pp.31-32). Já Alípio Castelo Branco considerava que

as condições concretas de nossa realidade urbana não foram levadas em conta, preferindo-se retomar o primitivo modelo americano de *Campus*, nessa época já colocado em questão em diversos países, inclusive nos Estados Unidos (BRANCO, 1984, p.23)

Ainda sob esse aspecto, o arquiteto Sérgio Assunção (1984, p.77), consultor do CEDATE, ao abordar a cidade universitária da USP, verificou que “ela foi constituída como sendo um núcleo, uma ilha toda fechada, com perimetral, etc.”. Hoje, a cidade de São Paulo “chegou até o *Campus*, deu a volta e continuou do outro lado”. Outro palestrante, o arquiteto Enaldo Nunes Marques (1984, p.55), acrescentou ainda que o *campus* “serviu basicamente, em dados momentos, em

algumas cidades nossas, apenas para valorizar e aumentar o valor da renda fundiária das terras próximas ao *Campus*".

Esse tema se tornou tão relevante ao longo do seminário, que foi alvo das recomendações finais do mesmo, carregadas de certo tom de manifesto contra o *apartheid* geográfico que caracterizou a maioria dos *campi* de universidades federais brasileiras. E assim, dentre outros aspectos, resultou do seminário o entendimento de que "o *Campus* de uma sociedade urbana não deve ser um território isolado e autossuficiente, de modo a segregar a Universidade como foram concebidas as primitivas Cidades Universitárias" (BRASIL, 1984a, p.132).

É importante enfatizar que o contexto histórico do planejamento de *campi* dos anos 1980 ganhou relevância por ter produzido uma dissidência para com muitos dos já consagrados padrões estabelecidos.

O isolamento do espaço universitário em relação às cidades e a sua concepção como ambiente de espacialidade imposta, dentre todas as críticas, foi a mais recorrente. Foi tido como responsável inclusive, por desdobramentos como a falta de identificação do estudante com o seu ambiente e a segregação social interna e externa. Dentre os vários exemplares emblemáticos desse isolamento encontra-se o *campus* da Universidade Federal do Amazonas (UFAM - Figura 9), construído no meio da floresta como uma ilha apartada da cidade de Manaus.



Figura 9 – *Campus* da UFAM – Manaus
Fonte: site Portal Amazônia.com⁶.

Tendo como barreira física a própria selva amazônica, como no caso da UFAM, ou a perimetral da USP, ou cinturões verdes destinados a resguardar o espaço do *campus* do espaço urbano das cidades, esse aspecto guarda um padrão, ou uma identidade, com o modelo proposto por Atcon (1974), espelhando uma realidade diferente da brasileira.

c) Quanto à arquitetura tipificada dos *campi* – as unidades prediais padronizadas e a ausência do traçado urbano convencional formado por ruas, quarteirões, praças, etc., como referenciais tradicionais e elemento de encontro e identificação do cidadão com a cidade.

Para Adilson Macedo, consoante com a política desenvolvimentista dos anos 1970, os governos buscaram um “pulo para a modernização”, e as universidades, encarregadas de suprir profissionais para alavancar esse desenvolvimento, precisavam ser construídas em grande número e rapidamente. Essa “urgência” levou ao encurtamento do tempo destinado às fases de planejamento e projeto,

⁶ Disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/google-street-views-vai-mapear-campus-da-ufam/>. Acesso em: 01 de julho de 2013.

induzindo à repetição de projetos e elementos construtivos (MACEDO, 1984). Afastando-se dos princípios urbanos tradicionais, essa prática levou à predominância de edifícios tipificados, que não se diferenciam um do outro quando vistos do lado de fora. Aos olhos do cidadão, a ausência de singularidade das edificações subverte a maneira tradicional com que ele se referencia no espaço urbano, impossibilitando a criação de vínculos visuais que permitam a percepção da função dos edifícios.

Sob esse prisma, o arquiteto Sérgio Assunção (1984, p.78) observa que o “*Campus* da universidade é uma silhueta que se destaca do resto, não tem absolutamente uma característica urbana – não se pode chegar para um motorista de táxi e falar: - Vira no próximo quarteirão!”. Nessa mesma linha, Daniel (1984, p.41) ressalta a importância da integração socioespacial e física interna ao *Campus* e deste com a Cidade como um problema a ser encarado.

d) Quanto à baixa vivência humana e aos prejuízos à sociabilização causados pelo ambiente do *campus*.

Em outra de suas manifestações, Farret (1984, p.34) demonstrou preocupação com a aridez do *campus* enquanto espaço de vivência humana. Ele critica o tecnicismo inerente ao seu planejamento, entendendo que o *campus* deva ser uma estrutura que transcenda os limites da Engenharia e da Arquitetura, e envolva outros contextos, concluindo que:

isso vai se refletir nessas vinculações entre a Cidade e o *Campus*, festa e trabalho [...], fenômenos que ocorrem com naturalidade em certos setores da Cidade, e que no *Campus* adquirem um caráter rígido, programado, quando não totalmente ausente.

Deve ser considerado que muitos dos projetos de *campi* baseados nos princípios modernistas estabeleciam um lugar específico para a sociabilização e integração das comunidades universitárias – o *core*, que deveria receber alguns aparelhos destinados a esse fim. Em muitos casos, devido à falta de recursos, esses espaços não se concretizaram da forma como foram concebidos. Entretanto, a organização da vida em zonas de atividade segregadas é tida pelos críticos como um tanto afastada da real natureza humana, que não responderia a esse modelo. Apontando a insuficiência do *core* como “espaço social’ para a universidade,

Muthesius (2000, p.276) mostra que a questão da integração social tinha se tornado um problema ao final dos anos 1960. Para ilustrar o afastamento das idéias tecnicistas ele cita o exemplo do planejamento da Universidade Livre de Berlim, que abandonara a idéia de um espaço social específico (o *Core*) e a de Konstanz onde “nenhuma parte da universidade é dedicada exclusivamente a propósitos sociais; por outro lado, não existe nenhuma área na universidade que não possa ser considerado um espaço social”. O projeto para a expansão da Universidade Livre de Berlim (Figura 10), tem a peculiaridade da autoria de George Candilis e Shadrach Woods, ambos membros do *Team X*, um grupo dissidente do Modernismo. Teve, portanto, conotação de contraponto aos ideais modernistas. Trata-se de um projeto em malha, e nele, “é óbvia a analogia [...] com um tecido urbano de ruas e travessas”, quarteirões e praças (PORTAS; BARATA, p. 505, 1968).

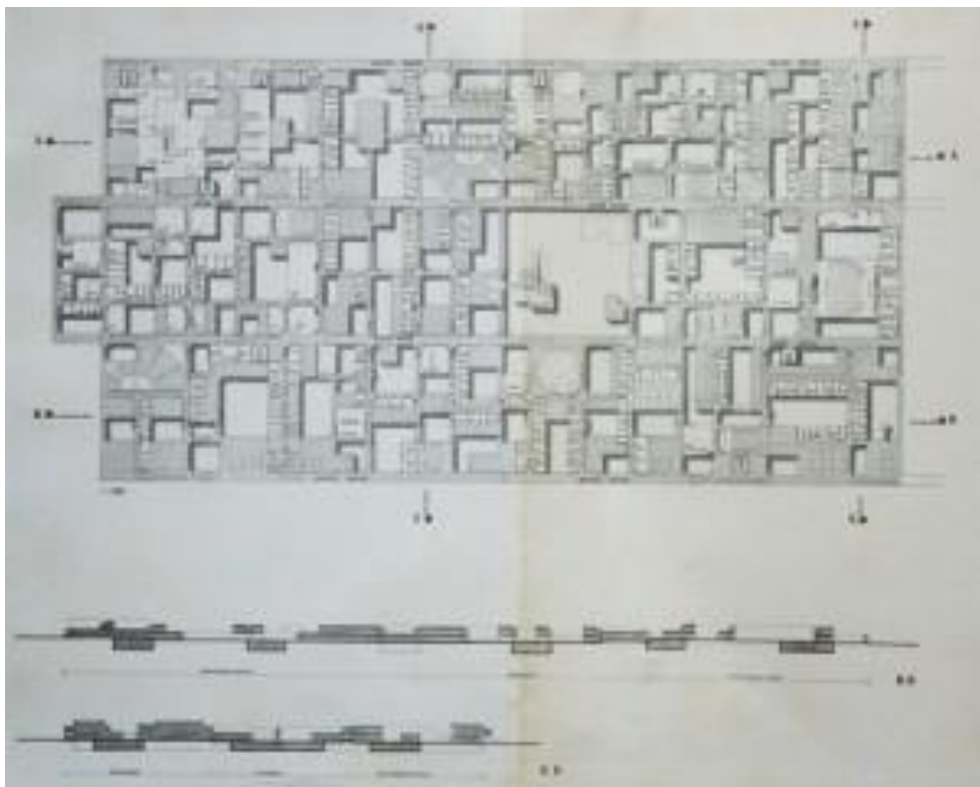


Figura 10 – Universidade Livre de Berlim – Projeto de Candilis - Josic - Woods.
Fonte: MACIEL, 2011.

No Brasil, a qualidade do *campus* como ambiente socialmente integrado foi prejudicada também pelo fato de que, aos arranjos físicos de *campi* com estrutura ora em malha, linear ou nuclear, não se polarizaram equipamentos comunitários de

apoio e serviços. A ausência desses equipamentos enfraqueceu a consolidação da figura do *campus* como lócus de uma forma de vida comunitária mais consolidada (MACEDO, 1986b).

Luciano Damazio Gusmão, autor de “O Território Universitário”, acrescentou que a vida na UFMG é de uma “monotonia terrível”, e que essas características se acentuam ainda mais no “Fundão” (UFRJ). Para ele, o *campus* como espaço físico universitário deveria ser repensado como integrado à cidade. “Vamos fazê-lo funcionar com a cidade” (GUSMÃO, 1984, p.50).

Um exemplo emblemático foi a estranheza da comunidade acadêmica do Sergipe quanto ao então recém-concluído *campus* da UFSe, que trouxe relutância à mudança. Para Sérgio Assunção (1984, p.76), a causa “não foi eventualmente o tipo de sala de aula ou o tipo de laboratório, mas sim, aquele ambiente hostil, que não tinha nada a ver com a estrutura urbana que a comunidade está acostumada a viver”.

Outros seminários nacionais específicos sobre o planejamento de *campus* universitário ocorreram sob a coordenação do antigo PREMESU e, posteriormente, pelo CEDATE. Destacam-se os já citados I Seminário sobre o Planejamento de *Campi* Universitários (1975), Seminário de Conceituação de *Campus* Universitário (1981) e Seminário de Avaliação da Morfologia Urbanística do *Campus* Universitário Brasileiro (1985).

De maneira geral, as manifestações extraídas desses seminários realizados no Brasil a partir de 1975, avançando pela década de 1980, convergiram com a crítica internacional dos anos anteriores, que já apontava problemas semelhantes detectados nas realizações europeias e norte-americanas. Autores como Abou Yazid, Ada Louise Huxtable Bernard Huet, Giancarlo de Carlo, Lionel Brett, Marie Christine Gangneux, Pierre Laconte, René Dottelonde, Stefan Muthesius e muitos outros produziram reflexões semelhantes. Assim como no caso brasileiro, a crítica internacional apontou para a necessidade de uma revisão da relação da universidade com o seu território, buscando eliminar o distanciamento social. Foram considerados não apenas os aspectos segregadores internos, resultantes dos rígidos preceitos do zoneamento modernista por área de conhecimento, como também os externos, resultantes do isolamento com relação à cidade e às comunidades urbanas.

A crítica se manifestou em prol de uma reintegração dos estudantes à cidade, como forma de evitar o desencantamento da classe estudantil. Considerou também necessária a superação da esfera superestrutural e ideológica a que foram submetidos os arquitetos, educadores e administradores, que resultou na interiorização da ideia de um paraíso antiurbano à moda americana.

Como veremos no capítulo seguinte, à medida que representaram uma crítica revisionista ao *campus* como modelo de espaço universitário antiurbano e estruturado dentro dos princípios oferecidos pela Arquitetura Moderna. Três casos de universidades ganham extrema importância, por representar uma ruptura com o modelo vigente, oferecendo campos diferentes para a discussão da validade dos princípios hegemônicos então consolidados:

- Final dos anos 1960 - A Cidade-Universidade de Louvain-la-Neuve – Bélgica.
- Anos 1970 – Universidade de Pavia – Urbino (Itália).
- Anos 1980 – Proposta para a Universidade Federal do Maranhão no Centro Histórico de São Luís – Brasil.

CAPÍTULO 5

OS CASOS DE RUPTURA COM A IDEIA DO *CAMPUS* COMO MODELO

5.1 LOUVAIN-LA-NEUVE: UM CASO BELGA

Juntamente com a Universidade de Pavia em Urbino, na Itália, a implantação de uma nova universidade belga no ano de 1968 na região de Wallonie, zona metropolitana afastada 30 km de Bruxelas, refletiu soluções divergentes das tendências de então.

O caso da Universidade Católica de Louvain-La-Neuve (Figura 11) tem sua gênese na fragmentação em que consiste a questão linguística na Bélgica, onde são adotadas três línguas oficiais: o francês, o neerlandês (flamengo) e o alemão. A universidade, criada em 1425 na cidade de Louvain, era dividida em duas: a Katholieke Universiteit Leuven (KUL), cuja língua praticada é o neerlandês, e a Université Catholique de Louvain (UCL), que adota o francês. Em 1968, por razões políticas e linguísticas, o núcleo francófono da universidade foi levado a deixar a vila de Louvain (em neerlandês: Leuven), situada em território flamengo (NOVGORODSKY, 1973).

A proposta dos arquitetos Pierre Laconte, Jean-Pierre Blondel e Raymond Lemaire constituiu um Plano Diretor que resultou na implantação de uma nova cidade para 50.000 habitantes, dotada de zona industrial e agrícola. Sobre esse aspecto, o pesquisador Adilson da Costa Macedo entende Louvain-la-Neuve como algo mais que um mero *campus* de uma universidade: um empreendimento urbanístico, uma cidade nova, idealizada para crescer junto com a universidade, com

seu projeto inspirado na cidade medieval, em postura de crítica ao urbanismo moderno, como aponta o professor Raymond Lemaire, diretor de arquitetura e urbanismo da UCL e responsável pela equipe do plano da cidade (LEMAIRE *apud* MACEDO, 1990, pp.131-135).



Figura 11 – Universidade Católica Louvain-la-Neuve
Fonte: site Google Maps⁷.

Os autores do Plano Diretor da UCL buscaram, como principal diretriz do projeto, o desenvolvimento da interação social encontrada nas antigas cidades que continham uma universidade em seu seio. Para eles, o planejamento do *campus* deveria atender aos conceitos da tradição urbana europeia, à maneira de Oxford e Cambridge, em favor de uma interação denominada *town and gown*, em que a

⁷ Disponível em: <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&ll=50.662751,4.610438&spn=0.009344,0.01708&gl=BR&t=k&z=16>. Acesso em: 16 de agosto de 2013

comunidade não acadêmica (*town*) ficasse integrada à comunidade universitária (*gown*), e esta, também, à indústria (LACONTE, 1980).

Essa integração somente seria possível à medida que a nova cidade pudesse oferecer empregos diferenciados proporcionados pela universidade e pelo desenvolvimento da cidade e de seu comércio, do parque científico e da indústria (WOITRIN, 1977). A integração com a indústria seria uma decorrência natural, uma vez que o platô onde foi instalada a cidade-universidade é uma região que já contava, em suas adjacências, com a presença de diversas fábricas importantes quando do início do planejamento. A região possuía, portanto, um

potencial como área para indústrias de ponta, fator que foi incorporado ao plano da cidade-universidade através da previsão de um parque industrial anexo e complementar das atividades de pesquisa e de prestação de serviços da Universidade (MACEDO, 1990).

Dentro da escala humana concebida, presente também em diversos outros aspectos do planejamento de Louvain-la-Neuve, o pedestre é privilegiado e não compartilha as mesmas vias com os automóveis. Uma grande laje, sobre a qual se distribuem os edifícios e caminhos para pedestres, separa os fluxos em vias distintas que se estendem por todo o centro urbano, restringindo o tráfego de carros aos subterrâneos. Todos os pontos da cidade são acessíveis aos pedestres, com trajetos de até 2,5 km de extensão, que podem ser vencidos facilmente a pé. Assim, conforme bem definiu Michel Woitrin (1977), diretor geral da UCL à época: “a utilização do automóvel não é proibida, porém é desestimulada: no centro da cidade-universidade os carros desaparecem debaixo de uma imensa laje de muitos hectares”.

A concepção da proposta foi de uma cidade moderna de inspiração medieval, visando à diversidade e ao abrigo de todas as categorias sócio-profissionais, e, por entender que a integração da universidade com a cidade está relacionada ao adequado aparelhamento urbano, a cidade recebeu um Centro de Exposições, um complexo comercial e um de cinemas (WOITRIN, 1977).

A característica de maior adensamento urbano dessa universidade belga em relação às soluções modernistas oferece outro grande contraponto. O projeto adota uma distribuição dos edifícios bastante concentrada e ruas estreitas, combinada com

edifícios baixos (LACONTE, 1982), numa aproximação do ambiente das cidades universitárias medievais.

5.2 UNIVERSIDADE DE PAVIA: UM CASO ITALIANO

Outro caso europeu foi o Plano de Reestruturação e Desenvolvimento da Universidade de Pavia, na cidade medieval de Urbino, na Itália. O plano englobava também a revitalização da cidade-sede da universidade e foi confiado ao arquiteto italiano Giancarlo De Carlo em outubro de 1970 (DE CARLO, 1976).

O Plano Diretor concebido pelo arquiteto evidenciou também uma atitude crítica aos princípios oferecidos pela arquitetura moderna. Através de seu modelo multipolar para aplicação na Universidade de Pavia, ele oferece uma alternativa urbana às megaestruturas representadas pelos *campi* isolados, visando estabelecer uma nova relação entre a universidade, a cidade e seu território (GANGNEUX, 1976). A proposta de De Carlo contemplou a inserção, na cidade de Urbino, de diversos polos universitários distribuídos na sua região central, intermediária e periférica. Os polos centrais – Centro Histórico San Felice, Centro Histórico da Sede, Centro Histórico Calchi e Cravino – são o núcleo que abriga a concentração de equipamentos pedagógicos destinados às disciplinas teóricas dos diferentes cursos e seus intercâmbios. Neles se instalaram a Reitoria, seus anexos, museus e a Biblioteca Central, os departamentos de Filosofia e Letras, Direito, Ciências Políticas e Ciências Econômicas, as faculdades de Medicina, Química e Física, o hospital e equipamentos pedagógicos e de pesquisa em Engenharia, Matemática, Biologia e Farmácia, além de residência universitária e equipamentos esportivos. Os polos intermediários se destinam a atividades de apoio, funcionando também como locais de produção cultural indireta. No Polo Intermediário de Vanzina situa-se um complexo destinado a congressos, seminários e atividades culturais, além do Restaurante Universitário. Os polos periféricos abrigam as atividades onde há contato com a realidade do contexto social, inserindo-se nele os processos de generalização e teorização que se desenvolvem no polo central (DE CARLO, 1976).

Essa busca por uma dimensão urbana para a universidade como base de reestruturação da própria cidade é certamente um ponto positivo da proposta de De Carlo para a Universidade de Pavia. É uma alternativa inteligente ao modelo de

megaestrutura inspirado no mito antiurbano de *campus* (GANGNEUX, 1976) que também apresenta o desafio de conciliar a expansão da universidade tradicional com a preservação e a revitalização do centro histórico da cidade de Urbino. Ao promover essa reorganização, De Carlo procura resolver programática e espacialmente um problema duplo: por um lado, o aumento da segregação no interior da universidade, que restringe os alunos à sua disciplina e tende para o conhecimento específico e, por outro, o isolamento da universidade relacionado à fragmentação da cidade (GANGNEUX, 1976).

David Vanderburgh (1992), pesquisador da UCL, compreende que muito do que foi praticado na reestruturação da Universidade de Pavia se deve às raízes europeias de De Carlo. A teoria e a prática da preservação na Europa é um valor mais tradicional e desenvolvido do que na América do Norte. Paradoxalmente, os colonizadores europeus ignoraram e, muitas vezes, destruíram realizações arquitetônicas e urbanísticas nativas da América, enquanto seus concidadãos que permaneceram na Europa utilizaram e reutilizaram os mesmos lugares que ocuparam por séculos. A preservação como atividade consciente e específica foi um produto do crescente nacionalismo e do historicismo do século XIX.

Giancarlo De Carlo, nos primórdios um arquiteto engajado nos CIAM e modernista comprometido, embora crítico da sua ortodoxia tornou-se um dissidente do movimento e logo se juntou ao denominado *Team X*, um grupo de arquitetos que professava ideias contrárias às do Modernismo (VANDERBURGH, 1992). Em sua concepção, “ao se distanciar do real contexto da sociedade e de suas mais concretas necessidades, a atitude elitista do Movimento Moderno somente acentuou a superficialidade da arquitetura” (DE CARLO, 2005, p.7). Nesse aspecto, falhou ao propor soluções universais e a utopia de uma nova sociedade induzida pela nova Arquitetura e Urbanismo. Numa das manifestações em que melhor sintetiza sua desilusão para como o Modernismo, declarou:

A época dos heróis, do renascer, das soluções universais acabou. Função já não gera a forma automaticamente, ‘menos’ deixou de ser ‘mais’ e há pouca probabilidade de que ‘mais’ seja ‘menos’ novamente: utilidade e beleza não são mais duas metades da mesma maçã (DE CARLO, 2005, p.11).

Para ele, os modelos de espaço físico universitário conhecidos são três: o *campus*; o núcleo universitário inserido na tessitura urbana – nos moldes de Oxford

e Heidelberg – e as faculdades isoladas dispersas no tecido urbano. Este, muito frequente e cada vez mais disseminado na Itália, é um híbrido que contém todos os defeitos e nenhuma das vantagens dos dois primeiros (DE CARLO, 1976). Em suas abordagens iniciais sobre o plano a ser concebido, De Carlo argumentou que a universidade não podia mais ser estruturada com base no modelo de *campus* como território separado da cidade. Por outro lado, argumentando que o modelo mais utilizado na Itália também era perverso, por promover a desagregação, ele propõe uma "estrutura multipolar articulada, capaz de projetar a totalidade do espaço físico, anexando-se a outras atividades importantes, a fim de fortalecê-las e a ela mesma" (DE CARLO, 2000,p.152 *apud* FERRENTINO, 2008, p.92).

Para Leonardo Benevolo, a experiência de Urbino mostra que é possível a introdução de edificações e utilidades modernas em uma cidade histórica compacta, por meio de intervenções criteriosas (BENEVOLO, 1984). Por antagônico que possa parecer, esse esforço conjugou o resgate de técnicas tradicionais da construção civil com a aplicação de técnicas modernas disponíveis e o emprego do aço, concreto e vidro. A abordagem do problema passou, por um lado, pela adequação de edificações históricas às novas funções (Figura 12) e, por outro, pela inserção de edifícios modernos no contexto da cidade histórica, agregando também modernos polos periféricos.



**Figura 12 – “O Magistério”, Faculdade de Ciências da Educação, Universidade Livre de Urbino, 1968-1976. Arquiteto Giancarlo De Carlo.
Fonte: site Vitruvius⁸**

Benevolo enfatizou que o valor cultural do plano diretor original de De Carlo para a cidade universitária de Urbino tem amplo reconhecimento. Porém, passados 11 anos de sua aprovação e após sua completa implantação, diante das transformações ocorridas e da mudança de cenário da nova década, surgiram novos problemas deveriam ser corrigidos (BENEVOLO, 1984):

- O centro da cidade, apesar de fisicamente intacto, não tinha estrutura adequada para lidar com o desenvolvimento do setor terciário (comércio e serviços) e nem com o tráfego de automóveis;
- Os edifícios que vieram a ser construídos no entorno de Urbino não se relacionavam adequadamente com o local, embora a definição formal dada pelo plano diretor de 1964 tenha sido completa e detalhada no mais alto grau;
- As diversas e desastrosas intervenções na paisagem circundante à cidade resultaram na sua deterioração e provocaram o declínio da tradicional atividade agrícola existente.

⁸Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/05.011/1652>. Acesso em: 18 de julho de 2013.

Após uma década da implantação do projeto de De Carlo, o Conselho Municipal da cidade de Urbino entendeu que havia a necessidade de reformulações estratégicas do espaço urbano, para atender às necessidades de desenvolvimento surgidas nos anos 1980. Para fazer frente a essas questões, um novo plano diretor, em substituição ao concebido por Giancarlo De Carlo, foi proposto em 1982 (BENEVOLO, 1984). Um dos membros da comissão encarregada da elaboração do novo plano foi o historiador Leonardo Benevolo, segundo o qual os objetivos eram:

- Promover projetos públicos no interior da cidade, destinados a habitação e serviços, com base em detalhadas pesquisas tipológicas e históricas;
- Desenvolver as áreas privadas remanescentes, por meio de autorizações para novas construções;
- Dirigir novos projetos residenciais e do setor produtivo para locais específicos, adquiridos e equipados pela administração municipal;
- Promover a ocupação de espaços e edifícios públicos, alugando-os e concedendo licenças de utilização para agentes privados e públicos. A medida visou à otimização dos recursos e à ocupação dos edifícios, facilitando o controle dos aspectos econômicos, técnicos e paisagísticos de uma maneira mais eficiente que no passado;
- Promover a regulação da utilização da área agrícola, de forma a atender às necessidades e à recuperação da atividade econômica, combinando-a com medidas ambientais mais efetivas;
- Implantar uma política de planejamento urbano efetiva, conectada a decisões em outros campos (BENEVOLO, 1984).

Embora exista uma linha convergente com relação à premissa básica dos planejamentos das duas universidades europeias citadas, a proposta de Louvain-la-Neuve difere da de De Carlo para a Universidade de Pavia, uma vez que, neste caso, a universidade foi implantada na tessitura de uma cidade histórica.

5.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: UM CASO BRASILEIRO

Nos anos 1980, a rigidez das características racionalistas/funcionalistas dos princípios de planejamento das duas décadas anteriores no Brasil contribuiu para o

desencantamento em relação ao modelo abraçado como espaço universitário hegemônico. “Ao que parece, a experiência vivida no País e as condições concretas da nossa realidade urbana não foram levadas em conta, preferindo-se retomar o primitivo modelo de *campus* americano” (BRANCO, 1984, p.23) que, já nos anos 1960, tinha sido questionado em vários países, incluindo os EUA. Entretanto, a crítica não resultou na concepção de um novo modelo ou numa mudança de paradigma que possa ser considerada importante, pois os padrões empregados no modelo hegemônico, conforme Cunha (2007, p.73), estavam “profundamente interiorizados por professores, estudantes e administradores universitários”. Essa “interiorização” era um fato a ser considerado, uma vez que eram os tempos pós-ditadura militar, marcados pela distensão política e pela consolidação da autonomia universitária estabelecida pela Reforma Universitária de 1968 (BRASIL, 1968).

Entretanto, um dos aspectos mais relevantes a respeito desse ambiente crítico contrário à noção já sedimentada de *campus* até então foi o desenvolvimento de uma proposta inovadora do CEDATE, em 1983, de implantação de um *campus* da UFMA no centro histórico de São Luís. O fato de ter sido uma proposta gestada no seio daquele órgão federal dá a dimensão de sua importância. Inconcebível no cenário político, social, arquitetônico e urbanístico dos anos 1960-1970, ela revela um momento marcante e pouco explorado na historiografia brasileira.

Em outubro de 1983, por meio da Portaria nº 427, o MEC instituiu uma Comissão Técnica para estudar a instalação física desse *campus*, tendo como coordenador o arquiteto Tancredo Maia Filho, do CEDATE. Sua equipe foi responsável por formular a proposta de implementação da ocupação, indicando os agentes e delimitando os procedimentos técnicos e administrativos necessários ao empreendimento. Ao final dos trabalhos, foram identificadas 121 edificações passíveis de ocupação no centro histórico e, no ano de 1984, foi compilada, a título de relatório, uma publicação do CEDATE, em cuja introdução constam diversas justificativas, das quais deve ser destacada a seguinte:

A intervenção que ora se propõe se reveste de características peculiares não só por questionar uma prática da universidade brasileira de construir *campus* universitário fora do centro urbano, como por viabilizar o aproveitamento do acervo arquitetônico e urbano de São Luís, pelo carreamento dos recursos financeiros para sua restauração, adaptação e agenciamento (BRASIL, 1984c; p.12).

A fundamentação da proposta inovadora do CEDATE encontra paralelo com os princípios adotados por Giancarlo de Carlo para implantação, nos anos 1970, do *campus* da Universidade de Pavia no centro histórico da cidade de Urbino, na Itália. Por outro lado, tem propósitos de resgate da tradição urbana a exemplo da Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, atendendo às diretrizes dos arquitetos Pierre Laconte, Jean-Pierre Blondel e Raymond Lemaire. Havia em comum com o plano de De Carlo a opção por uma estratégia de implantação baseada na reconstrução/readequação de prédios antigos existentes, além de acrescentar adequações à malha urbana. Por meio dessa proposta, o CEDATE buscava a reinvenção do espaço universitário, inspirado em valores mais próximos de nossa cultura e tradições urbanas. Tudo isso dentro de um propósito de valorização da relação entre instituições humanas e edifícios, buscando a integração social da comunidade acadêmica no espaço urbano existente, parecendo permear os ideais do Seminário de Conceituação de *Campus* Universitário e os objetivos dos planos diretores de Pavia e Louvain-la-Neuve.

A UFMA, à época, já mantinha atividades em alguns prédios do centro da cidade, sendo alguns próprios e outros alugados. No processo de seleção do acervo arquitetônico destinado à construção de um espaço universitário baseado na reabilitação, reconstrução, restauração ou demolição de edifícios e de outros espaços, esses prédios foram considerados como ponto de partida (BRASIL, 1984c).

A compilação dos resultados dos estudos determinados pelo MEC para a implantação urbana da UFMA se deu em 1984, por meio da publicação do CEDATE intitulada “*Universidade Federal do Maranhão no Centro Histórico de São Luís*” (BRASIL, 1984c). A comissão de implantação encontrou viabilidade no aproveitamento de 121 prédios, dispostos em 55 quadras do centro da cidade, formando cinco conjuntos de edificações, conforme explicitados (numerados de 1 a 5 na Figura 13), totalizando uma área de 60.475 m². As descrições dos imóveis e seus endereços foram registrados.



Figura 13 – Trecho do Centro de São Luís evidenciando 5 conjuntos de edifícios englobando as 55 quadras passíveis de ocupação pela UFMA⁹ –

Legenda: 1 – Conjunto arquitetônico nº 1;
 2 – Conjunto arquitetônico nº 2;
 3 – Conjunto arquitetônico nº 3;
 4 – Conjunto arquitetônico nº 4;
 5 – Conjunto arquitetônico nº 5.

Fonte: BRASIL, 1984c e Google Maps¹⁰.

⁹ A Figura 10 foi compilada a partir de desenho técnico que se encontra anexo à publicação do CEDATE “Universidade Federal do Maranhão no Centro Histórico de São Luís” (BRASIL, 1984c). A referida planta-baixa foi superposta pelo autor à imagem de satélite da cidade de São Luís, Maranhão, possibilitando a identificação nesta, dos cinco conjuntos arquitetônicos pretendidos para a implantação da UFMA no centro da cidade.

¹⁰ Disponível em <https://maps.google.com/>. Acesso em 20/01/2014

Os estudos realizados pela comissão “produziram um saldo positivo e altamente favorável à implantação do *Campus* Urbano da UFMA no Centro Histórico de São Luís” (BRASIL, 1984c). O relatório da comissão apontou as premissas orientadoras da proposta, considerando também os objetivos que justificavam a implantação do *campus* urbano. Entre os mais relevantes, foram considerados (BRASIL, 1984c, p.16):

- Integração entre a vida acadêmica e a vida comunitária, proporcionada pela inserção da universidade no lócus do cidadão comum;
- Recuperação, adaptação e preservação do patrimônio histórico, do centro de São Luís, dotando os edifícios de utilização permanente e social e economicamente justa;
- Revitalização de zonas urbanas em estado de depressão, adequando o uso desses imóveis com as funções urbanas, “promovendo assim, a preservação e conservação do patrimônio ambiental urbano”;
- Resgate do vultoso capital social instalado, representado pela capacidade ociosa dos prédios, otimizando assim a aplicação dos recursos financeiros, considerando-se que “os custos com reconstrução são menores que na construção de novos edifícios”;
- Concorrer para a “formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos”, por meio do resgate de tecnologias tradicionais de construção civil e desenvolvimento de outras, específicas para a intervenção em áreas históricas.

A proposta do CEDATE, tida pela comissão como “complexa e pioneira”, procurava dar resposta a algumas críticas ao modelo de *campi* afastado do centro urbano. Contra esse modelo de território elitizado, o relatório considerava os ganhos de uma universidade no centro histórico, capaz de proporcionar uma “convivência mais estreita e cotidiana da população da cidade com todos os alunos e professores da UFMA” (BRASIL, 1984c, p.19).

Na concepção do estudo efetuado, devido à vinculação das questões de ordem pedagógica com o planejamento físico, ficou clara a necessidade de definição entre dois caminhos a seguir: 1. agrupamento dos edifícios por área de conhecimento; 2. vinculação por natureza de atividades – teóricas ou práticas. Decidiu-se por privilegiar a segunda alternativa e, portanto, a universidade deveria atender à “seleção por tipo de atividades – teóricas e práticas - independentemente

da área de conhecimento” (BRASIL, 1984c, p.18). Esse critério representa outra ruptura de paradigma com o modelo então já institucionalizado no Brasil, e é uma medida cuja lógica poderia impedir a criação de guetos. Essa intenção é também explicitada no relatório. Segundo ele,

a concentração de atividades teóricas no *Campus* Urbano permite uma ampla e constante convivência de docentes e discentes de diferentes áreas de conhecimento, inclusive na realização de estudos e trabalhos interdisciplinares (BRASIL, 1984c, p.18).

Em contraposição ao modelo de *campi* suburbano, a comissão de implantação do *Campus* Urbano da UFMA manifestava o ideal de um espaço único para a cidade e universidade, tendo, como argumento, consideráveis ganhos sociais, por favorecer “um bom relacionamento entre a vida universitária e a vida cidadã, com vantagens mútuas: centro urbano e centro universitário estreitamente entrelaçados e permeados” (BRASIL, 1984c, p.19). A proposta previa, ainda, estudos conjuntos da administração pública, envolvendo Município, Estado e União, com o objetivo de reformular, adaptar e aperfeiçoar

atividades e serviços que proporcionem melhoria da qualidade da vida urbana: circulação de pedestres, automóveis e ônibus, expansão do comércio, desempenho do turismo, serviços comunitários e infraestrutura urbana, etc. (BRASIL, 1984c, p.19).

Em linhas gerais, os elementos técnicos do estudo que compõem a proposta de um *Campus* Urbano da UFMA no Centro Histórico de São Luís (Figura 13) se constituíram de:

- a) Levantamento de campo destinado a identificar os conjuntos arquitetônicos contíguos passíveis de ser aproveitados e considerados de utilidade pública.
- b) Levantamento fotográfico de cada um dos prédios a ser recuperado e adaptado às novas funções;
- c) Proposta de elaboração/atualização do quadro de demanda de áreas da UFMA;
- d) Elaboração de proposta de levantamento da situação dominial e outras providências, visando à aquisição dos imóveis e, quando fosse o caso, a sua desapropriação, uma vez declarados de utilidade pública;
- e) Elaboração de um Plano Global de Ação;
- f) Proposição de elaboração dos projetos de Arquitetura e Engenharia;

g) Elaboração de plantas esquemáticas de situação dos imóveis.

Para os autores do relatório,

as condições específicas do Centro Histórico de São Luís – centro urbano ainda vivo, mantendo todas as funções urbanas dentro de um contexto arquitetônico singular e íntegro e de relevância nacional, constituem fatores decisivos para o êxito da proposta, que poderá se constituir em experiência piloto, cujos efeitos multiplicadores se reverterão em favor de mudanças na política de implantação dos *campi* das universidades brasileiras e na relação com suas comunidades (BRASIL, 1984c, p.12).

Ao final, a proposta de um *campus* urbano no centro histórico de São Luís, uma vez submetida à administração superior da UFMA, não encontrou aceitação. Para Maia Filho (2013), a posição final da administração da UFMA foi algo retrógrada. Ele acrescenta que

o caso do *campus* urbano no Centro Histórico de São Luís foi lamentável, pois perdeu-se uma oportunidade ímpar de implantação de uma universidade urbana em contraponto às diretrizes do regime militar de tirar a vivência universitária da vivência urbana das cidades, deslocando os *campus* universitários para as periferias ou zonas rurais! Participei dos estudos preliminares para a implantação da UFMA naquele Centro Histórico, que chegaram a identificar os prédios e casarões passíveis de desapropriação. A cúpula do MEC e das autoridades do BID, responsáveis pelo programa MEC-BID III aprovaram a idéia e autorizaram o desenvolvimento das ações. No entanto, a Reitoria daquela universidade, numa triste demonstração de visão retrógrada, talvez ainda com os mesmos princípios isolacionistas do regime militar, não aprovou o projeto.

Todavia, Maia Filho considerou que não houve uma recusa formal daquela universidade à proposta do CEDATE. Segundo ele,

não passou por aí! Passou pelo não fazer, não incentivar. Quando vinha um projeto, era projeto no *campus* (*campus* do Bacanga, na periferia da cidade – Grifo nosso). Vinha outro projeto..., e era projeto no *campus*. E aquilo era uma coisa que precisava decidir fazer. Decidir romper com tudo aquilo e dizer: Nós vamos fazer isso! Como não se decidiu fazer, o que tinha de fazer foi sendo feito [no *campus*] (MAIA FILHO, 2013 *apud* RODRIGUES, 2001, p.180).

Nesse contexto, o fato de o CEDATE não ter imposto à comunidade universitária da UFMA a sua proposta de um *campus* no centro histórico se deveu

ao respeito ao princípio da autonomia das universidades participantes do programa, o que era um ponto indiscutível no CEDATE. Para o órgão, as relações com as instituições conveniadas eram pautadas por uma estratégia de parceria, e assim, somente quando havia abertura por parte das universidades a equipe conseguia influenciar as decisões. Propostas discutidas no campo teórico eram viabilizadas ou indeferidas pela comunidade acadêmica de cada universidade (MAIA FILHO, 2013 *apud* RODRIGUES, 2001, p.180).

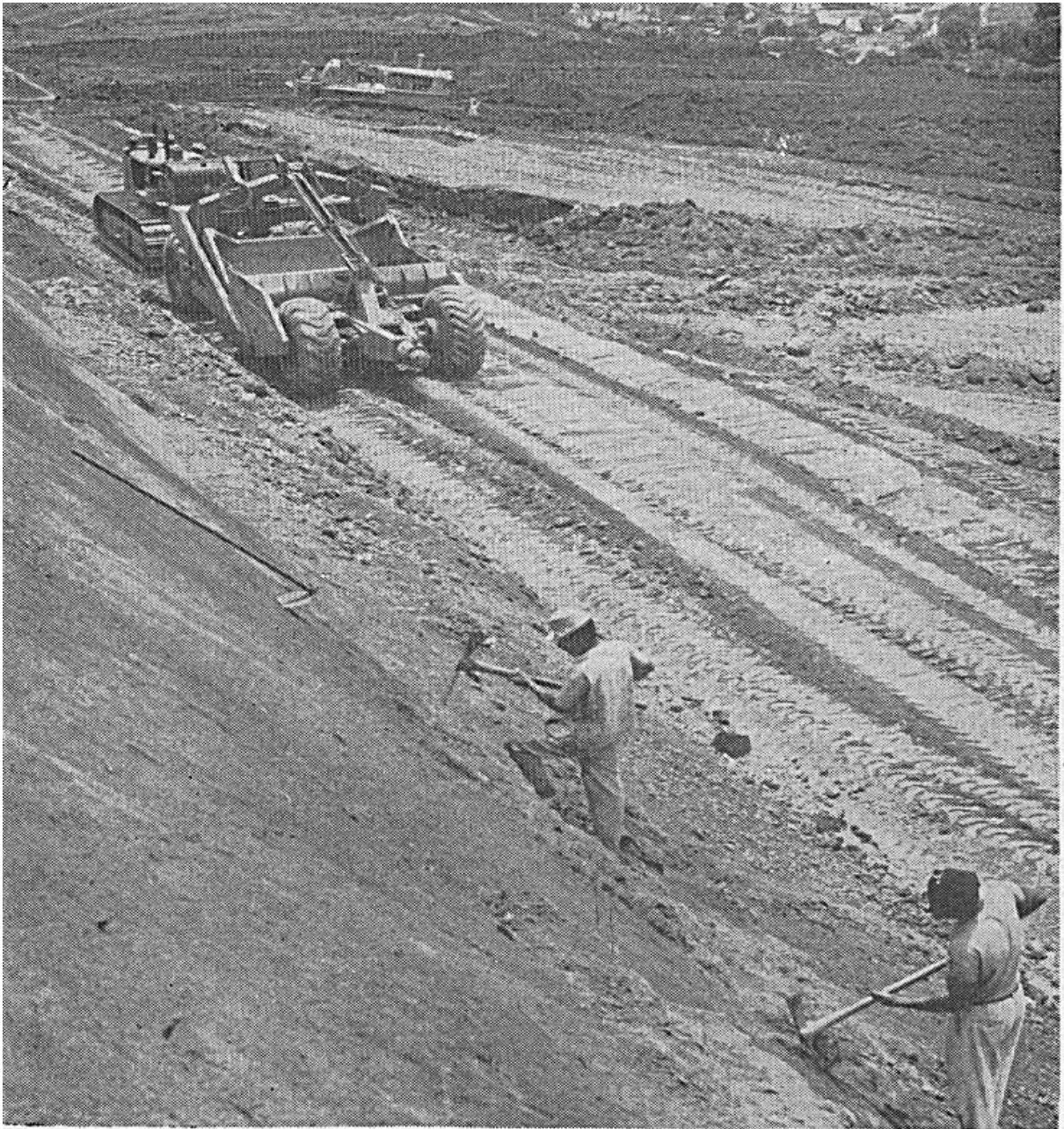
CAPÍTULO 6

ESTUDO DE CASO: A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA NO PROGRAMA MEC/BID III

6.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O *campus* da Universidade Federal de Juiz de Fora é um dos 21 grandes empreendimentos universitários federais dos anos 1960-1970. Além deste fato, foi uma das nove universidades contempladas nos anos 1980 pelo Programa MEC/BID III, o que dá relevância ao estudo de sua forma arquitetônica e urbanística, além dos processos de projeto verificados nas fases de implantação e de consolidação.

A UFJF foi criada em 23 de dezembro de 1960 pelo presidente Juscelino Kubitschek, por meio da lei nº 3.858, que federalizou diversas faculdades já existentes na cidade. Seu *campus* foi efetivamente implantado na década de 1970, com área total de 1.346.793,80 m² em um terreno afastado do centro da cidade doado pela Prefeitura de Juiz de Fora. A implantação, iniciada no final da década de 1960 e finalizada no início dos anos 1970, em pleno regime ditatorial, envolveu grandes obras de terraplenagem e a construção seriada de unidades-padrão. O empreendimento foi um grande desafio, representado pelas obras de engenharia em terreno extremamente acidentado e em curto período de tempo (Figuras 14 e 15).



Máquinas e operários na Cidade Universitária.

— 223 —

Figura 14 – “Máquinas e Operários na Cidade Universitária” (UFJF, 1968)

Vista aérea de parte do *campus* evidenciando grandes movimentos de terra – 1968.

Fonte: LuminaSpargere – Revista da Universidade Federal de Juiz de Fora, p.223, nº1, Ano 1968.



Figura 15 – Obras de terraplenagem do setor oeste do *campus*, para construção de 4 do total das 8 plataformas.

Fonte: Foto Dornellas (1969)

O Plano Diretor inicial, é de autoria do engenheiro Arthur Arcuri. No Memorial Justificativo (UFJF, 1966), ele registrou a adesão inequívoca ao modernismo e a crença nos princípios corbusianos como redentores da “sociedade contemporânea[...] de que só a arquitetura e o planejamento urbano podem fornecer a receita exata para seus males” (LE CORBUSIER, *The Radiant City*, p.143 *apud* FITTING, 2002). As palavras de Arcuri, abaixo, expressam sua adesão ao modelo internacionalizado.

A adoção da nova concepção dada às cidades universitárias, baseada no moderno urbanismo que se propõe humanizar as cidades e restabelecer o equilíbrio entre o individual e o coletivo e assim transformar a vida fragmentária consequente da simples associação de indivíduos em vida comunitária é condição essencial sem a qual será impossível criar uma comunidade de fato (UFJF, 1966).

O plano-piloto é constituído por oito plataformas situadas em diferentes cotas do terreno, destinadas às áreas de conhecimento específicas. Conforme evidenciado na Figura 16, foram criadas as plataformas de Tecnologia, Ciências Exatas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Estudos Sociais, Educação Física e Desportos, além da plataforma central, destinada ao centro cívico (*core*). Arcuri atribuiu a concepção das inúmeras plataformas à

topografia original extremamente acidentada, revelando ter se inspirado em alguns arranjos urbanos da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Foi utilizada para isso a técnica de compensação do terreno por corte e aterro para a constituição dos platôs, o que resultou nos inúmeros taludes. As unidades-padrão da UFJF foram distribuídas lado a lado ao longo dessas plataformas, numa estrutura sequencial em forma de ziguezague, na qual os prédios se alternam quanto ao alinhamento (Figura 16). Essa alternância permitiu a introdução de áreas ajardinadas laterais e frontais às edificações, possibilitando a insolação e ventilação direta de todos os blocos. As unidades-padrão foram projetadas na forma de blocos retangulares tipificados, com dois pavimentos, que se repetem de forma linear pelo *campus*.

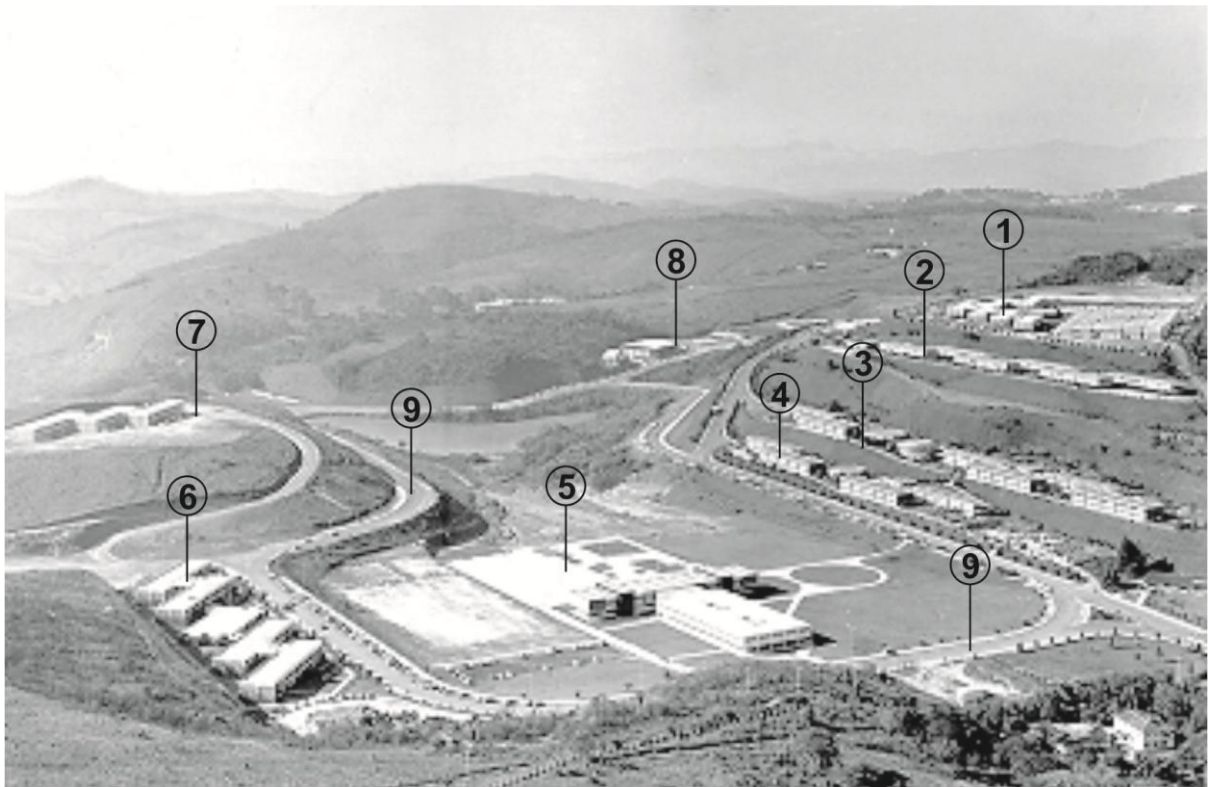


Figura 16 – Vista aérea do *campus* da UFJF após implantação sob projeto de Arcuri e Kleinsorge, antes da realização do Programa MEC/BID III (UFJF, 1985).

- Legenda: 1 - Setor Tecnológico;
 2 - Ciências Exatas;
 3 - Ciências Biológicas;
 4 - Ciências Humanas;
 5 - Core – Centro Cívico;
 6 - Setor de Estudos Sociais;
 7 - Ciências da Saúde;
 8 - Setor de Educação Física e Desportos
 9 - Anel Viário.

Fonte: Foto Dornellas – adaptado pelo autor.

O arranjo espacial mostrado na Figura 16 apresenta, em primeiro plano, situada no nível topográfico mais baixo do sítio, a plataforma central, que inclui o lago. No Memorial Justificativo escrito de próprio punho, Arcuri manifestou a intenção de nela criar a zona residencial para professores e alunos, situada entre a zona comuno-cultural (centro cívico) e a zona esportiva (ao fundo, em último plano). Propôs, portanto, o anel viário como um “sistema viário circundante, com o propósito de obter-se uma grande área onde só circulariam, em passadiços ou não, os pedestres que ficariam assim resguardados dos inconvenientes e perigos decorrentes de vias transversais” (UFJF, 1966). A concepção original reforça a ideia do *core* modernista e este setor deveria constituir “o coração da cidade, onde se desenvolvem todas as atividades culturais, sociais, cívicas, comerciais e recreativas, através da Biblioteca, Instituto de Arte, Teatro, Salas de Exposições, Museu, Grêmios, Clubes, Cinema”, além da administração da universidade (Reitoria) e restaurante universitário (UFJF, 1966). Todavia, a quase totalidade desses aparelhos não se concretizou. Após quatro décadas de funcionamento do *campus*, do planejamento original, realizou-se no interior desta plataforma somente a Biblioteca Central. A área restante, com exceção da praça cívica, ao longo do tempo foi tomada pela vegetação e hoje constitui um grande parque.

A ausência destas facilidades na plataforma central, imaginadas como unidades integradoras e a estanqueidade das plataformas onde se encontram os institutos e faculdades contribuíram para um maior afastamento entre as partes da universidade. Essa característica é acentuada pelas distâncias também verticais entre os setores da UFJF, como se observa na Figura 17, que estimulam o uso do automóvel no *campus*.

Assim, embora Arcuri tenha declarado o desejo de criar uma verdadeira universidade, “baseada no moderno urbanismo”, capaz de “transformar a vida fragmentária consequente da simples associação de indivíduos em vida comunitária” (UFJF, 1966) o *campus* atual da UFJF carece daqueles elementos para melhor integração de suas partes. Ao final, o conjunto, a forma urbanística imaginada, por não ter sido concluída, acabou não atingindo a sua plenitude, enquanto lócus de uma vida comunitária mais integrada, desejada por ele.



Figura 17 – Unidades-padrão recém-implantadas no início da década de 1970 nos setores leste (em primeiro plano) e oeste do *campus* (ao fundo). *Em primeiro plano, a plataforma do Setor de Estudos Sociais. Fonte: Acervo UFJF

O ritmo acelerado requerido para as obras contribuiu para que as diretrizes do projeto fossem de caráter mais geral, carentes de programas de necessidades específicos, apurados e alinhados com as peculiaridades de cada curso, como laboratórios específicos, gabinetes de trabalho, bibliotecas setoriais, cantinas e outros (OLIVEIRA, 2013). Isso se deveu ao fato de parte dos cursos eram recém-criados e outros tantos surgiram ao longo dos anos seguintes, tendo de se adequar à estrutura física existente.

No Brasil, a natureza dos projetos arquitetônicos e urbanísticos envolvidos no intenso programa de implantação de diversos *campi* nas décadas de 1960 a 1970 esteve diretamente relacionada às qualidades específicas do arquiteto, que não estava ligado a uma hierarquia acadêmica. A ausência ou, em outros casos, a fragilidade dos programas acadêmicos, acabou por ser a marca de alguns projetos dessa época, fazendo com que estivessem diretamente conectados à interpretação do arquiteto sobre a principal tarefa acadêmico-institucional. Dessa ideia compartilha

o pesquisador Adilson Macedo, que vê na centralização das decisões o traço mais comum desses espaços universitários, “em nome de uma abordagem excessivamente globalizante”. Ele atribui ao ritmo acelerado do programa de implantação dos *campi* da década de 1970 a adoção de práticas como a reprodução de projetos e repetição de elementos construtivos, para facilitar as obras e obter economia de escala (MACEDO 1986b).

O planejamento físico de uma universidade envolve uma série de intervenientes, condicionantes e, sobretudo, o suporte direto de um projeto acadêmico. Para o arquiteto Luciano Bernini, por duas vezes prefeito da cidade universitária da USP:

Um plano diretor, indicativo ou regulador de um *campus* universitário, não é uma invenção de arquitetos ou quaisquer especialistas. Hoje, os planos são integrados – isto é, devem resultar do exame de problemas sócio-econômicos, administrativos, docentes, físicos e outros. Exigem o pensamento simultâneo (BRASIL, 1978).

Entretanto, essa fragilidade e, muitas vezes, a ausência de um projeto acadêmico, observada na concepção de muitos *campi* brasileiros das décadas de 1960 e 1970, também ocorreu no mesmo período em outros países. É o que afirmou Arthur Ericksson, arquiteto responsável pelo projeto da *Simon Fraser University* (Canadá) nos anos 1960, relatando que “não havia programa acadêmico e tivemos que fazer suposições sobre as quais baseamos nosso projeto” (ERICKSSON *apud* MUTHESIUS, 2000, p.189).

No caso específico da UFJF observa-se, de maneira análoga, que não houve tempo para uma participação mais ampla da comunidade acadêmica. Antônio Casemiro, projetista atuante no processo de implantação desse *campus* (Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária da UFJF), relatou que foi feita uma tentativa de elaboração de Programas de Necessidade para os edifícios que viriam a abrigar os institutos e faculdades. Contudo, os questionários enviados aos professores não obtiveram resposta em tempo hábil. Esse fato levou a uma decisão conjunta de Arthur Arcuri (autor do Plano Piloto) e Nicolau Kleinsorge (engenheiro assistente) de se abster de uma maior participação comunitária (OLIVEIRA, 2013). Na ausência de um programa detalhado, diretrizes de caráter macro norteavam o

trabalho de concepção do plano piloto original e dos projetos executivos das edificações, acentuando suas características quantitativas.

O conjunto final edificado é um resultado das visões de Arcuri e Kleinsorge sobre a atividade acadêmico-institucional. Dessas visões nasceram as intenções de projeto expressas no Plano Diretor, nos projetos executivos e nas declarações de Kleinsorge (1967?), ao apresentar o projeto das unidades-padrão:

As obras do “*Campus*” da Universidade Federal de Juiz de Fora marcam o início de uma nova fase na vida universitária em nossa cidade. É evidente que esta nova etapa não é marcada apenas pelos edifícios a serem erguidos em nossos terrenos, mas, e principalmente, porque ela é parte da reforma que hoje se promove nos métodos e na própria estrutura da Universidade. (Grifo Nosso) [...] Assim é que, ao ser elaborado o projeto da Unidade Padrão, ora apresentado, o partido a ser adotado não poderia estar divorciado do espírito que norteia a reforma da Universidade (Grifo Nosso). [...] Uma universidade jovem como a nossa, e em pleno crescimento, não poderia se instalar em prédios estanques, bitolados ou irremediavelmente definitivos. Havia que se conceder-lhes possibilidades múltiplas, obedecendo aos princípios básicos da flexibilidade: expansibilidade, compressibilidade e reversibilidade. (Grifo Nosso) [...] buscou-se sempre a forma plástica mais simples, e o equilíbrio entre os problemas funcionais e construtivos, e por fim, a solução do conjunto, obedecidas as diretrizes ditadas pelo plano-piloto do ‘*Campus*’. [...] não se trata de um projeto destinado a esta ou aquela Faculdade, mas a quaisquer delas. [...] Os blocos, conquanto paralelos, se encontram defasados e as repetições dos mesmos se farão de forma a permitir a construção, nas áreas intermediárias, de peças com fins diversos, tais como, anfiteatros, grandes laboratórios, pátios para estacionamentos, etc., que devem ser incorporados ao conjunto harmonicamente. [...] Finalmente, mister se faz que se acrescente, ter sido o projeto elaborado de maneira a possibilitar o atendimento integral à realidade orçamentária da UFJF (Grifo Nosso), de tal forma, pudesse esta realizar sempre uma obra por inteiro, com aproveitamento imediato.

Esses elementos, aliados às características formais e funcionais observadas no ambiente construído da UFJF, revelam uma série de significados. O primeiro deles é a intenção de se conceber um sistema flexível e racional, que permitisse que os espaços da universidade recém-implantada, paulatinamente e ao longo do tempo fossem moldados às necessidades dos futuros usuários. O segundo significado, partindo da premissa de Kleinsorge de que a Unidade-Padrão “não se trata de um projeto destinado a esta ou aquela Faculdade, mas a quaisquer delas”, denota Programas de Necessidade mais genéricos, ligados a aspectos macrológicos e

quantitativos, buscando tornar iguais os desiguais. Diz respeito ainda a um planejamento bastante centralizado, numa ótica mais restrita à espacialidade, à repetição de elementos construtivos e à adoção de sistemas de racionalização da construção. O arquiteto e urbanista Adilson Macedo entende esse tipo de proposta como uma solução construída “de fora para dentro”, onde o termo “fora” representa as esferas decisórias do poder administrativo, e o “dentro”, a comunidade acadêmica. Nesse caso, “os programas de necessidade devem ter acentuada característica quantitativa [...] havendo consulta às pessoas que habitarão os espaços apenas para esses níveis de informação” (MACEDO, 1986a).

O Plano Diretor da UFJF (1973, p.43), em seu último parágrafo, enuncia as relações intrínsecas do planejamento do *campus* com as diretrizes racionalistas da Reforma Universitária de 1968 e as motivações desenvolvimentistas reinantes no período. Essa relação é expressa nas palavras:

A Universidade Federal de Juiz de Fora acredita que o *sistema de campus* por suas indissociáveis componentes [...] edificáveis e atendidas simultaneamente, significa a realidade inteira da *Reforma Universitária* e a verdadeira grandeza para formar o homem hábil e necessário ao novo tempo do desenvolvimento brasileiro.

Esses significados evidenciam as principais componentes que resultaram no partido urbanístico e arquitetônico adotado. As características gerais do Plano Diretor, consonante ao modelo hegemônico do período, podem ser resumidas assim: 1. uma estreita identidade para com os princípios de planejamento de *campi* preconizados por Rudolph Atcon; 2. o atendimento às diretrizes da Reforma Universitária instituída pela Lei 5.540/1968 (BRASIL, 1968); 3. o arcabouço oferecido pela Arquitetura Moderna.

As universidades, de fato, “estão entre as mais dinâmicas instituições quanto às suas necessidades de mudanças ao longo do tempo [...] todos os edifícios da universidade devem ser projetados tendo a noção de que a mudança é inevitável” (CINCINNATI, 2008, p.1-7).

Elas respondem a uma gama de influências externas, incluindo os movimentos da sociedade, a evolução dos sistemas pedagógicos, os avanços tecnológicos, e também ao mercado, de forma ampla. Porém, se por um lado o partido de projeto priorizou os ganhos de escala, por outro, deve-se considerar que a atividade universitária requer espaços especializados, com solução individualizada.

O risco de abordagens projetuais mais globalizantes é a inadequação dos espaços às necessidades dos usuários.

As “Unidades-Padrão” da UFJF foram construídas sem divisões internas (OLIVEIRA, 2013), em dois pavimentos e sem definição específica quanto à função. A compartimentação interna e a definição dos ambientes se deu posteriormente, junto à utilização, paulatinamente, através de divisórias de ambientes marca Eternit, constituídas de duas placas de fibrocimento entremeadas por um núcleo de isopor, solução que, com o passar dos anos, foi abandonada (SILVA, 2013). Ao longo do tempo, esses fatores, aliados ao desenvolvimento tecnológico, resultaram em inadequações do espaço físico à atividade acadêmica e na consequente busca por adaptações e adequações físicas necessárias.

Essas práticas de planejamento do período guardaram similaridades em diversas universidades. A concepção da UFJF esteve alinhada com a prática hegemônica nos anos 1960 e 1970. Entretanto, este estudo busca evidenciar maneiras distintas de concepção do espaço universitário.

Com a missão de reestruturar e reabilitar fisicamente as universidades contempladas, o Programa MEC/BID III, nos anos 1980, patrocinou um deslocamento nesse eixo de prioridades. Foram privilegiadas as funções específicas dos edifícios e seus ambientes. Buscou-se a realização de programas de necessidade detalhados e direcionados à atividade acadêmica e administrativa, demandando, portanto, uma maior participação comunitária.

Tanto a concepção dos anos 1960 e 1970, como a da reestruturação dos anos 1980 contêm vantagens e desvantagens. Porém, sua adoção tem reflexos diretos no projeto da estrutura ambiental da universidade.

A eliminação da dispersão física ainda remanescente na UFJF desde a implantação do *campus* foi um dos fatores que a levaram a aderir ao Programa MEC/BID III. A entidade ainda mantinha importantes unidades pulverizadas no centro da cidade, tais como as faculdades de Odontologia e de Educação (esta, oriunda da antiga Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora). Em 1981, um ano antes do início das obras resultantes do Programa MEC/BID III, as unidades pulverizadas compunham cerca de 23% da sua área total edificada. A UFJF se beneficiou com a sua adequação tecnológica aos avanços observados na década de 1980. O Programa MEC/BID III assegurou-lhe uma segunda fase de crescimento

que, devido à sua importância, pode ser considerada como a consolidação do seu *campus*.

6.2 O PROCESSO DE PROJETO NA UFJF

Nos primórdios da UFJF, o órgão que esteve à frente da concepção de projetos, coordenação e execução de obras e manutenção era o Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária (ETEC). Foi no início do reitorado de Sebastião de Almeida Paiva (1977-1981) que o ETEC foi transformado em Prefeitura da Cidade Universitária (UFJF, 1981), herdando as atribuições daquele escritório.

As ações de expansão do *campus* devidas ao Programa MEC/BID III passaram a ser atribuição da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Esta, atendendo a exigências do MEC/CEDATE, contratou novos profissionais de Engenharia e Arquitetura, criando a UEL. Com a nova estrutura, a Administração Superior pretendia dinamizar o processo por meio de uma equipe com foco exclusivo no programa de expansão, livre dos encargos de operação e manutenção do *campus*, que continuavam a cargo da Prefeitura da Cidade Universitária. Posteriormente a UEL passou a fazer parte da estrutura da Prefeitura, permanecendo, porém com a atribuição exclusiva de gerenciar o Programa MEC/BID III.

Dentro da conceituação tradicional relativa aos intervenientes no processo de projeto, a Administração Superior teve o papel de agente empreendedor, enquanto que as unidades acadêmicas, representadas por seus diretores, conselhos de unidade e departamentos, atuaram como usuários. A UEL atuou como órgão de planejamento e controle, centralizando, por meio de seus projetistas, engenheiros e arquitetos, as ações relacionadas ao produto compreendendo a concepção/formalização de projetos, memoriais descritivos, orçamentos, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas e fiscalização das obras.

Como todos os projetistas envolvidos eram membros da UEL, foi possível a participação dessa equipe em todas as fases onde a compatibilização dos projetos se dava passo a passo, sem os inconvenientes de uma compatibilização *a posteriori* e evitando interferências entre o arquitetônico e os complementares, e destes entre si.

Segundo Mosqueira (2013), a fase do Programa de Necessidades era realizada por meio de reuniões com as unidades acadêmicas, representadas por seus diretores, conselhos de unidade e departamentos, e daí saía a conceituação que definiria a função de cada edificação. A esses usuários do produto eram também submetidos questionários detalhados sobre as características da edificação a ser construída, seu dimensionamento, fluxos de trabalho, utilidades requeridas para o perfeito funcionamento dos laboratórios e demais requisitos envolvendo salas de aula, ambientes administrativos, etc. Esses questionários eram elaborados com a participação dos especialistas de cada área de projeto e permitiam a obtenção de dados preliminares acerca do dimensionamento, dos fluxos específicos, das interligações e da forma com que os diversos ambientes a ser criados se relacionavam. Outros dados, como utilidades e instalações especiais necessárias, características do mobiliário e questões relacionadas ao conforto térmico também compunham a planilha. De posse desses dados consolidados em fichas específicas, o coordenador definia o partido arquitetônico a ser adotado nas fases seguintes.

Na seqüência, o Estudo Preliminar e o Anteprojeto eram elaborados pelo arquiteto. Nessas fases havia a participação do engenheiro de estruturas, do engenheiro eletricista e do responsável pelos projetos hidrossanitários. O partido estrutural, a locação dos pilares e outros aspectos gerais relacionados eram definidos em conjunto com o arquiteto, para evitar futuras interferências na obra. Como extensões dessa discussão, eram analisadas as alternativas econômicas do projeto estrutural, visando determinar a escolha da melhor relação custo-benefício. Outras definições, como a necessidade de *shafts* para eletricidade, telefonia, água e esgoto e, ainda, de requisitos e detalhes específicos de cada área que pudessem interferir com o projeto arquitetônico eram tomadas em conjunto, ao longo de todas as fases.

Entretanto, as ações de expansão desse período não se realizaram com suporte em um Plano Diretor. Isto se deu porque, à época, não havia um plano atualizado em vigor. As ações de expansão física tinham como suporte uma Carta de Intenções junto ao CEDATE, aprovada pelo BID e o Plano Piloto original, de autoria de Arthur Arcuri na década de 1960.

O ambiente democrático instalado na década de 1980 proporcionou uma mudança de paradigma na concepção das edificações no *campus* da UFJF. Aliado

ao avanço tecnológico que se vinha experimentando, o ambiente político deu voz à comunidade acadêmica, de forma que os institutos e faculdades passaram a ter mais autonomia e participação no processo criativo, bem como na definição dos espaços acadêmicos. As exigências do CEDATE resultaram em Programas de Necessidades mais detalhados e mais alinhados às necessidades específicas dos usuários, com amplos reflexos nos partidos arquitetônicos.

6.3 UM CONTRAPONTO ENTRE DUAS FASES DO PLANEJAMENTO FÍSICO NA UFJF

Quando da implantação do Programa MEC/BID III, fazia uma década que o *campus* da UFJF estava em operação. Conforme se vê na Figura 18, excetuando-se a construção do ginásio menor do então Centro Olímpico (Setor de Educação Física e Desportos), o *campus* não tinha ainda sofrido modificações em sua estrutura oriunda do projeto original.

Nesse período, o processo de consolidação física do *campus* da UFJF se afastou de alguns dos princípios básicos que caracterizaram a concepção do plano de Arthur Arcuri. Com projetos arquitetônicos de Cláudio Mafra Mosqueira, os novos edifícios ocuparam nichos nas plataformas existentes, mantendo uma relação de estreita harmonia com o zoneamento do plano original. Nesse aspecto, não houve uma ruptura para com a hierarquia de plataformas específicas, rigidamente concebidas por área de conhecimento.

As mudanças na paisagem urbana do *campus* podem ser entendidas, em parte, como resposta à necessidade de contemplar a universidade com avanços tecnológicos observados no período e à tendência de integração em alguns cursos. Conforme se observa na Figura 18, as novas obras construídas dentro do Programa MEC/BID III (assinaladas em preto) foram o Centro Pedagógico (Fac. Comunicação e Fac. Educação), Centro de Línguas, CPD – Centro de Processamento de Dados, Fac. Odontologia, Bloco ICE-3000A, Bloco ICE-3000B, Bloco ICHL – Laboratório de Fonética/Administração, Bloco ICBG – Administração/ Anfiteatro e Salas de Aula.

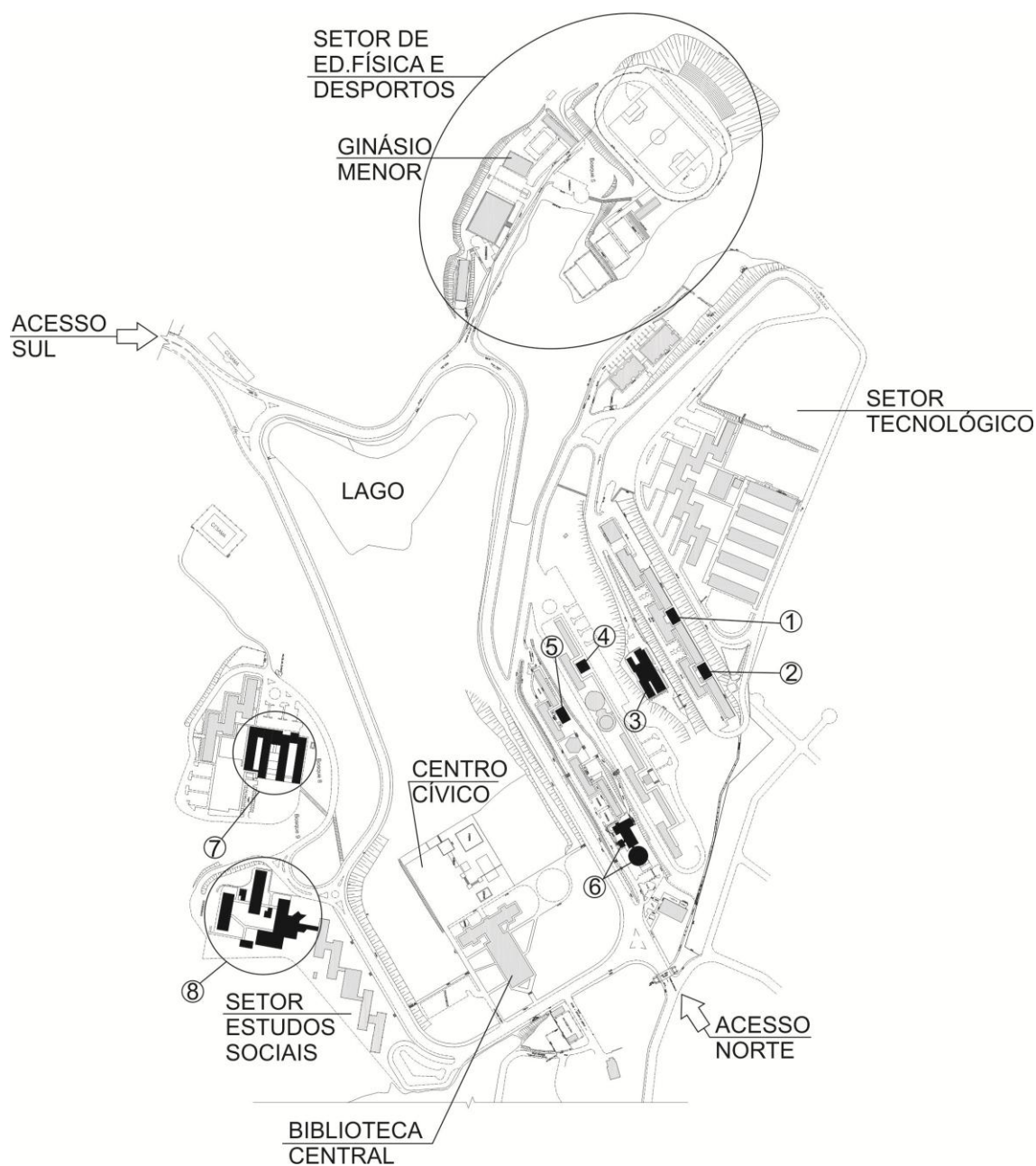


Figura 18 – Planta-baixa do *campus* da UFJF evidenciando as obras do Programa MEC/BID III.

Legenda: 1 - Bloco ICE-3000A;

2 - Bloco ICE-3000B;

3 - CPD - Centro de Processamento de Dados;

4 - Bloco ICBG - Administração/ Anfiteatro e Salas de Aula;

5 - Bloco ICHL - Laboratório de Fonética;

6 - Centro de Línguas;

7 - Faculdade de Odontologia;

8 - Centro Pedagógico.

**As edificações em cinza são anteriores ao Programa MEC/BID III.

Fonte: Pro-Reitoria de Infraestrutura UFJF – adaptado pelo autor.

Assim, três centros foram implantados: Centro Pedagógico (conjunto de prédios integradores da Faculdade de Educação e Comunicação), Centro Integrado de Saúde – reunindo as faculdades de Odontologia e de Enfermagem à já existente

Faculdade de Farmácia e Bioquímica – e Centro de Línguas, integrado ao Instituto de Ciências Humanas. Os centros constituíam uma novidade na UFJF e tinham como princípio a racionalização dos espaços e a não duplicação de meios administrativos. O Programa MEC/BID III, a exemplo do seu antecessor, o Programa MEC/BID II, visava ao cumprimento da legislação da Reforma de 1968. A intenção era explícita no tocante às necessidades de “promover a integração e coordenação funcional das unidades acadêmicas”, “racionalizar a utilização dos recursos e evitar duplicidade” e de “atender a maior demanda de formação de profissionais qualificados, que resulta da implantação acelerada de novos projetos de desenvolvimento econômico” (ANDRADE; PINTO; GUSTIN, 1986, pp. 297- 298).

Uma ruptura de paradigmas para com o plano original foi a introdução de edifícios singulares num *campus* cujo traço marcante era a arquitetura tipificada. Aos olhos do usuário comum, talvez tenha sido esta a característica mais visível da expansão física realizada sob projeto de Mosqueira. Essa mudança permitiu que a função dos edifícios fosse relacionada à sua forma. Os novos edifícios evidenciam um desejo de que a função ou identidade particular de cada um se pronuncie, em contraponto à rigidez formal dos blocos retangulares idênticos e separados de Arcuri e Kleinsorge, que, por sua vez, conferem maior força ao conjunto arquitetônico (Figura 19).

Para alguns autores, como Adilson Macedo, a repetição de projetos tende, às vezes, a amesquinhar a arquitetura, reduzindo o projeto ao “carimbar de um padrão que dissimula o atendimento inadequado de um programa de atividades mais específico, em nome de uma abordagem excessivamente globalizante” (MACEDO, 1985).

Constatam-se, portanto, dois momentos históricos distintos, embora intimamente ligados, representando duas maneiras de produção e apropriação do espaço físico universitário, por naturezas diferentes e complementares, que acabam por causar percepções e significados também diferentes quanto à sua morfologia e tipologia.



**Figura 19 – Vista dos edifícios tipificados do setor oeste do *campus* da UFJF, em fase final de obras (UFJF. início dos anos 1970)
Fonte: Foto Dornellas**

Na expansão dos anos 1980, o detalhamento dos projetos e o atendimento às funções específicas relacionadas ao desempenho das tarefas pedagógicas foram mais acentuados do que a ênfase na racionalidade e nos aspectos de “economia de escala” da implantação inicial.

A mudança mais relevante no sistema de planejamento físico foi o desenvolvimento do processo de projeto em si. Contribuiu para isso o fato de que os anos 1980 encontraram as universidades em um contexto diverso daquele dos anos 1960 e 1970. Respondiam, portanto, a novas forças da história e ao cenário de amplas transformações pelas quais passava a sociedade. As mudanças que os novos tempos impunham às instituições de ensino superior passavam pela percepção de que o planejamento de *campi* tinha a necessidade de atender de maneira mais direta às questões de natureza pedagógica e também aos avanços

tecnológicos. Para tanto, foi necessária uma maior participação acadêmica nas decisões relacionadas à concepção espacial.

Existe um contraponto entre a maneira com que foram concebidos os projetos dos dois períodos. Com a predominância de edifícios tipificados, a implantação inicial do *campus* da UFJF apoiou-se no projeto de três tipos de unidades-padrão básicas, que se replicaram nas diversas plataformas, independentemente da função a que se destinariam. São projetos singelos, constituídos apenas das informações fundamentais oferecidas por uma planta baixa por pavimento, cortes longitudinal e transversal, fachada e quase nenhum detalhamento adicional (Figura 20). Além dos elementos gráficos básicos, especificamente a indicação de paredes, portas e janelas, as plantas baixas não continham mais informações que não fossem as cotas gerais internas e externas (em boa parte escritas a lápis, embora as plantas sejam a nanquim sobre papel vegetal). Essa singeleza se estendeu aos projetos complementares (estrutural, instalações hidráulicas, eletricidade e telefonia). A tipificação dos edifícios permitiu, então, a repetição dos projetos das unidades-padrão, constituindo conjuntos arquitetônicos uniformes que se multiplicaram pelo *campus*.

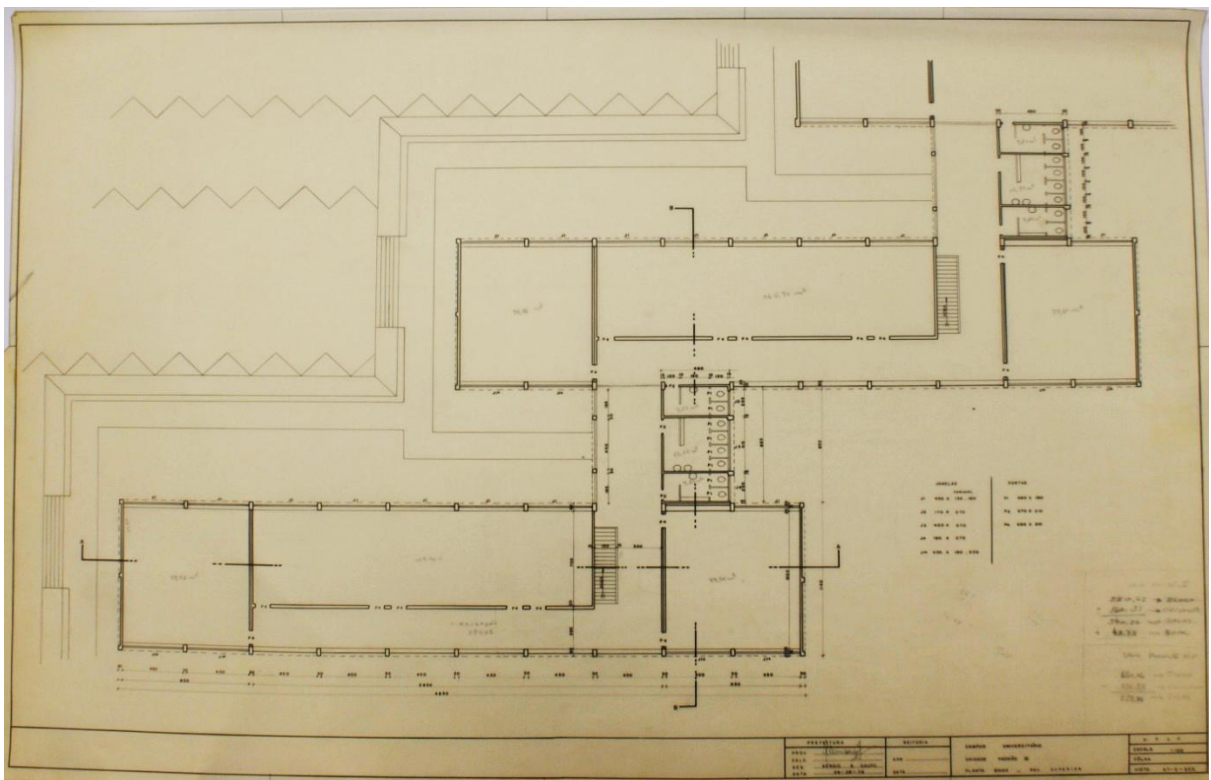


Figura 20 – Planta baixa da Unidade-Padrão II do *campus* da UFJF (UFJF, 1970).
Fonte: Pró-Reitoria de Infraestrutura – UFJF

Conforme já enfatizado, as ações de expansão dos anos 1980 respeitaram o planejamento inicial de Arcuri, constituído por oito plataformas situadas em diferentes cotas do terreno e destinadas às áreas de conhecimento específicas – Ciências Exatas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Estudos Sociais, Educação Física e Desportos e Engenharia, além da plataforma central (Figura 16).

Porém, foram construídos nos intervalos entre os edifícios existentes, em áreas originalmente destinadas a jardins, dois novos blocos no Instituto de Ciências Exatas (ICE-3000A e ICE-3000B), dois outros na plataforma do Instituto de Ciências Biológicas e Geociências (ICBG) e um bloco no ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras). Esse fato, embora pontual, não deixou de alterar o aspecto paisagístico das plataformas; contudo, foi mantido o planejamento original geral.

Dos novos edifícios, um dos projetos que desperta especial atenção por suas características formais é o Centro de Processamento de Dados (Figura 21). Situado na 3ª plataforma do setor oeste, o prédio era o único a ocupá-la no tempo em que ali foi inserido. Na concepção da volumetria do edifício, Mosqueira associou a funcionalidade do projeto à sua composição plástica, atribuindo-lhe a forma de um *chip* de computador.



**Figura 21 – Centro de Processamento de Dados da UFJF – Autoria: Arquiteto Cláudio Mafra Mosqueira.
Fonte: Acervo da Pró-Reitoria de Infraestrutura/ UFJF**

A edificação foi construída em um único pavimento, e se destaca pela sobriedade conferida pelo concreto aparente. Participam de sua composição formal os imensos *brises* que correm longitudinalmente nas fachadas leste e oeste, apoiados em pilares triangulares avançados. Estes, além da função estrutural e de elementos de composição, têm função de controle da iluminação e insolação. O prédio foi concebido para abrigar uma estrutura de planejamento, gestão e coordenação da tecnologia de informática da universidade. Edificado num período em que os computadores centrais eram do tipo *mainframe* da IBM, foi estabelecido como requisito básico a concepção de um bloco central destinado a todos os equipamentos envolvidos no processamento de dados. Também por exigência da empresa, o local foi dotado de piso elevado e ar condicionado central. Aliado a isso, a tecnologia empregada e o tipo de destinação do prédio despertaram a necessidade de outras inovações que o caracterizaram, tanto no aspecto arquitetônico, quanto no de suas instalações.

Nos corredores internos observa-se também a preocupação com o aproveitamento da iluminação e ventilação naturais proporcionadas pelos lanternins

e *domus* acrílicos. Nesses mesmos corredores, beneficiando-se do *layout* de cada gabinete de trabalho, criou-se um recuo da porta de entrada com panos de parede em 45°, pintados em cores diferenciadas, que serviu de suporte para a comunicação visual interna. Como recursos estéticos, foram ainda concebidas luminárias especiais em alguns pontos, iluminação de fachada e frisos rebaixados com o objetivo de soltar as paredes do teto e do piso, buscando a sensação de leveza.

Uma tônica presente na composição formal dos novos edifícios do período foi a recorrência a elementos tais como *brises*, pérgulas, lanternins e *domus*. No prédio destinado ao Centro de Línguas (22), que apresenta dois blocos retangulares de dois pavimentos nos extremos e um bloco central em forma cilíndrica, além desses elementos, foi criado um jardim interno para a convivência dos estudantes, coberto por um *domus* destinado à iluminação zenital. No aspecto relacionado às novas técnicas de ensino, foi implantado um laboratório com recursos audiovisuais para o ensino de línguas, equipado com modernos equipamentos à época.

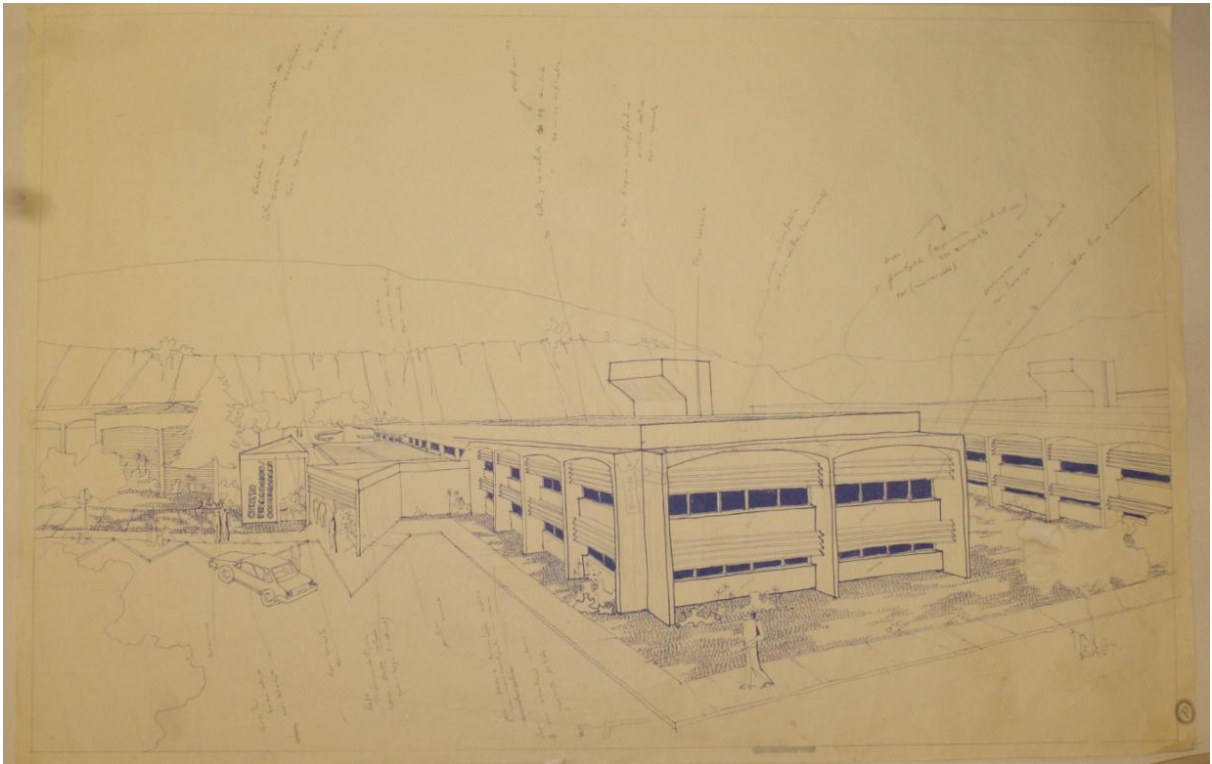


**Figura 22 – Centro de Línguas da UFJF – Autoria: Arquiteto Cláudio Mafra Mosqueira.
Fonte: Acervo da Pró-Reitoria de Infraestrutura/ UFJF**

As mudanças nos padrões de ensino também moldaram os novos edifícios, que passaram a requerer maiores recursos tecnológicos. Uma abordagem mais técnica foi necessária para a implantação dos estúdios da Faculdade de Comunicação que, juntamente com a Faculdade de Educação, compunha o Centro Pedagógico. A concepção dos estúdios de rádio, TV e fotografia envolveu a

participação de consultores específicos. Para a criação do estúdio de TV foram feitas visitas a um estúdio da TV Globo, além da contratação de consultores. O mesmo se deu com relação ao estúdio de rádio. Assim, resultaram ambientes específicos, decorrentes de um projeto voltado à função.

Apesar de os novos partidos arquitetônicos dos anos 1980 terem se afastado dos preceitos iniciais que caracterizaram a implantação do *campus*, no caso do Centro Pedagógico (Figuras 23 e 24) algumas referências formais foram mantidas. Pelo fato de ter sido instalado em terreno contíguo, dando sequência à plataforma do setor de Estudos Sociais, Mosqueira optou por dar a este conjunto arquitetônico características que permitissem o seu diálogo com os edifícios existentes. Diferia destes, entretanto, em sua fachada, por detalhes como a presença de *brises-soleil* e pérgulas, além dos volumes dos pilares e arcos consecutivos sobre as janelas, que avançam para o exterior dos prédios, dando maior profundidade ao conjunto (Figura 23).



**Figura 23 – Centro Pedagógico da UFJF – Arquiteto Cláudio M. Mosqueira. Perspectiva.
Fonte: Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFJF**



Figura 24 – Centro Pedagógico da UFJF – Arquiteto Cláudio Mafra Mosqueira
Fonte: Acervo da Pró-Reitoria de Infraestrutura/ UFJF

Assim como as unidades-padrão de Arcuri e Kleinsorge, as fachadas dos edifícios componentes do Centro Pedagógico respondem à mesma modulação adotada para a estruturação da planta baixa, permitindo a inserção de pilares avançados. A unidade-padrão adotada como referência é a mesma das plataformas do setor de Estudos Sociais, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Farmácia e Bioquímica, nas quais, sobre os pilares avançados, se apoiam arcos sequenciais, componentes da estrutura em concreto armado a se repetir sobre as janelas também arqueadas. Outro elemento característico dessas fachadas é a alvenaria de fechamento, revestida por cerâmicas, que tem aspecto de tijolos aparentes maciços envernizados. Esses edifícios, denominados “Unidade-Padrão II” e “Unidade-Padrão II Especial”, determinaram, então, a tipologia a ser utilizada por esse conjunto arquitetônico, destinado às instalações das faculdades de Educação e de Comunicação nos anos 1980.

As unidades-padrão que serviram de referência para a concepção do projeto do Centro Pedagógico podem ter encontrado nas *Maisons Jaoul*, construídas na

França sob projeto de Le Corbusier, as raízes de sua influência arquitetônica no aspecto formal (Figura 25).



Figura 25 – Maisons Jaoul – Le Corbusier
Fonte: site wikiarquitectura¹¹

Essa mesma origem pode ser percebida na fachada de alguns prédios de uma das “*New Universities*”, a Universidade de Sussex (Figura 26), na Inglaterra.



Figura 26 – Universidade de Sussex, Inglaterra.
Fonte: site Flickr – Foto Tim Brighton¹²

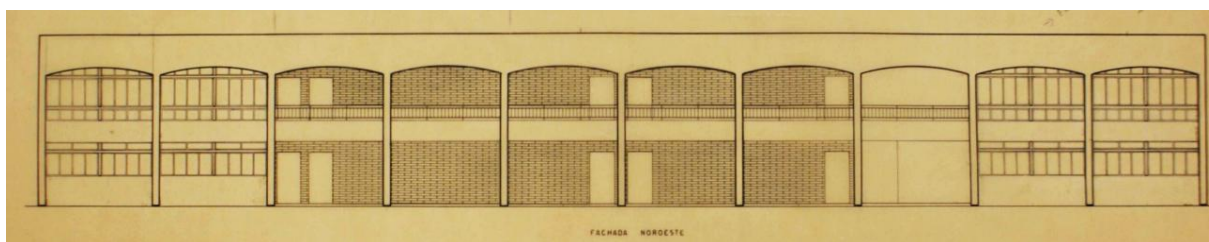
¹¹ Disponível em: https://www.google.com/search?q=maisons+jaoul&hl=en&rlz=117NDKB_pt-BRBR541&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=x0M3UuXIM4229gTj8YGYDg&ved=0CJ0BEIke&biw=999&bih=561&dpr=1. Acesso em: 14 de setembro de 2013

¹² Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/timbrighton/sets/234757/page3/>. Acesso em: 14 de setembro de 2013

A evidência dessas influências foi apontada por Ian Brown, por meio do artigo *Irrelevance of University Architecture*, publicado em Abril de 1972:

...não se trata de nenhuma surpresa que seja principalmente o monumentalismo e o romantismo de Le Corbusier que caracteriza a 'arquitetura' de muitas das novas universidades. [...] Um dos exemplos mais proeminentes desse efeito é a Universidade de Sussex projetada por Sir Spence Basil (BROWN, 1972).

Os arcos sequenciais nas fachadas dos edifícios do setor de Estudos Sociais (Figura 27), Faculdade de Engenharia e Faculdade de Farmácia e Bioquímica constituem uma paisagem tradicional no *campus* da UFJF. Outra característica marcante nessas fachadas é o emprego do aspecto visual de tijolos aparentes maciços. Trata-se de um procedimento recorrente na arquitetura inglesa em tempos passados, presente também em algumas de suas tradicionais universidades, razão pela qual ficaram conhecidas pelo termo *Red Brick Universities* (Universidades de Tijolo Vermelho).



**Figura 27 – Unidade Padrão II – Autoria: Arcuri - Kleinsorge
Fonte: Acervo da Pró-Reitoria de Infraestrutura/ UFJF**

A análise das transformações ocorridas no *campus* da UFJF após a realização dos projetos arquitetônicos do Programa MEC/BID III passa pela avaliação da natureza dos projetos e das características físicas dos edifícios resultantes. São de interesse as influências conceituais inerentes, os aspectos históricos, o processo de projeto, a modulação, aspectos construtivos e materiais empregados. As reflexões sobre esse período estão intimamente ligadas ao planejamento original do *campus*. A sua contraposição com o período posterior permite uma síntese das bases que fundamentaram a concepção arquitetônica e urbanística nos dois períodos: ambos os projetos adotam os princípios da Arquitetura Moderna; porém, o projeto original se fundamentou com maior

intensidade nos princípios racionalistas, enquanto a consolidação dos anos 1980 enfatizou os aspectos funcionalistas.

A consolidação do *campus* da UFJF nos anos 1980, sob o Programa MEC/BID III introduziu novos elementos à paisagem arquitetônica sem, no entanto, promover inadequações e conflitos maiores com o espaço urbano já constituído. A prioridade à forma e à função dada por Mosqueira incorporou ao *campus* novos exemplares e partidos arquitetônicos, contribuindo para a diversificação de sua arquitetura, identificando um diferente momento da história da instituição. Por outro lado, permitiu a adequação do espaço físico às mudanças nos padrões e técnicas de ensino, agregando importantes aparelhos tecnológicos ao *campus*, como o Centro de Processamento de Dados, estúdios de fotografia, rádio e TV, clínicas e laboratórios odontológicos, além de laboratórios especializados de química, fonética, áudio visual e Núcleos Especializados para o Ensino de Ciências (NEC – Faculdade de Educação). Assim, ressalte-se o relevante papel exercido pelos dois arquitetos envolvidos nesses dois momentos de extrema importância para a constituição do espaço físico da UFJF.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, considerando que somente 13% da população brasileira entre 25 e 34 anos tem acesso ao ensino superior, as Universidades, sobretudo países em desenvolvimento como o Brasil, deverão continuar entre as instituições mais dinâmicas e em constante adequação física e ampliação. Para a ascensão cultural e socioeconômica da população, a ampliação da estrutura universitária existente, com a possibilidade da criação de muitos novos *campi*, deverá ser um desafio nos anos vindouros. Novos investimentos na área poderão reafirmar a importância do planejamento urbanístico e arquitetônico universitário.

Espera-se, portanto, que arquitetos e urbanistas incumbidos da concepção do espaço universitário contemporâneo possam ampliar suas referências projetuais ao estudar as experiências das universidades construídas dos anos 1950 em diante. A Universidade ideal do período foi descrita por Muthesius (2000, contracapa) como uma combinação da “grandeza do eficiente *campus* modernista” com o recolhimento dos antigos *colleges*. A influência cultural dominante dos EUA produziu modelos físicos e pedagógicos que se disseminaram em contextos culturais dos mais diversos. Sua reprodução na França, Inglaterra e Brasil constituiu um paradoxo, já que a tradição universitária desses países, até então, era eminentemente urbana.

O encantamento inicial pelo *campus* antiurbano nesses países evoluiu para um ambiente de fortes críticas e busca de um modelo próprio. Já nos anos 1960 houve casos de afastamento das soluções mais tecnicistas e racionalistas, visando à construção de um espaço social. A sociabilização restrita a ‘um *core* para integração’, ou ponto de encontro central, foi abolida no plano da Universidade de Berlim. Na mesma direção, a ideia de que “não existe nenhuma área na universidade que não possa ser considerado um espaço social” (MUTHESIUS, 2000, p.276) pautou a concepção da Universidade de Konstanz.

Esse espírito foi reforçado nas realizações da Universidade Católica de Louvain-la-Neuve e da Universidade de Pavia, ganhando cores de postura crítica ao urbanismo moderno e ao *campus* antiurbano. Os novos modelos deveriam transcender o tecnicismo e os limites da Arquitetura e Engenharia em direção aos valores sociais, das preferências do homem comum e do resgate da escala humana na arquitetura e no urbanismo.

Um dos questionamentos mais recorrentes no Brasil dos anos 1980 com relação aos *campi* erguidos a partir dos anos 1960 foi dirigido à segregação social, resultante do seu afastamento geográfico com relação às cidades. É de crucial importância observar que a integração com a cidade nunca foi uma meta do planejamento físico das universidades federais brasileiras dos anos 1960 e 1970. Pelo contrário, Atcon (1974, p.185) propunha a criação de um “Anel Protetor” periférico aos *campi*, com a finalidade de apartá-los dos núcleos urbanos e resguardá-los “de indesejáveis vizinhanças e controlar seu ambiente acadêmico-científico”. A integração do *campus* com a cidade não é objeto de qualquer menção sequer no texto da Reforma Universitária (BRASIL, 1968). Apesar de atualmente muitos *campi* como o da USP, UFMG, UFRJ, UFJF, além de outros, terem sido envolvidos pela expansão urbana, esse fato não representou fator de integração com a cidade.

A desconexão com a cidade foi evidenciada não só nos limites físicos, mas também pela percepção de ambos, cidadão e comunidade acadêmica, de uma fronteira urbanística resultante de duas maneiras antagônicas de apropriação do espaço físico (*campus* modernista x cidade tradicional).

Outra crítica recorrente foi dirigida ao forte senso de zoneamento por área de conhecimento/atividade, percebido como promotor de distâncias sociais, físicas e de guetificação interna das universidades.

Na essência, deve ser observado que o ponto de ruptura entre o modelo de *campus* hegemônico no Brasil e a crítica do período quanto ao planejamento do espaço universitário é exatamente o fator integração humana – intramuros e extramuros. Essa crítica manifestou-se também contrária à excessiva centralização do poder de decisão nas mãos dos arquitetos e administradores, com baixa participação comunitária. A exemplo do ocorrido anteriormente no Canadá, França e Inglaterra, este fator foi percebido como um dos indutores da inadequação da base física universitária. Sob o contexto do movimento arquitetônico, constatou-se a não realização da utopia modernista de que “a natureza humana poderia ser condicionada ou modificada pelo ambiente físico correto” (HUXTABLE, 1981).

Por outro lado, a crença no progresso como valor fundamental a ser perseguido e na auto-suficiência das soluções científicas para o enquadramento dos problemas da sociedade, predominante no período pós-

guerra na Europa (MUTHESIUS, 2000, p.274) e que no Brasil foi abraçada, a partir dos anos 1960 nos EUA deu lugar a uma nova tendência. A mudança essencial se deu no entendimento de que os espaços universitários deveriam se adequar ao comportamento social espontâneo, e não o contrário. Ou seja, a idéia de que o espaço físico iria moldar o comportamento social passou a ser amplamente questionada.

Apesar das transformações sofridas, a atual forma arquitetônica e urbanística de muitos *campi* brasileiros persiste como produto do ideário de planejamento dos anos 1960 e 1970. Por conseguinte, qual será o legado dessa espacialidade concebida no século XX para as comunidades universitárias do século XXI? Considerando que os seminários de planejamento de *campi* promovidos pelo MEC foram palcos das críticas dos anos 1980, até que ponto as inadequações da base física das universidades, naquela época evidenciadas, foram superadas? Uma série de questionamentos feitos nesse período pode servir como temática para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a qualidade ambiental dos *campi* federais, por exemplo: Em que grau o isolamento da cidade imposto ao estudante pelos limites urbanísticos do *campus* antiurbano coloca-o à margem da sociedade? Quais são as alternativas de planejamento físico de *campus* indutoras de uma universidade mais articulada, que promova um menor isolamento entre suas partes, contribuindo para evitar a formação de especialistas limitados a uma área específica? Em que medida esta questão se relaciona com o rígido zoneamento por área de conhecimento?

O estreitamento das distâncias (físicas e sociais) entre as diferentes áreas do saber não proporciona um modelo mais aproximado da sociedade? Quais seriam as medidas pretendidas pela comunidade para encurtar essas distâncias? Privilegiar o *campus* como espaço do pedestre é possível ainda hoje, através de intervenções físicas e também de campanhas de conscientização? Em que medida a ausência ou precariedade no *campus* de serviços como livrarias, papelarias, centros de compra, bares, cinemas, locadoras de vídeo, correio, postos de gasolina, etc., dificultam a integração e identificação da comunidade acadêmica com o seu meio? A ausência no *campus* do traçado urbano tradicional formado por ruas, quarteirões e praças, dificulta a locomoção, orientação e identificação do usuário com o ambiente?

Em conclusão, a discussão dessas e outras questões, hoje, com a sociedade e a comunidade universitária podem contribuir para a consolidação dos *campi* existentes como lócus de uma vida mais humanizada e integrada. Por outro lado, constituem importante subsídio para a concepção de novos *campi* e demais espaços universitários que vierem a ser implantados.

A análise formal do *campus* da UFJF evidenciou um espaço físico fiel ao modelo hegemônico praticado no Brasil dos anos 1960 a 1970. Nele, a topografia de morros do sítio onde se instalou, aliada ao partido adotado por Arcuri, intensificou o senso de zoneamento. As várias plataformas estanques, esculpidas em diferentes cotas de terreno, cada qual destinada a uma área de conhecimento específica, acrescentam a essa espacialização distâncias também verticais, estimulando o uso do automóvel. Considerando-se esses aspectos, a UFJF atende a um padrão espacial condizente com os princípios do zoneamento modernista acrescido do racionalismo construtivo proposto pela Reforma de 1968, além de um arranjo físico compatível com as fundamentações oferecidas por Rudolph Atcon. O arranjo urbanístico original foi preservado por ocasião das intervenções sob o Programa MEC/BID III. Entretanto, à medida que privilegiaram a inserção de edifícios singulares num *campus* cujo traço marcante é a arquitetura tipificada, significaram a possibilidade de renovação à paisagem urbana.

O processo de projeto, na implantação dos *campi* (anos 1960 e 1970) e também nas expansões atuais, pode não ser objeto de maior prioridade dos governos federais. Excetuando-se os anos 1980, percebe-se ainda hoje a ausência do controle da qualidade dos projetos pelo MEC. Esse controle foi exercido pelo CEDATE, extinto no governo Collor (estudado no Capítulo 4), por meio da vinculação da liberação de recursos para obras à aprovação técnica dos projetos em Brasília. A inexistência de um órgão estruturador nos moldes do CEDATE, bem como a inexigência de escritórios técnicos locais, tem impacto direto na coordenação e qualidade dos projetos. Portanto, a principal contribuição do Programa MEC/BID III e do CEDATE ao sistema de planejamento físico das universidades foi o desenvolvimento do processo de projeto em si.

Se, nos anos 1960, havia um ideal de universidade influenciado pelos EUA, quais seriam as diretrizes norteadoras de um novo *campus* para atender ao Brasil contemporâneo? Não se trata aqui de promover um libelo contra o ideário que

resultou nos *campi* brasileiros dos anos 1960 e 1970. Entretanto, há que se reconhecer a existência de um caminho a ser percorrido na direção de um espaço universitário que responda às necessidades contemporâneas.

O planejamento de *campi* de uma nova universidade deveria ser capaz de responder à necessidade de construção de um espaço universitário socialmente integrado, abandonando modelos simplistas, estabelecendo bases em estudos que aproveitem as experiências do passado para indicar novas possibilidades de intervenção e criação dos espaços universitários deste novo século.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA-BARCHET, Bruno. **A higher education for the twenty-first century: European and US approaches**, Centre for European Studies, Brussels, 2012. Disponível em: <http://www.1888932-2946.ws/ComTool6.0_CES/CES/E DocumentManager/gallery/Research_Papers/RP2012-web A_Higher_Education_for_the_Twenty-first_Century-2.pdf>. Acesso em: 03 set.2013.
- ALBERTO et al. **A Diversidade de Fontes e seu Significado Para a Pesquisa de Campi Universitários**. In: 2º seminário Ibero Americano de Arquitetura e Documentação, 2011. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: IEDS-UFGM, 2011.
- ALBERTO, Klaus Chaves. **Três Projetos para uma Universidade do Brasil**. 2003. 275f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- ALLEN, Peter. **Violent Design: People's Park, Architectural Modernism and Urban Renewal**. University of California, Berkeley, 2007, 41p.
- ALMEIDA, Tereza. **Le Corbusier: How a Utopic Vision Became Pathological in Practice**. Disponível em: <http://orangeticker.wordpress.com/2013/03/05/le-corbusier-how-a-utopic-vision-became-pathological-in-practic/>. Acesso em: 12 set. 2013.
- ANDRADE, Luiz A.G. de; PINTO, A.M.de R.; GUSTIN M.B.de S. **A Modernização da Universidade no Brasil: análise do Programa MEC/BID II**. In: Ciências Sociais Hoje, 1986. São Paulo, SP: Cortez Editora. p.290-347.
- ASSUNÇÃO, Sérgio. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Campus Universitário – Textos**. Brasília, DF: CEDATE, 1984. p.75-78.
- ATCON, Rudolph P. **Manual Sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário**. Rio de Janeiro: MEC–PREMESU / CRUB, 1974.
- ATCON, Rudolph P. **Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Superior - MEC, 1966.
- BACHA, Edmar Lisboa; BONELLI, Regis. **Uma Interpretação das Causas da Desaceleração Econômica no Brasil**. Revista de Economia Política, São Paulo, nº3, vol. 25, jul./set.2005.
- BARROSO, Helena Maria; FERNANDES, Ivanildo Ramos. **Uma Nota Técnica sobre a Criação de Universidades, por Categoria Administrativa e Gestão Política**. Observatório Universitário: Rio de Janeiro, documento de trabalho nº62, 2006.
- BENEVOLO, Leonardo. A New Master Plan for Urbino. **Spazio e Società**. Milão, nº 27, vol. 7, p114-121, Set. 1984.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2006, p. 536.

BRANCO, Alípio P. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Campus Universitário – Textos**. Brasília, DF: CEDATE, 1984. p.15-30.

BRASIL. Decreto nº 60.461, de 13 de Março de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 mar. 1967. Seção 1.

BRASIL. Decreto nº 66.396, de 30 de Março de 1970. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mar. 1970. Seção 1.

BRASIL. Decreto nº 73.857, de 14 de Março de 1974. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 mar. 1974. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Anais do I Seminário Nacional sobre Planejamento de Campi Universitários**. Brasília, DF: PREMESU – Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Campus Universitário – Textos**. Brasília, DF: CEDATE, 1984 a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Critérios Para Elaboração de Projetos – Arquitetura**. Brasília, DF: CEDATE, 1985 b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes para o Planejamento da Rede Escolar**. Brasília, DF: CEDATE, 1986 a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Espaços Escolares de 1º Grau**. Brasília, DF: CEDATE, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Manutenção e Conservação de escolas Rurais**. Brasília, DF: CEDATE, 1986 b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **PROJETOS – Procedimentos Para apresentação – Elétrica, Telefonia, Sonorização**. Brasília, DF: CEDATE, 1984 a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **PROJETOS – Procedimentos Para apresentação – Hidráulica**. Brasília, DF: CEDATE, 1984 b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Taipa em Painéis Modulados**. Brasília, DF: CEDATE, 1985 a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Tipologia de Espaços por Natureza de Cursos – Habilitação Engenharia Civil**. Brasília, DF: CEDATE, 1985 c.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Tipologia de Espaços por Natureza de Cursos – Habilitação Engenharia Elétrica**. Brasília, DF: CEDATE, 1985 d.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Universidade do Maranhão no Centro Histórico de São Luís**. Brasília, DF: CEDATE, 1984 c.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Vestiários**. Brasília, DF: CEDATE, 1984d.

BRAWNE, Michael. An Appraisal of the architectural achievements of Britain's New Universities. **The Architectural Review**, London, p.250-254, 283-286, Apr.1970.

BRETT, Lionel. Problems of Planning New Universities. **The Architectural Review**, London, p.257-282, Oct. 1963.

CARMO, Jefferson Carrielo. Notas sobre a Escola Unitária e Trabalho no Pensamento de Antonio Gramsci. **Cadernos Cemarx**, Campinas: Unicamp, v.5, p.53-63, 2009.

CARVALHO, Aline W. B. de; STEPHAN, Italo I. Caixeiro; REIS, Luiz Fernando. **A Concepção Modernista do Campus da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais**: Uma Reflexão a Partir do Plano de Desenvolvimento Físico de 1970. *Oculum Ensaios*, Campinas, nº15, p. 88-89, jan./jun.2012.

CHAPMAN, M. Perry. **American Places**: in Search of the Twenty-first Century Campus. Westport, CT: Praeger Publishers, 2006.

CINCINNATI. University of **Campus Heritage Plan**. Cincinnati, OH, 2008.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria C. Chaves. **A Criação das Instituições de Ensino Superior no Brasil**: O Desafio Tardio na América Latina. In: IX Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, SC: Anais, 2009. Disponível em: http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/Bd_documentos/coloquio9/IX-1148.pdf. Acesso em: 19 set. 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada**: O Golpe de 1964 e a Modernização do Ensino Superior. São Paulo, SP: Unesp, 2007.

DALTRO, Ana Luiza. O Olhar Externo. **Veja**, São Paulo, SP: Editora Abril, edição 2345. nº 44, ano 46, p.78, 30 out. 2013.

DANIEL, Ruth P. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Campus Universitário – Textos**. Brasília, DF: CEDATE, 1984. p.37-43.

DE CARLO, Giancarlo. Architecture's Public. In: JONES, Peter Blundell; PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy (Eds.). **Architecture and Participation**. London: Routledge, p.3-22, 2005.

DE CARLO, Giancarlo. Pavie: La Ville et le Modèle Multipolaire. **L'Architecture D'Aujourd'hui**, Paris, nº 183, p. 51-62, jan./fev.1976.

DOTTELONDE, René. Entrevista concedida a Bernard Huet. **L'Architecture D'Aujourd'hui**, Paris, nº 183, p.7-14, jan./fev.1976.

ENGLAND, Treasury: **The Robbins Report Memorandum by the Chief Secretary to the Treasury and Paymaster General**. London: Treasury, Oct 1963.

FAINSTEIN, Susan S. New Directions in Planning Theory. *Urban Affairs Review* Susan S. Fainstein. **Urban Affairs Review**, Vol. 35, No. 4, March 2000, p.451-478 © 2000 Sage Publications, Disponível em: <http://uar.sagepub.com/>. Acesso em: 16 ago. 2013.

FARRET, Ricardo L. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Campus Universitário – Textos**. Brasília, DF: CEDATE, 1984. p.31-35.

FAVERO, Maria de L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Curitiba, PR: Educar, n. 28, p.17-36, 2006.

FERNANDES, Fernanda. Arquitetura e Sociabilidade na Cidade Universitária de São Paulo. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1.ed., v.01, 558p. 2005.

FERRENTINO, Tarin. **Attraverso Giancarlo de Carlo: una Mappa di Materiali per Ripensare il Progetto Della Citta' Contemporanea**. 2008, 151f. Dissertação (Doutorado de pesquisa em urbanística e progettazione territoriale) - Università Degli Studi di Napoli Federico II. Napoli, 2008. Disponível em: http://www.fedoa.unina.it/2038/1/Ferrentino_Urbanistica.pdf. Acesso em: 06 set. 2013

FITTING, Peter. Urban Planning/Utopian Dreaming: Le Corbusier's Chandigarh Today. **Utopian Studies**, State College, nº1, Vol. 13, p.69-93, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/20718410.pdf?acceptTC=true>. Acesso em: 11 set. 2013.

GANGNEUX, Marie Christine. Vers une Dimension Urbaine de L'Université. **L'Architecture D'Aujourd'hui**, Paris, nº183, p.63-64, jan./fev.1976.

GROAT Linda; WANG, David. **Architectural Research Methods**. New York, NY: John Wiley & Sons Inc., 2002.

GUSMÃO, Luciano D. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Campus Universitário – Textos**. Brasília, DF: CEDATE, 1984. p.45-53.

HABERMAS, Jürgen. **The New Conservatism: Cultural Criticism and the Historian's Debate**. Cambridge: MIT Press, 1989.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Blackwell Publishers: Cambridge, Massachusetts, 1992.

HUET, Bernard. Stagnant Waters. **L'Architecture D'Aujourd'hui**, Paris, nº183, p.XXXI-XXXIII, jan./fev.1976a.

HUET, Bernard. Les Universités de Crise. **L'Architecture D'Aujourd'hui**, Paris, nº183, p.1-2, jan./fev.1976b.

HUET, Bernard. Les Megastructures en Ligne. **L'Architecture D'Aujourd'hui**, Paris, nº183, p.30-31, jan./fev.1976c.

HUET, Bernard; GANGNEUX, Marie Christine. Université, Ville et Territoire. **L'Architecture D'Aujourd'hui**, Paris, nº183, p. 1-2, jan./fev.1976.

HUXTABLE, Ada L. Is Modern Architecture Dead? **The New York Review of Books**, New York, p.1 - 13, jul.1981. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/1981/jul/16/is-modern-architecture-dead/?pagination=false>. Acesso em: 27 mai.2013.

KLEINSORGE, Nicolau Henrique. **Unidades Padrão**. ETEC - Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária, Juiz de Fora: UFJF, [1967?].

LACONTE, Pierre. Toward an Integrated Approach of Urban Development and resources /conservation: The Case of Louvain-la-Neuve. **The annals of American Academy**, nº451, p.142-148, 1980.

LACONTE, Pierre. Dans la Lignée de la tradition urbaine européenne. **Urbanisme**, Paris, nº190/191, p.112-115, jul.1982.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP. São Paulo: EDUSP, 1.ed., v.01, 558p., 2005.

MACEDO, Adilson C. O Meio Ambiente Edificado e o Uso dos Espaços do “Campus”. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Campus Universitário – Textos**. Brasília, DF: CEDATE, 1984, p.59-67.

MACEDO, Adilson C. **Sobre o Desenho do Campus Universitário** In: Seminário “Avaliação da Morfologia Urbanística do Campus Universitário Brasileiro”, 1985, Brasília, DF. Papers... Brasília, DF: CEDATE, 1985.

MACEDO, Adilson C. O meio Ambiente do *Campus* Universitário e seu Projeto. Projeto, São Paulo - SP, v. 94, p.104-106, dez.1986a.

MACEDO, Adilson C. **O desenho do campus universitário**. São Paulo, SP: **Projeto** n. 93, p. 96-98, nov.1986b.

MACEDO, Adilson C. Louvain-la-Neuve, uma Cidade e Universidade Belgas. **Projeto**, São Paulo, v.115, p131-135, 1990.

MACIEL, Carlos Alberto. **O Sistema Básico da UFMG e seus Precedentes: Infraestrutura, Crescimento, Superação da Função e Construção da Paisagem.** In: 9º Seminário Docomomo Brasil, 2011. Brasília, 2011.

MARQUES, Enaldo N. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Campus Universitário – Textos.** Brasília, DF: CEDATE, p.55-57, 1984.

MUTHESIUS, Stefan. **The Postwar University: Utopianist Campus and College.**New Haven, CT: Yale University Press, 2000.

NOGUEIRA, Denise T. **Universidade e Campus no Brasil: o Caso da Universidade Federal Fluminense.** 2008. 300f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NOVGORODSKY, L. Nouvelle Université Catholique de Louvain à Louvain-La-Neuve (Belgique). **Technique dès Travaux**, Liège, nº 5/6, vol. 49, p.115-132, mai./jun. 1973.

PINTO Gelson; BUFFA Ester. **Arquitetura e Educação: Câmpus Universitários Brasileiros.** São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

PINTO Gelson; BUFFA Ester. **Arquitetura, Urbanismo e Educação: Campi Universitários Brasileiros.** In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, MG: **Anais.**

PINTO, José M. de Rezende. O Acesso à Educação Superior no Brasil. **Educação Social**, Campinas, nº88, vol.25, p.727-756, out. 2004.

PORTAS, Nuno Martins; BARATA, J. P. Martins. **A Universidade na Cidade: Problemas Arquitectónicos e de Inserção no Espaço Urbano.** Lisboa, p. 492-509, 1968. Disponível em:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253050L4gFE7bb4Ct23JQ2.pdf>.
 Acesso em: 05/12/2013.

RODRIGUES, Luiz A. F. **Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único.** Niterói, RJ: EdUFF, UFF. 2001.

SCHLEE, Andrey R. **Reproduzindo modelos. O plano piloto do campus da Universidade Federal de Santa Maria.** In: 5º seminário Docomomo Brasil, 2003. São Carlos. **Anais...** São Carlos.

SEGAWA, Hugo. Mario Pedrosa Urbanista. **Risco**, São Carlos nº1, 2º semestre, 2003.

THE UNIVERSITIES, Build. **The Architectural Review**, London, p.231-232, Out.1963.

THE UNIVERSITY in the city. **The Architectural Review**, London, v.136, p.9-11, Jul.1964.

TIJOLO *por tijolo, uma obra em permanente construção*. **Diversa**, Belo Horizonte: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 5, nº11, mai.2007.

TUNGARE, Amit. **Le Corbusier Principles of City Planning and Their Application in Virtual Environments**. 2001. 176f. Thesis (**Master of Architecture**) - Faculty of Graduate Studies and Research, School of Architecture Carleton University, Ottawa, Ontario, 2001.

TURNER, Paul V. **Campus: an American Planning Tradition**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press. 1984. Disponível em: <http://www.brynmawr.edu/cities/archx/campus>. Acesso em: 02 abr. 2013.

UFJF. Cidade Universitária da UFJF. **Anais da UFJF 1963-1966**. Juiz de Fora, p.241-246, 1966.

UFJF. **Lumina Spargere**. Revista da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, nº1, Ano 1968.

UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora. **Plano Diretor do Campus da Universidade Federa de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, MG: Gráfica da UFJF, 1973.

UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora. **Relatório da Administração 1977-1981**. Juiz de Fora, MG: Gráfica da UFJF, 1981.

USP, Universidade de São Paulo. **O Espaço da USP: Presente e Futuro**. São Paulo, SP: Prefeitura da Cidade Universitária, 1985.

VANDEBURGH, David. Planning, Preservation and Polyculture. **Places**, Cambridge, nº1, vol.8, p.32-41, summer 1992.

WOITRIN, Michel. Louvain-la-Neuve. **Architect and Builder**, nº6, vol.27, p.6-15, Jun.1977.

YAZID, Abou Constantine: un Signe Blanc. **L'Architecture D'Aujourd'hui**, Paris, nº183, p.19-23, jan./fev.1976.

Entrevistas Gravadas:

OLIVEIRA, Antônio Casemiro de: depoimento [jun. 2011]. Entrevistadores: Klaus Chaves Alberto e Márcio de Oliveira Resende Souza. Juiz de Fora: UFJF, 2011. 1 CD (101 min.)

SILVA, Hélio F. A.: depoimento [2011]. Entrevistadores: Klaus Chaves Alberto e Márcio de Oliveira Resende Souza. Juiz de Fora: UFJF, 2011. 1 CD (129 min.)

Questionários escritos:

FILHO, Tancredo Maia: Questionário [mar. 2013]. Autor: Márcio de Oliveira Resende Souza. Juiz de Fora: UFJF.

LOPES, Sebastião de O.: Questionário [jan. 2013]. Autor: Márcio de Oliveira Resende Souza. Juiz de Fora: UFJF.

MOSQUEIRA, Cláudio Mafra: Questionário [2013]. Autor: Márcio de Oliveira Resende Souza. Juiz de Fora: UFJF.

Páginas visitadas:

Università di Bologna. Disponível em:

<http://www.unibo.it/Portale/Ateneo/La+nostra+storia/default.htm>. Acesso em: 01 abr. 2013.

Universidade Federal do Paraná: Disponível em:

<http://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2/>. Acesso em: 19 set. 2013.

The Telegraph: Disponível em:

<http://www.telegraph.co.uk/education/6269348/Oxford-beaten-by-UCL-in-league-table.html> Acessado em 22 jan. 2014.